



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E
PATRIMÔNIO CULTURAL



CRISTIANO DA SILVA ARAÚJO

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: UMA
REFLEXÃO ACERCA DAS DIRETRIZES PARA RECEPÇÃO DE ACERVOS NO
LADA/UFRB**

CACHOEIRA - BAHIA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
E PATRIMÔNIO CULTURAL - PPGAP

CRISTIANO DA SILVA ARAÚJO

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: UMA
REFLEXÃO ACERCA DAS DIRETRIZES PARA RECEPÇÃO DE ACERVOS NO
LADA/UFRB**

Texto apresentado para a Defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Concentração: Arqueologia

Linha 2: Musealização do Patrimônio Arqueológico

Orientador: Carlos Alberto Santos Costa

CACHOEIRA - BAHIA

2023

B238p Araújo, Cristiano da Silva.

Documentação museológica de acervos arqueológicos: uma reflexão acerca das diretrizes para recepção de acervos no LADA/UFRB. / Cristiano da Silva Araújo. Cachoeira, BA, 2023.

112f.; il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, 2023.

1. Arqueologia. 2. Museologia. 3. Acervo arqueológico. 4. Documentação museológica. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 981.11

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)


CRISTIANO DA SILVA ARAÚJO

DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS DIRETRIZES PARA RECEPÇÃO DE ACERVOS NO LADA/UFRB


Texto da Dissertação de Mestrado, realizado sob a orientação do Prof. Carlos Alberto Santos Costa, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na concentração: Arqueologia, Linha 2 – Musealização do Patrimônio Arqueológico.

Cachoeira, 22 de dezembro de 2023.


FOLHA DE APROVAÇÃO

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA**
Data: 22/12/2023 16:23:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **HENRY LUYDY ABRAHAM FERNANDES**
Data: 22/12/2023 17:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Henry Luydy Abraham Fernandes (Membro interno)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO LEMOS RIBEIRO**
Data: 22/12/2023 16:11:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (Membro externo)
Universidade Federal de Pelotas

*A Deus, pela sua infinita misericórdia, à
minha mãe, à minha esposa e ao meu filho.*

Dedico

AGRADECIMENTO

Ao meu maravilhoso Deus, pelo dom da vida e por suas misericórdias se renovarem a cada manhã.

À minha mãe, Marilene, pelo amor, pelo carinho, pelas orações, pelos seus ensinamentos e encorajamento que me ajudaram a trilhar o meu caminho.

Ao meu pai, Edmilson, *in memoriam*, pelo amor, afeto e cuidado.

À minha esposa, Gilca, pelo amor, pelo companheirismo, pelo afeto, pela resiliência e por estar ao meu lado compartilhando os altos e baixos. Amo-te.

Ao meu filho, Daniel, fonte inesgotável de alegria, motivação e amor.

Aos meus irmãos, Adriana, Cristiane, Ednilton, Eduardo e Ednilson, pela presença e incentivo. A todos os demais familiares que torcem pelo meu sucesso, o meu muito obrigado!

Aos meus amigos, Alan, Deivison, Iuri, João, Tiago, Cristina, Thaís, Tainara, Djalma, pelas risadas nos momentos de alegria e pelo apoio nos momentos difíceis.

À minha querida tia, Tereza, *in memoriam*, com lágrimas nos olhos eu confesso o quanto sua vida foi importante para mim aqui na terra, pelas doces palavras ditas, pelos abraços acolhedores e por sempre acreditar em meu potencial. Pena que você se foi cedo demais!

À UFRB, por me oferecer um estudo gratuito e de qualidade, o qual me possibilitou alcançar o cargo de Museólogo desta instituição que eu tanto valorizo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pela oportunidade em cursar o programa com professores excelentes que amam o que fazem.

Ao meu professor, Ludy, pela serenidade, pela disponibilidade e pela paciência em elucidar minhas dúvidas.

Ao meu orientador, Carlos Costa, pelo incentivo, pela motivação e pela paciência, sem os quais não seria possível chegar até aqui. Meu muito obrigado!

Cachoeira, dezembro de 2023.

ARAÚJO, Cristiano da Silva. **Documentação museológica de acervos arqueológicos: uma reflexão acerca das diretrizes para recepção de acervos no LADA/UFRB**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2023, 111p.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a gestão de coleções arqueológicas musealizadas no Laboratório de Documentação e de Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (LADA/UFRB). Entendemos que o fundo informacional arqueológico é condição *sine qua non* para a construção dos processos de documentação museológica de acervos arqueológicos, que deve considerar tanto a cadeia de geração dos acervos arqueológicos quanto à chancela arqueológica desses objetos. Deste modo, as informações arqueológicas estarão em sintonia com os discursos museológicos necessários para a extroversão do conhecimento. Para aprofundar essas reflexões tomamos como estudo o LADA e as coleções arqueológicas nele depositadas, quando buscamos analisar como ocorrem os processos de conversão de dados oferecidos pela documentação arqueológica de campo e laboratório em documentação passível de geração de processos museológicos. Assim, a partir da análise de acervos arqueológicos derivados de diferentes formas de aquisição (coleta, doações, levantamentos, sondagens, escavações de ampla superfície) e profundidade científica de informação (de diagnósticos a estudos detalhados laboratoriais), levantamos as diretrizes específicas que permitem converter documentação arqueológica em processos museológicos de acervos arqueológicos via realização de dossiês. Concluímos que a ‘dossielização’ associada aos endossos institucionais condicionados a realização de processos curatoriais constitui uma alternativa eficaz de transição entre os processos de documentação arqueológica para a gestão museológica dos acervos. A ideia de fundo é evitar que as informações se percam totalmente nos processos de conversão documental e otimizar as ações já empreendidas nos objetos.

Palavras-chave: LADA; Musealização da Arqueologia; Documentação Arqueológica; Documentação Museológica; Patrimônio arqueológico; Dossiê documental.

ARAÚJO, Cristiano da Silva. **Museological documentation of archaeological collections: a reflection on the guidelines for receiving collections at LADA/UFRB**. Dissertation (Master in Archeology and Cultural Heritage) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2023, 111p.

ABSTRACT

This present study aims to analyze the management of musealized archaeological collections at the Laboratório de Documentação e de Arqueologia of Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (LADA/UFRB). We understand that archaeological informational background is a sine qua non condition for the construction of museological documentation processes of archaeological collections, which must consider both the chain of generation of archaeological collections and the archaeological endorsement of these objects. Thus, archaeological information will be in harmony with the museological discourses necessary for the knowledge's extroversion. To deepen these reflections, we take LADA and the archaeological collections deposited therein as a study when seeking to analyze how the processes of converting data provided by archaeological field and laboratory documentation into documentation capable of generating museological processes occur. Therefore, through the analysis of archaeological collections derived from different forms of acquisition (collection, donations, surveys, probes, extensive surface excavations) and scientific depth of information (from diagnostics to detailed laboratory studies), we outline specific guidelines that allow the conversion of archaeological documentation into museological processes of archaeological collections through the creation of dossiers. We conclude that 'dossierization' associated with institutional endorsements conditioned to the execution of curatorial processes constitutes an effective alternative for transitioning from archaeological documentation processes to the museological management of collections. The underlying idea is to avoid information loss in documentary conversion processes and optimize actions already undertaken on the objects.

Keywords: LADA, Archaeology Musealization; Archaeological Documentation; Museological Documentation; Archaeological Heritage; Dossier.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO 1 – DO OBJETO À DOCUMENTAÇÃO DO OBJETO ARQUEOLÓGICO EM ESPAÇOS MUSEAIS	14
2.1. BREVE HISTÓRICO DA NOÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.....	14
2.2. O OBJETO COMO DOCUMENTO	15
2.3. O OBJETO NOS CONTEXTOS MUSEOLÓGICO E ARQUEOLÓGICO.....	16
2.4. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	23
2.5. INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA, SOCIEDADE E PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO	29
2.6. A INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	35
2.6.1. OS CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	39
3. CAPÍTULO 2 – PILARES DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	47
3. 1. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	47
3.2. GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA: ORGANIZAÇÃO E ACESSO A DADOS PATRIMONIAIS	56
4. CAPÍTULO 3 – O LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA (LADA) DA UFRB.....	60
4.1. O LADA	60
4.2. PROCESSAMENTO CURATORIAIS: DO CAMPO PARA O LADA	62
4.3. SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DO LADA	63
4.4. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVOS - PROTOCOLOS PARA CONCESSÃO DE ENDOSSO	65
4.5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO LADA	68
4.6. ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO NO LADA	71
4.7. ACERCA DO DOSSIÊ DOCUMENTAL	75
4.8. ACERCA DO PROTOCOLO DE ‘DOSSIELIZAÇÃO’	76
4.9. CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS ARQUEOLÓGICOS DO LADA.....	78

4.9.1. DOSSIÊ DO PROJETO BA-093	82
4.9.2. DOSSIÊ DO COMPLEXO EÓLICO CAMPO LARGO	85
4.9.3. DOSSIÊ DO PROJETO SÍTIO DO MATO	88
4.9.4. DOSSIÊ DO PROJETO PIRAGIBA	89
4.9.5. DOSSIÊ DO PROJETO DA BA-001	89
4.9.6. DOSSIÊS DE SÍTIOS ISOLADOS	90
4.9.6.1. SÍTIO PRAÇA DA SÉ	90
4.9.6.2. SÍTIO VÁRZEA DO ARATICUM (VZ)	91
4.9.6.3. SÍTIO AREIAS (AS).....	91
4.9.6.4. SÍTIO MIUDINHA (MI).....	92
4.9.6.5. SÍTIO ÁGUA VERMELHA (WW).....	92
4.9.6.6. SÍTIO FORTE SANTANA (FS).....	92
4.9.6.7. SÍTIO GRUTA DA FAZENDA ITABERABA (IT)	93
4.9.6.8. SÍTIO BINHO (BH).....	93
4.9.6.9. SÍTIO COPAOBA (CP)	94
4.9.6.10. SÍTIO REITORIA (RT)	94
4.9.6.11. SÍTIOS BERTIN 1 (BI) E BERTIN 2 (BN)	94
4.9.6.12. SÍTIO ANA NERY (AN).....	95
4.9.7. SÍTIOS COM ACERVOS E SEM INFORMAÇÕES	95
4.9.8. DOSSIÊ DO PROJETO LADRILHOS	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
6. REFERÊNCIAS.....	102

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se intensificado as abordagens em torno dos processos de salvaguarda e curadoria do patrimônio arqueológico nos “Museus” e nas “Instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico”¹, com o intuito de aprimorar os mecanismos de musealização para uma aproximação fluída do patrimônio com a sociedade.

Exemplo dessa intensidade está nas publicações de cinco densos dossiês dedicados à Musealização do Patrimônio Arqueológico, num intervalo de dez anos: “Musealização da arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios”, organizado por Maria Cristina Oliveira Bruno e Camila Azevedo de Moraes Wichers na Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (volumes 26/27, números 1/2, 2013/2014); “Debates em torno das políticas de salvaguarda e acesso de acervos arqueológicos no Brasil”, organizado por Aline Vieira de Carvalho e Frederic Mario Pouget na Revista de Arqueologia Pública da Universidade de Campinas, (volume 11, número 2[19], 2017); “Museus e acervos arqueológicos e etnográficos: (re)leituras e experiências”, organizado por Camila Azevedo de Moraes Wichers na Revista Habitus da Universidade Católica de Goiás (volume 17, número 1, 2019); “Gestão de acervos arqueológicos”, organizado por Daiane Pereira, Diego Lemos Ribeiro, Grasiela Tebaldi Toledo e Silvia Cunha Lima na Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (volume 33, número 3, 2020); e “Museologias, coleções e arqueologias”, organizado por Camila Azevedo de Moraes Wichers, Maria Cristina Oliveira Bruno e Diego Lemos Ribeiro na Revista Museologia & Interdisciplinaridade (volume 12, número 24, 2023).

Sabemos que a Museologia e a Arqueologia estabelecem uma relação dialética para compreensão e difusão dos processos sociais, históricos e econômicos vividos por populações pretéritas. Um dos locais estabelecidos para esse elo é o Museu, que tem em sua essência as funções de aproximar e extroverter os conhecimentos produzidos pela Arqueologia, para o público acadêmico e o não acadêmico (RIBEIRO, 2012).

O que se tem observado é que as exposições museológicas têm comunicado esse patrimônio com algumas lacunas, que acreditamos derivarem de ausências e perdas decorrentes

¹ Assumimos a noção de “museu” definida no artigo 1º da Lei Federal nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus) e de “instituição de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico” trabalhadas de forma tácita na IN IPHAN nº 01/2015 e na Portaria IPHAN nº 196/2016, mas só conceituada no artigo 105 da Portaria IPHAN nº 375/2018 (Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN). Como foge dos objetivos dessa investigação, não trabalharemos essa discussão. Para uma melhor compreensão, sugerimos ver o artigo “Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos”, de Carlos Costa (2019).

da produção dos fluxos informativos da chamada “cadeia operatória da salvaguarda a comunicação” (BRUNO, 2018) principalmente no que diz respeito ao processo de documentação. A falta de diálogo entre essas duas áreas da Museologia (comunicação edocumentação) tem gerado uma “estratigrafia do abandono” que, segundo Cristina Bruno, “sufocou e fossilizou os vestígios pré-coloniais, enquanto indicadores da nossa memória cultural” (BRUNO, 1999, p. 22). Esse abandono ou exclusão acontece quando o patrimônio arqueológico, dentro do contexto dos acervos museológicos, ganha pouca visibilidade ou, simplesmente, é desarticulado do contexto patrimonial de onde veio.

De acordo com Heide dos Santos:

As leituras arqueológicas precisam ser efetivas, elas trazem a substância viva presente nos objetos e, essas, permitem evocar a essência de cada localidade e/ou grupo estudado, possibilitando compreender por meio dos fragmentos as interações sociais ali presentes (SANTOS, 2015, p.18).

Corroborando Santos, as interpretações efetivas dessa realidade arqueológica se materializarão a partir da interface entre a Museologia e Arqueologia, que de forma interdisciplinar é capaz de fomentar políticas para gerenciamento e difusão do patrimônio arqueológico musealizado e aproximá-lo cada vez mais da sociedade.

O patrimônio arqueológico constitui uma realidade específica no âmbito da documentação museológica. Nesse prisma, a documentação é compreendida como um sistema de recuperação das informações, com potencialidade de transformar um objeto em fonte de pesquisa científica. A documentação não é uma atividade-fim, mas uma atividade-meio que pode funcionar tanto como um instrumento de produção de conhecimento, quanto um instrumento de gestão.

Dessa forma, pretendemos com essa pesquisa estudar os processos de geração dos acervos arqueológicos e confrontar com a “(...) cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicado à realidade arqueológica” (BRUNO, 2007, p. 1), com vista a propor diretrizes aplicáveis à documentação museológica de acervos arqueológicos.

O problema reside em compreender o que constitui fundo informacional dos acervos arqueológicos, passíveis de proteção informacional pelas práticas de documentação museológica. Dessa forma, o inventário de bens arqueológicos deve estar relacionado com a sua documentação, isto é, com os contextos dos quais foram retirados com vista à preservação das suas informações primárias. Como hipótese para essa questão, no tocante à documentação

museológica, compreendemos que as ações de salvaguarda e de comunicação que constituem o processo de Musealização da Arqueologia devem estar em consonância com a natureza informacional do objeto arqueológico e com as especificidades científicas que levaram a sua geração. Partimos do pressuposto que não considerar a cadeia que leva a geração dos acervos arqueológicos, bem como a chancela arqueológica do objeto, constitui negar as condições informacionais a serem absorvidas nos processos de documentação museológica.

A presente pesquisa busca, deste modo, contribuir para normatização de diretrizes no seio do Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA) do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), via Dossiê Documental – que consiste na elaboração de um protocolo documental para acervos gerados pela Arqueologia. Esse protocolo estabelece diretrizes para preservação, documentação e entrada de acervos arqueológicos no laboratório. O ponto crucial deste protocolo é propiciar uma organização adequada da documentação museológica/arqueológica que será integrada e de fácil acesso, permitindo a sua atualização à medida que novas descobertas surgirem. Diferentemente de como ocorre em muitas instituições, as informações sobre o patrimônio se encontram dispersas, o que acaba dificultando o acesso tanto para fins de pesquisa e para ações de extroversão.

Sendo assim, o nosso estudo se organizará em três capítulos. No primeiro capítulo, de cunho teórico, lançamos mão de conceitos necessários para a compreensão de que o gerenciamento do patrimônio arqueológico se dá de forma interdisciplinar. Tomando como horizonte de análise a Musealização da Arqueologia, buscaremos observar o que constitui as noções de documentação e documento, os objetos nos contextos museológicos e arqueológicos, como se processa a documentação museológica e a informação arqueológica, finalizando com os meios de extroversão e as relações desses debates com preservação e conservação

No segundo capítulo, nosso objetivo será entender os meios protocolares de apreensão do objeto arqueológico inserido nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa, seja via normas legais e infralegais, seja via procedimentos arqueológicos que levam a obtenção dos objetos em sítio.

Finalmente, no terceiro capítulo, buscaremos caracterizar o LADA. Neste momento, realizaremos um estudo geral sobre as características do espaço, dos seus protocolos e procedimentos e especificidades do acervo salvaguardado (formação e organização), bem como de suas metodologias de inventário e documentação. Ainda neste capítulo, discutiremos a forma como se deu a incorporação de coleções nesse laboratório e em sequência explicitaremos quais

são os protocolos mínimos para aquisição de acervos, principalmente nos casos de concessão de endosso. Encerraremos a pesquisa com um processo de geração de dossiês documentais e com a apresentação da noção de ‘dossielização’ como um caminho racional de absorção dos processos de registro arqueológico na documentação museológica de museus e instituições de guarda e pesquisa.

2. CAPÍTULO 1 – DO OBJETO A DOCUMENTAÇÃO DO OBJETO ARQUEOLÓGICO EM ESPAÇOS MUSEAIS

No primeiro capítulo, de cunho teórico, lançamos mão de conceitos necessários para a compreensão de que o gerenciamento do patrimônio arqueológico se dá de forma interdisciplinar. Esse estudo parte da perspectiva de que o gerenciamento do patrimônio arqueológico ocorre por meio da interface entre as áreas de Conservação, Arqueologia e Museologia. Suas ações devem perpassar os aspectos teóricos e metodológicos e fomentar políticas que garantam o envolvimento da comunidade, que despertará as noções de valorização e de pertencimento necessárias para a proteção desse patrimônio que é finito e não renovável (CARTA DE LOUSANNE, 1990).

O horizonte de análise teórica dessa pesquisa é a Musealização da Arqueologia. A partir dessa concepção teórica, tentaremos observar o que constitui as noções de documentação e documento e, a partir disso, como os objetos nos contextos museológicos e arqueológicos são concebidos e como se processa a documentação museológica e a informação arqueológica. Ainda nesta parte da investigação observaremos os meios de extroversão e as relações desses debates com preservação e conservação.

2.1. BREVE HISTÓRICO DA NOÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A documentação foi concebida pelos belgas Paul Otlet e Henri Lafontaine. Eles criaram a Classificação Decimal Universal para organizar documentos e facilitar o acesso a conteúdos correlacionados. Eles também expandiram o conceito de documento para incluir vários tipos de suportes de informação (TÁLAMO; SMIT, 2007).

Otlet enfatizou a importância do acesso à informação e delineou objetivos para a documentação organizada, incluindo universalidade, confiabilidade, completude e rapidez (TÁLAMO; SMIT, 2007). Ele defendeu uma abordagem sintetizada da informação para possibilitar leituras rápidas e confiáveis, buscando eficiência e agilidade na documentação.

Otlet propôs o "princípio monográfico", que separava informações do suporte original, e ele se mostrou à frente de seu tempo ao modernizar a noção de documento para englobar diversos tipos de mídia (MONTEIRO, 2014).

A abordagem de Suzanne Briet, aluna de Otlet, trouxe uma perspectiva técnica à documentação, enfatizando a organização da informação científica em produtos documentários

como catálogos (MONTEIRO, 2014). Ela também inovou ao abordar o documento como algo construído tanto pelo produtor quanto pelo usuário, enfatizando sua dinâmica ao longo do tempo.

Ao longo dos anos, a documentação evoluiu para abranger uma variedade de elementos na sociedade como informativos e documentos (MONTEIRO, 2014). Esse conceito também se estendeu à Museologia, onde o objeto passou a ser considerado um documento no gerenciamento de acervos de museu (MONTEIRO, 2014).

Portanto, a documentação teve origens nas contribuições de Otlet e Lafontaine, que estabeleceram princípios de organização e acesso à informação. Otlet desafiou as normas tradicionais de documentação ao ampliar o conceito de documento, enquanto Briet trouxe uma nova perspectiva dinâmica. Essas abordagens continuaram a moldar a documentação ao longo do tempo (TÁLAMO; SMIT, 2007; MONTEIRO, 2014).

2.2. O OBJETO COMO DOCUMENTO

Ortega e Lara (2009) conduziram revisões históricas sobre o conceito de “documento” e “Documentação”. Para elas, a “Documentação” ou “Documentologia” é a teoria que lida com os problemas relacionados à produção e uso de documentos, tratando tanto do modo de criação quanto do modo de utilização dos mesmos. Elas enfatizam que a noção de documento está intrinsecamente ligada à capacidade de informar e tem como objetivo promover a circulação social do conhecimento (ORTEGA; LARA, 2009, p. 121).

Diversos autores franceses discípulos de Otlet também foram citados por Lara e Ortega. Escarpit, por exemplo, definiu o documento como um "objeto informacional visível ou palpável". Meyriat, por sua vez, considerou o documento como um objeto que suporta informações e serve para comunicação, ressaltando que a busca das informações é crucial para determinar se um objeto pode ser considerado um documento (ORTEGA; LARA, 2009, p. 126).

Meyriat enfatizou que a noção de objeto como documento possui uma natureza material (suporte) e uma natureza conceitual (informação), e que a busca de informações é fundamental para transformar um objeto em um documento. Ele afirmou que é o usuário que confere o status de documento a um objeto, e essa atribuição independe da intenção do criador (MEYRIAT, 1981, p. 54 apud ORTEGA; LARA, 2009, p. 128).

A reflexão de Lara e Ortega também se estendeu para a Espanha, onde autores como Desantes Guanter, Sagredo Fernández, Izquierdo Arroyo e Rendón Rojas compartilharam a ideia de que é o uso que confere o status de documento a um objeto. Eles enfatizaram que a documentação existe para informar e que o documentalista desempenha um papel fundamental na transformação do objeto em documento, atribuindo conteúdo e contexto (ORTEGA; LARA, 2009).

No contexto anglo-saxão, Buckland argumentou que a noção de documento estava relacionada à intenção e atribuição. Ele propôs três categorias para documentos: aqueles destinados a constituir discurso (como livros), aqueles que não tinham essa intenção (como barcos) e aqueles que não eram artefatos (como antílopes). Buckland também associou a noção de documento ao discurso e à capacidade do objeto de representar coisas (ORTEGA; LARA, 2009, p. 131).

Frohmann explorou a materialidade dos documentos, destacando sua importância para compreender a informação. Ele considerou que a documentação era mais do que comunicação de informações, tendo um poder constitutivo de controlar indivíduos. Porém, Frohmann não considerou completamente o tratamento da massa documental em suas práticas documentárias (FROHMANN, 2006).

Em conclusão, Lara e Ortega afirmam que a noção de documento e documentação na Ciência da Informação visa construir novos documentos a partir de originais e atua como mediação entre objetos informativos e os indivíduos que buscam usar essa informação. Qualquer objeto pode ser considerado um documento nessa perspectiva, incluindo objetos de museus (LARA; ORTEGA, 2009).

2.3. O OBJETO NOS CONTEXTOS MUSEOLÓGICO E ARQUEOLÓGICO

No simpósio promovido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), “*Object – Document?*”, Peter van Mensch ressaltou que mesmo quando um objeto pertence a um museu, isso não garante automaticamente seu status como objeto de museu, uma vez que esse item poderia ser meramente uma "coisa". De acordo com Mensch, uma "coisa" é caracterizada pela ausência de um significado específico, sendo que um objeto se transforma em tal quando lhe são atribuídos significados, fazendo-o parte de uma rede de conexões com outros objetos e materiais (MENSCH, 1994).

A musealização é o processo pelo qual um objeto é transformado em objeto de museu e documento. Este processo envolve uma re-contextualização, primeiro como parte de uma coleção (a priori) e posteriormente como parte de uma exposição (a posteriori). Importante ressaltar que nem todos os objetos nos museus devem ser considerados documentos, já que alguns têm o papel de auxiliar na comunicação, como mesas, cadeiras e vitrines. O status de documento está intrinsicamente ligado a fenômenos sociais (MENSCH, 1994).

Mensch também aborda as implicações desse processo de transformação, destacando uma possível relação de perda e ganho. A perda se refere a propriedades do objeto que podem ser negligenciadas ou perdidas no processo, enquanto o ganho está associado ao conhecimento gerado pelo objeto a partir de seu potencial informativo. A perda do contexto do objeto pode comprometer significativamente a construção simbólica associada a ele (MENSCH, 1994).

O processo de significação do objeto, segundo Mensch, está relacionado com a intenção de quem vê, ou seja, depende da intenção cultural, que pode atribuir a este objeto facetas de valor histórico, estético e científico. Isto é, pode haver uma manipulação das informações e significados dos objetos. “O processo de musealização é um processo altamente enviesado. O reconhecimento do potencial de informação de um objeto (o objeto como sujeito) não está livre de vieses pessoais, sociais, ideológicos” (MENSCH, 1994, p. 200).

Mensch também ressaltou que a musealização não termina com a seleção ou a coleta de objetos. Ao longo da vida dos objetos, novos valores podem ser construídos ou atribuídos, e os objetos estão sujeitos a vários processos de reinterpretação. Ele salientou que os objetos têm uma gama infinita de significados que podem ser explorados por meio da pesquisa, enfatizando a importância de equilibrar a concepção original do objeto com sua interpretação ao longo do tempo.

No contexto das fontes documentais da Museologia, Francisca Hernández Hernández destacou a interdisciplinaridade da Museologia como uma ciência social que busca aprimorar o tratamento de objetos de museu. Ela ressaltou que a Museologia, juntamente com disciplinas como Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, fazem parte das ciências da informação. O objetivo principal dessas disciplinas é disseminar informações por meio do desenvolvimento de métodos de conservação, processamento, análise, classificação, organização e difusão de documentos (HERNÁNDEZ, 2016). É importante compreender que essas disciplinas desempenham um papel fundamental na preservação e na comunicação do conhecimento contido nos objetos de museu, contribuindo para a valorização e a compreensão do patrimônio cultural e histórico que esses objetos representam.

A autora entende a documentação como um processo de coleta e tratamento da informação, que de forma contínua produz seu armazenamento, recuperação, uso e transmissão. Nesse contexto, o “museu é compreendido como um acervo de documentos de interesse cultural ou científico” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 81). Esta instituição deve processar todas as informações oferecidas pelos objetos-documentos e em seguida transmiti-las, cumprindo, assim, o seu papel de guardião e transmissor da memória coletiva. Esses conceitos datados vêm sendo desafiados constantemente. Atualmente, essas instituições são mais úteis quando observados como mediadores culturais, cujas relações se dão de formas horizontais.

Os museus, enquanto centros de conservação e pesquisa, têm em seu cerne a missão de proteger os objetos. Para Hernández, a partir do momento em que o museu salvaguarda os objetos-documentos, preserva também a memória coletiva. E esse feito que confere o *status* de instituição de memória social a serviço da sociedade, só faz sentido para os museus produzirem conhecimento se o seu acesso for garantido.

A Museologia compartilha do mesmo objeto das Ciências da informação, “uma vez que o objeto museológico também possui características históricas, estéticas e cognitivas que o tornam um documento informativo, intimamente relacionado ao das ciências da informação documental” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 84).

Uma contribuição significativa de Hernández é a ideia de que o museu pode ser considerado um centro de documentação. Nesse contexto, as informações relacionadas ao patrimônio cultural passam por processos de registro, conservação, pesquisa e difusão, semelhantes aos aplicados nas Ciências da Informação. Essa abordagem ressalta a natureza informativa dos objetos museológicos e sua importância como documentos que carregam múltiplos significados culturais, estéticos, simbólicos e históricos.

O objeto-documento é o suporte físico que nos fornece uma série de informações necessárias para a sua compreensão, cuja missão é transmitir informação. Hernández ainda nos lembra do caráter dinâmico que esse objeto-documento pode apresentar, desde que o conhecimento gerado a partir de suas informações seja atualizado, pois “todo objeto, material ou imaterial, natural ou cultural, faz referência a uma realidade concreta ocorrida na história e que nos oferece várias séries de informações” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 89). Nesse sentido, o contexto museológico, construído a partir das informações pertencentes aos objetos, busca compreender a relação entre indivíduos e sua respectiva cultura material.

Hernández salienta que a documentação museológica pode ser considerada uma das funções mais importantes do museu, pois se atribui a ela o resgate de todas as informações contidas pelo objeto-documento. Essa busca visa comprovar o valor simbólico do documento. O processo documental não deve se limitar a identificação das informações intrínsecas do objeto, mas buscar entender o seu contexto cultural.

O professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – museólogo, arqueólogo e historiador – também discutiu o alcance da cultura material como fonte de informação. Para ele, os objetos de natureza material trazem consigo traços da memória. Meneses justifica seu ponto de vista trazendo como exemplo a durabilidade dos artefatos. Muitos deles, em princípio, conseguem perdurar mais que seus criadores e, por esta razão, já são capazes de representar o passado (MENESES, 1998).

Assim como os outros autores citados nesse trabalho, Meneses (1998) compreende o objeto como documento, considerando-o como suporte de informação. Segundo o autor os objetos apresentam dois tipos de informações: as intrínsecas, que expressam os atributos físico-químicos dos objetos; e as extrínsecas, responsáveis pela construção do discurso sobre o artefato. Para ele, os aspectos relacionados com a integridade física do objeto correspondem à verdade objetiva. Já em relação aos discursos, traz uma ressalva quanto a sua construção, pois, podem ser falseados.

Assim como Mensch, Meneses afirma que para traçar e explicar a biografia dos objetos é necessário examiná-los em seus diferentes contextos. Nesse processo deve-se ter em mente que os artefatos estão em constantes transformações. O discurso não deve funcionar como uma “reconstrução de um cenário material, mas buscar entender os artefatos na interação social” (MENESES, 1998, p. 92).

Para Meneses (1998), qualquer objeto pode funcionar como documento. Mesmo aqueles que já nasceram como documentos podem fornecer informações diferentes das quais foram previstas. No contexto museológico, pode-se inferir através das discussões promovidas pelo autor que não é a simples transferência do objeto para o museu que é relevante, mas, sim, o gerenciamento dos significados que tal transferência implicou. Ainda dentro da esfera museal, Meneses atribui a exposição à capacidade de ressemantizar o objeto, isto é, atribuir significados aos artefatos.

Em uma aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” (organizada pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980), Meneses traz uma reflexão a respeito do

objeto material como documento. A primeira abordagem trazida pelo autor diz respeito à etimologia da palavra documento, que tem a mesma raiz latina do verbo *doceo*, que significa ensinar, mas não no sentido de formar e sim no sentido de transmitir informação. Assim, desde o seu nascedouro a palavra documento estava associada à transmissão de informação. Meneses segue nos alertando sobre o quão dúbia foi a separação de documento em voluntário e involuntário. Documento voluntário seria o documento que em seu contexto primário já assumiria a função própria de suporte de informação. Por sua vez, os documentos involuntários são aqueles que não possuem como função primária conservar e transmitir uma informação, mas também podem fornecer certas informações (MENESES, 1980).

Meneses rompe com esse entendimento ao discutir sobre o alcance da informação primária previamente estabelecida, pois a informação primária sempre ultrapassa o limite estabelecido. Cita como exemplo o atestado de óbito, que além de declarar o término da vida de um indivíduo, “pode oferecer informações relativas à demografia, a condições de salubridade, a direitos e obrigações precisamente provocadas pela morte do indivíduo” (MENESES, 1980, p.140). Ainda segundo o autor, mesmo que as informações não tenham sido previstas, podem estar embutidas nos suportes físicos.

A partir disso, o autor afirma “que é só em função de terceiros que existem condições para que alguma coisa se chame documento, exerça função de documento, sirva de suporte de informação, independentemente de um propósito original deliberado de informar sobre certo assunto” (MENESES, 1980, p. 146). Para ele, o sentido documental se forma a partir da perspectiva do outro, pois quem fala não é o documento, mas, sim, o historiador que fala por ele (MENESES, 1980).

Para o autor, o *status* de documento é alcançado quando se tem uma mudança de contexto cultural e alteração da natureza primária do objeto. Para compreensão desse processo, Meneses traz exemplos dos contextos arqueológicos e museológicos. No contexto arqueológico, há uma busca para compreensão dos sistemas socioculturais, isto é, o estudo da Arqueologia não está centrado nos objetos ou nas coisas, mas na estrutura e funcionamento das sociedades. Só é possível acessar esses sistemas por intermédio dos restos materiais deixados por eles. Os artefatos, em seus respectivos contextos, são verdadeiros suportes de informação, busca-se através da organização e interpretação dessas informações o entendimento dos sistemas socioculturais.

Segundo Meneses, o material deixado pelos agentes culturais apresenta duas naturezas: lixo ou material funerário. De acordo com o mesmo autor, a noção de documentação

arqueológica se constrói a partir do momento em que o artefato é excluído do seu ciclo cultural (Aula ministrada no curso Patrimônio cultural: políticas e perspectivas, organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980. Mimeo).

Do ponto de vista da Arqueologia, só é possível acessar o objeto a partir do documento. Sob esse prisma, Meneses afirma que é preciso des-documentar o documento, isto é, reinserir o objeto em seu ciclo vital. É preciso eliminar o caráter documental do objeto, que só existe a partir de uma interpretação de terceiros e, em seguida, projetá-lo para o seu ciclo vital de atividade cultural a fim de compreender as suas funções que são determinadas pelo sistema cultural ao qual o objeto faz parte. Diante disso, Meneses esclarece que:

Se parto do lixo, que é rejeito, é para entender o consumo, a distribuição, a conservação, a fabricação, a aquisição da matéria-prima. Então, é um caminho inverso da vida do artefato que o arqueólogo deve traçar para estabelecer esse ciclo de atividade viva, de coisa viva, inclusive levando em conta as reciclagens, que são os novos ciclos dentro de um mesmo sistema (MENESES, 1980, p. 4).

No contexto museológico, Meneses chama atenção para o esvaziamento total das funções originais das coisas. Ao entrar no museu os objetos são desprovidos de suas funcionalidades. Para ele, o museu é o lugar onde o esvaziamento se institucionaliza. Assim, quando os objetos passam pelo processo de esvaziamento tornam-se objetos de coleção. Embora o autor atribua a transformação do objeto em documento a diferentes leituras feitas sobre ele em diferentes contextos, esse processo quase sempre pode ser uma violência feita à natureza original do objeto. A violência pode acontecer quando se produz uma leitura redutora que não leva em consideração as outras leituras do contexto original desses objetos ou quando se “esvazia todos os possíveis conteúdos de significação do objeto e principalmente aqueles associados à sua origem como coisa física” (MENESES, 1980, p. 5).

Assim como Meneses, Letícia Julião (2006) afirma que é quando o homem, sujeito que conhece, atribui valor aos objetos, estes agora dotados de valor, adquirem o *status* de documento. Para ela o museu é o espaço institucionalizado em que a transformação de objetos em documentos ou em bens culturais acontece. Nessa perspectiva, ocorre uma migração para o campo ideológico, quando os objetos são esvaziados das suas funcionalidades, adquirindo conteúdos simbólicos. Ao migrarem para o âmbito cognitivo, estes objetos destinam-se a lembrar acontecimentos, tornando-se assim suportes de informação. É partir dessa informação que o conhecimento é construído.

Conforme mencionado por Julião (2006), as informações não residem de forma latente nos objetos; é preciso acessá-las. Para tal, é necessário interrogar esses objetos, visando construir conhecimento a partir deles, como testemunhas de nossa história. Esses objetos se tornam alvos de investigações a partir de nossas inquietações com o presente. “Assim, a pesquisa com os objetos, a exemplo de qualquer outra fonte histórica, implica necessariamente concebê-los como documento/monumento” (JULIÃO, 2006, p. 100). Parafraseando Le Goff, a autora argumenta que os documentos são frutos das escolhas dos historiadores, os quais lhes atribuem valor de prova. A autora segue alargando o conceito de documento para monumento, uma vez que são produtos das relações sociais.

No campo museológico, os conjuntos de artefatos, ao fazerem parte dos acervos museológicos, constituem um campo de excelência documental para estudo e compreensão das sociedades. Em outras palavras, busca-se compreender as relações desses objetos com a sociedade em determinados contextos.

Ao refletir sobre o tripé da Museologia – preservação, pesquisa e comunicação –, Julião afirma que a preservação de determinado objeto só faz sentido se a comunicação e a pesquisa cumprirem sua finalidade, que é conferir sentido e atribuir uma função social ao objeto. Para ela, é através da investigação que se pode vislumbrar a possibilidade de comunicação dos bens culturais, além de possibilitar uma visão crítica sobre os determinados contextos e realidades que o objeto testemunhou. A autora é enfática ao afirmar que se determinada instituição negligenciar o tripé da investigação, suas exposições se transformarão em mera transmissão de informação, o que acabaria por valorizar apenas os atributos intrínsecos dos objetos.

Um dos argumentos apresentados por Julião em favor de sua análise é o equilíbrio entre as funções de preservação, pesquisa e comunicação. A partir desse equilíbrio que o museu alcançará a sua missão precípua que é promover a interação entre usuário e acervo. O museu só alcançará o *status* de local de produção e disseminação do conhecimento, se houver a implementação de um programa de pesquisa permanente.

Uma das formas de o museu produzir conhecimento é através das interrogações, coletas de dados, análises de fontes documentais, revisões de teses, análises de trabalhos etnográficos, pesquisa oral etc. O museu enquanto uma instituição de caráter educacional e cultural deve garantir o acesso à informação. É necessário que esta instituição desenvolva ações que garantam o uso social das suas pesquisas, porquanto a democratização de informações

torna-se um fator indispensável para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico da sociedade.

Julião (2006) apresenta reflexões sobre o caráter social da pesquisa, visto que a mesma parte do aspecto material para construir um conhecimento histórico da sociedade. É através dela que se pode abordar o caráter relacional dos objetos, isto é, seus valores simbólicos e cognitivos. É nesse contexto que acontece a mudança de foco, as preocupações que antes se centravam no objeto, agora partem dele para compreender as relações sociais. A autora ainda afirma que:

A pesquisa é a função capaz de garantir vitalidade à instituição museológica, regendo praticamente todas as suas atividades. É ela que confere sentido ao acervo, que cria a base de informação para o público, que formula os conceitos e as proposições das exposições e de outras atividades de comunicação no museu (JULIÃO, 2006, p. 101).

Sob essa perspectiva, pode se inferir que a vivificação das coleções se dá por meio do processo de pesquisa. Esse processo também é responsável por aflorar o caráter científico-documental das instituições museológicas.

Assim como Julião, Cândido (2006) aponta para a necessidade de um programa permanente de pesquisa para o gerenciamento de acervos museológicos. Esse programa deve estar articulado com o sistema de documentação para, então, poder auxiliar as demais atividades e ações institucionais. Para autora, a pesquisa bibliográfica e arquivística, que são algumas das etapas da documentação museológica, deve promover uma abordagem individual de cada objeto, de modo a garantir sua identificação, classificação e a disseminação das informações. Contudo, ante a observação já apresentada por Meneses acerca da necessidade de contextualização do objeto arqueológico, seria essa premissa apresentada por Cândido correta para se pensar a documentação museológica de acervos arqueológicos?

2.4. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

O desenvolvimento da documentação museológica passou por uma evolução significativa ao longo das décadas. Inicialmente, nas discussões do ICOM na década de 70 do século XX, o foco estava principalmente na criação de ferramentas para sistematizar informações intrínsecas do objeto, como descrições das peças. Segundo Yassuda (2009), "a documentação museológica foi influenciada pela vertente francesa, que num contexto museológico era preciso identificar tanto as informações intrínsecas quanto as extrínsecas, essa linha teórica considera o objeto como fonte de informação".

Esse desenvolvimento pode ser categorizado em duas vertentes: a vertente reflexiva, de origem francesa, influenciada por George Henri Rivière, que enfatizou a importância de identificar informações intrínsecas e extrínsecas nos objetos, e uma vertente mais tecnicista de origem americana, que focava nos aspectos administrativos e na eficiência do gerenciamento das coleções (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2000).

Paulatinamente, a documentação assume um papel mais protagonista nos museus, momento em que se reconhece a sua relevância, quer como suporte para as atividades administrativas, quer como “pilar” para as atividades de pesquisa, salvaguarda e comunicação.

De acordo com Yassuda (2010), houve mudanças nas discussões em torno da documentação museológica. Outrora os debates centravam-se apenas em discutir os problemas que inviabilizavam os sistemas de documentação nas instituições; hoje as preocupações caminham no sentido de promover soluções, buscando assim o aprimoramento das técnicas de documentação, principalmente no que tange a ”indexação e transmissão da informação” (YASSUDA, 2010, p. 23).

Além disso, a abordagem dos sistemas de documentação em museus também evoluiu. Antes, esses sistemas estavam mais voltados para a circulação interna do objeto dentro da instituição. Atualmente, a ênfase está na promoção do acompanhamento, produção e circulação do conhecimento, reconhecendo que a documentação vai além dos aspectos técnicos e abrange a produção e difusão de informações, desempenhando um papel central na gestão e preservação do patrimônio cultural (CERAVOLO; TÁLAMO, 2020).

A evolução da documentação museológica ao longo das décadas reflete uma mudança de foco e ênfase no seu papel. Inicialmente, na década de 1970, as discussões sobre documentação museológica estavam voltadas principalmente para a criação de ferramentas que sistematizassem informações intrínsecas do objeto, como descrições das peças (LARA; SILVA, 2017). No entanto, com o tempo, a documentação museológica ganhou um caráter mais científico, influenciado pela vertente francesa que enfatizava a importância de identificar informações tanto intrínsecas quanto extrínsecas, reconhecendo o objeto como fonte de informação (CERÁVOLO, 2000).

A documentação museológica, conforme destacado por Lara e Monteiro (2014), é um sistema complexo de atividades interligadas, abrangendo desde o registro de entrada até a exposição dos objetos. Essa interconexão é fundamental para o gerenciamento físico das coleções, abarcando técnicas essenciais como armazenamento, embalagem, transporte,

conservação, avaliação, segurança e documentação. Nesse contexto, a documentação é detalhada como uma atividade de gestão que aprimora as ações de organização e disponibilização das coleções institucionais.

Nessa perspectiva, Martín Torres, citado por Lara e Monteiro, define a documentação museológica como uma parte disciplinar inseparável da ciência museológica. Essa disciplina, como enfatizada pelo autor, compreende o estudo teórico, histórico, técnicas e procedimentos que os museus utilizam para gerenciar suas coleções, conferindo-lhes sentido informativo e científico.

Dodd Ferrez amplia essa concepção ao salientar que a documentação museológica transcende a mera catalogação de entrada e saída de objetos. Ela abre um conjunto abrangente de informações sobre cada item, incorporando representações por meio de palavras e imagens, especialmente fotografias. Dodd Ferrez destaca a documentação como um sistema dinâmico de recuperação de informações, convertendo as coleções museológicas em fontes não apenas de informações, mas de pesquisa científica e transmissão de conhecimento.

A visão de Helena Dodd Ferrez acrescenta que a documentação museológica vai além da simples coleta de dados físicos, abrangendo informações contextuais, especialmente relacionadas aos objetivos, análises interpretativas dos contextos, metodologias e viabilidade da pesquisa arqueológica (BALLARDO, 2013). Esse enfoque ampliado ressalta a importância de considerar não apenas os objetos, mas também os componentes da pesquisa arqueológica como fontes de informação.

Essa abordagem contextual na documentação é fundamental no campo arqueológico, onde a construção da informação patrimonial depende das informações contextuais associadas aos artefatos. Desse modo, a Musealização da Arqueologia não se limita à preservação física do objeto, mas também ao uso social das informações contextuais, promovendo a extroversão de conhecimento científico.

É nesse contexto que Cândido (2006) enfatiza a essencialidade da documentação de acervos museológicos. Ela ressalta que esse processo não apenas transforma os acervos em fontes de pesquisa científica, mas também os posiciona como agentes ativos na transmissão de conhecimento. Cândido destaca a importância de aplicar conceitos, técnicas específicas e convenções para a padronização de conteúdos e linguagens, sublinhando que a documentação museológica é um procedimento contínuo e vital. Essa prática não apenas subsidia atividades

técnicas e administrativas, mas também garante a integridade e a praticidade das informações nos acervos museológicos.

Segundo Cândido (2006), os sistemas de documentação devem garantir que as informações sobre os objetos não se percam; a autora orienta as instituições a efetuarem os registros antes ou concomitante à sua entrada nos museus, evitando-se assim o risco de perdê-las, bem como sugere algumas medidas de natureza técnica para que o sistema de documentação alcance a eficácia, a saber:

- clareza e exatidão no registro dos dados sobre os objetos, sejam textuais, numéricos (códigos de identificação) ou iconográficos;
- definição dos campos de informação integrantes da base de dados do sistema (código do objeto, seu nome, origem, procedência, datação, material e técnica, autoria, entre outros);
- obediência a normas e procedimentos pré-definidos, os quais devem estar consolidados em manuais específicos (práticas de controle de entrada e saída de objetos, de registro, classificação, inventário, indexação, etc.);
- controle de terminologia por meio de vocabulários controlados (listas autorizadas para campos, tais como: nome do objeto, material, técnica, tema, assunto, etc.);
- elaboração de instrumentos de pesquisa diversos (guias, catálogos, inventários, listagens), visando identificar, classificar, descrever e localizar os objetos dentro do sistema, favorecendo a recuperação rápida e eficiente da informação;
- previsão de medidas de segurança com relação à manutenção do sistema, garantindo-se a integridade da informação (CÂNDIDO, 2006, p. 36).

Os sistemas de documentação têm como escopo possibilitar uma aproximação entre o público e o museu, assumindo uma função mediadora entre as partes, visando reduzir barreiras e distanciamentos. Cabe ressaltar que uma das características do gerenciamento de acervo é o sistema permanente de pesquisa, que assume um papel de retroalimentar o próprio sistema de documentação, pois à medida que a pesquisa se desenvolve, mais informações devem ser estruturadas e difundidas.

Aqui, confluem os trabalhos de Andrew Roberts (2004), Renata Cardoso Padilha (2014) e Luciana Oliveira Messeder Ballardo (2013). Para esses/as autores/as a documentação museológica se inicia desde a entrada do objeto no museu e continua em toda sua existência até o eventual descarte, garantindo o registro de todas as informações do acervo, assim como o meio para a salvaguarda e o acesso às informações. E, para isso, alguns procedimentos básicos devem ser realizados, tais como o registro da aquisição, a marcação, o inventário/registro no livro tomo, registro fotográfico e inserção das informações em um banco de dados.

No âmbito da aquisição, Padilha (2014) ressalta a importância de desenvolver uma política que oriente os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Conforme a autora, os tipos de aquisição abrangem doação, legado, compra, coleta, permuta, empréstimo, depósito e transferência, cada um demandando considerações específicas.

Quanto à marcação do acervo, Padilha (2014) destaca a necessidade de adequação à tipologia do objeto, enfatizando que o código de inventário ou registro é fundamental para o controle, representando o elemento básico para a recuperação rápida das informações documentais (CÂNDIDO, 2006).

A permanência e reversibilidade da marcação, como sugere Nicola Ladkin (2004), são questões relevantes, devendo ser aplicadas com cuidado para preservar a integridade do objeto. Cândido (2006) destaca que, embora a Museologia estabeleça normas, a aplicação dos procedimentos deve considerar as necessidades específicas de cada instituição.

Obviamente, esta discussão trazida por Santos é datada, decorrente de períodos em que a popularização dos meios informatizados de controle de informação era mais limitada. Assim, é impensável pensar em documentação, na atualidade, sem os meios tecnológicos de realizá-la, de forma que as diretrizes trazidas pela autora devem ser consideradas como forma, como princípio, mas o meio deve ser modernizado. Dessa forma, abre-se margem para a discussão de outros mecanismos de controle e acesso à informação a exemplo dos bancos de dados.

Nos dias atuais, a maioria dos museus adota o sistema de numeração alfanumérico, onde o acordo é realizado por meio de letras e números, podendo ser bipartido ou tripartido. Santos (2000, p. 54) “destaca a importância do livro de tombo ou livro de registro como um instrumento que protege o patrimônio do museu, oferecendo um quadro preciso das aquisições, depósitos e alienações”. Esse documento deve conter uma descrição sucinta e padronizada de todos os objetos do museu, com páginas numeradas, escrita legível, rubricas nas folhas e termos de abertura e fechamento. Santos (2000, p. 55) sugere a inclusão de detalhes “como número de ordem, número do objeto, título eventual e descrição sumária, autor, dimensões, modo de aquisição, informações do vendedor e observações para elaboração do livro de registro”.

Os bancos de dados são alternativas rápidas para armazenar, recuperar e gerenciar informações, além de “possibilitar a uniformização da base de informação sobre os objetos” (CÂNDIDO, 2006, p. 43). Acerca dessa discussão, Renata Padilha complementa:

Os bancos de dados são estruturados a partir de um conjunto de metadados, que fazem referência a dados contidos em um software e que fornecem informação sobre outra informação, de uma forma geral; é o dado sobre o

dado. É ele que descreve e representa os objetos nos sistemas informatizados de acervos (PADILHA, 2014, p. 64).

Ainda de acordo com essa autora, o banco de dados além de permitir a recuperação da informação, possibilitará também o cruzamento da informação contida nos acervos museológicos.

Outra informação relevante nos sistemas de documentação, seja físico ou informatizado, são as fotografias. Na publicação do Conselho Internacional de Museus “Como gerir um museu: manual prático”, Ladkin (2004) afirma que a fotografia não é simplesmente um registro visual do objeto e, sim, atua como uma ferramenta integrada ao processo de documentação, pois além de ajudar na investigação do acervo por algum tipo de extravio, se a fotografia for de alta qualidade, ela ainda pode documentar o estado de conservação do acervo.

Corroborando essa informação, Santos diria que “As fotografias constituem fontes de informação da maior importância para o estudo e, enquanto fonte primária, permite sua utilização nas mais diferentes áreas do conhecimento visando a recuperação das informações passadas” (SANTOS, 2000, p. 84). Concluímos que os museus, enquanto espaços de educação não formal e prestadores de serviços de informação, devem focar suas ações tanto para operacionalizar e sistematizar as informações sobre as coleções, bem como para torná-las acessíveis para o grande público.

Essa discussão sobre a documentação museológica não busca encerrar e nem ser exaustiva sobre o tema. A ideia é simplesmente demonstrar que entre diferentes autores esse procedimento é visto de forma a “modelar” um rito de ações aplicáveis a objetos inseridos nos museus. Como vimos, a natureza da informação do objeto arqueológico está mais associada ao contexto do qual o objeto deriva que ao próprio objeto isoladamente.

Nesse sentido, é possível se aplicar a lógica da documentação museológica ao se pensar em acervos arqueológicos? Essa questão nos leva a considerar uma indagação adicional: a inevitável presença dos objetos arqueológicos nos espaços museais, a necessidade informacional e administrativa de documentar os acervos nesses espaços e a incapacidade de documentar integralmente tudo o que é preservado do ponto de vista museológico, como demonstraram Lara e Silva (2017), não levaria os espaços museológicos a contemplar protocolos de documentação de acervos arqueológicos mais racionais?

A proposta apresentada aqui sugere que esta indagação conduza à reflexão sobre os processos de documentação museológica de acervos arqueológicos, levando em consideração

a natureza desses objetos. Destaca-se a importância de incorporar essa condição primária e seus protocolos geradores como elementos integrais dos procedimentos de documentação.

2.5. INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA, SOCIEDADE E PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO

No processo de musealização do patrimônio arqueológico, quando nos referimos à informação, partimos da premissa de que o próprio sítio arqueológico é uma fonte de informação sobre os vários aspectos do comportamento humano, incluindo aspectos econômicos, sociais e políticos. É necessário que se registre a visibilidade e a posição espacial dos vestígios encontrados nos sítios, uma vez que essa informação dispostas na documentação primária fará parte do patrimônio musealizado, sendo fundamental tanto para nortear as interpretações, quanto para a obtenção de dados detalhados para a tomada de decisões.

Para Ballardó, diferentes componentes pertencentes ao sítio arqueológico devem ser considerados como fontes de informação, principalmente aqueles relacionados com as características intrínsecas do espaço, como fatores geográficos, químicos, físicos e contextuais. A autora ainda amplia mais esse horizonte ao considerar os componentes da pesquisa arqueológica como fonte de informação, tais como objetivos, análise interpretativa dos contextos, metodologias, viabilidade, entre outros (BALLARDO, 2013).

No campo arqueológico, a construção de uma informação patrimonial se dá a partir das informações contextuais em que o objeto foi encontrado. Para Arqueologia, um artefato desprovido de suas informações tem pouca ou quase nenhuma utilidade, de forma a tornar-se pouco adequados nos processos de extroversão de informações científicas. Por isso, o grande desafio da Musealização da Arqueologia está direcionado não apenas em preservar o objeto e as possibilidades de informações que ele contém, mas, sobretudo o uso social dessas informações.

Para Guarnieri, a musealização dos objetos e artefatos busca preservar as informações trazidas pelos mesmos em três aspectos: documentalidade, testemunhalidade e fidelidade. A autora afirma que:

Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora, a informação pressupõe *conhecimento* (emoção/razão), *registro* (sensação, imagem, ideia) e *memória*

(sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações)
(GUARNIERI, 1990, p. 7).

Musealizar pressupõe ou implica preservar. A preservação, nesse sentido, mantém valorados os registros informativos. Guarnieri (1990) afirma que a preservação, enquanto ação museológica, tem como escopo reaproximar objetos e homens, é por meio dela que o museu permite ao Homem a leitura do mundo. As informações veiculadas pelos museus e instituições de guarda e pesquisa devem facilitar e proporcionar a ação transformadora do homem.

Retomando as questões informacionais na perspectiva arqueológica, Hodder (1988) vê os vestígios como pedaços de textos que podem ter interpretações diversas. Por sua vez, para Lima “a literatura arqueológica, em princípio, é produzida para transmitir informação, estabelecendo a relação entre evidência e interpretação” (LIMA, 2011, p. 21). Para eles, a cultura material não tem um significado acabado, isto é, os objetos não têm a capacidade de falarem por si mesmos. São as leituras e interpretações dos arqueólogos que lhes conferem significados.

Durante muito tempo no Brasil, era comum realizar escavações arqueológicas sem a subsequente publicação dos resultados, deixando o espólio armazenado em reservas técnicas. Contudo, uma mudança significativa ocorreu com os defensores da Musealização da Arqueologia, que agora buscam compartilhar informações não apenas dentro da comunidade arqueológica, mas também com profissionais de Museologia e o público em geral.

Raposo (2002) destaca, de maneira enfática, que a pesquisa é fundamental em qualquer programa de musealização de sítios arqueológicos. Além disso, ressalta que ações como conservação, restauração, processos de documentação e interpretação são essenciais para construir um discurso museal sólido, capaz de atingir públicos diversos. Essa abordagem reflete uma preocupação crescente em tornar a arqueologia mais acessível, partilhando o seu conhecimento de maneira mais ampla e integrada.

Investigar na Arqueologia implica, em muitas condições, recolher espólio através da escavação, ou seja, recorre-se a uma metodologia irreprodutível e intrusiva que exige um grande cuidado técnico e um complexo registro documental, de forma a minimizar a inevitável descontextualização estratigráfica. Nesse sentido, o autor afirma que “voltar a ‘enterrar’ esse espólio num depósito ‘mudo’ e ‘morto’, sem dele retirar nem partilhar o que tem para nos dizer, seria outra forma de dilapidar patrimônio que constitui herança comum” (RAPOSO, 2002, p. 9).

No viés proposto por Raposo, os princípios da conservação preventiva devem ser respeitados, pois, por meio dela se garante a perenidade das coleções e a viabilização de acesso a esse patrimônio. O diálogo não deve ser feito apenas no meio científico, mas com a comunidade, pois é dessa forma que os museus e as instituições de guarda e pesquisa “conseguem estimular a difusão do conhecimento, a socialização das memórias e a partilha de sentimentos identitários” (RAPOSO, 2002, p. 9).

Embora o estudo da musealização do patrimônio arqueológico envolva outros campos do conhecimento, a interface entre a Arqueologia e Museologia tem suas preocupações voltadas à interpretação dos acervos arqueológicos. O seu foco não está apenas na preservação do objeto em si, mas na relação deste com a sociedade. Essa interface tem refletido sobre o tratamento do objeto arqueológico, como este pode ser estudado/trabalhado. Suas preocupações se iniciam muito antes do objeto ser recolhido nas escavações e se estendem por todos os procedimentos, desde aqueles realizados em laboratórios e reservas técnicas até a extroversão.

Urge salientar aqui algumas considerações feitas por Renfrew, Bahn, Shanks e Tilley, (*apud* SANTOS; MENDONÇA, 2012). Segundo esses autores, é necessário um cuidado extremo na gestão das informações, principalmente como elas chegarão ao público. Suas críticas estão direcionadas às instituições museológicas, ou seja, como os museus lidam com o gerenciamento da informação. Renfrew e Bahn afirmam que parte dos museus ditos tradicionais tem como prática tratar o objeto como obra de arte, o que pode descontextualizar os artefatos de seu potencial histórico e étnico. Shanks e Tilley apresentam uma crítica mais pontual voltada para as narrativas que são construídas nas instituições, que muitas vezes deturpam a realidade arqueológica.

Para Santos e Mendonça (2012):

O objeto arqueológico musealizado deve atuar como fonte de informação e articular conhecimentos entre as áreas afins, evidenciando o cuidado com o bem patrimonial por meio da interdisciplinaridade, com a finalidade de potencializar o acervo para a extroversão do conhecimento, seja por meio de exposições, ações educativas ou sistemas informatizados de catalogação que podem ser disponibilizados a consulta pública (por exemplo: na internet) (SANTOS; MENDONÇA, 2012, p. 3).

Os museus devem promover métodos que assegurem uma relação dialógica entre indivíduo e acervo, que se dará através do acesso às informações das quais os objetos/documentos são suportes. Para Raposo (1993), a atividade arqueológica está para além da produção humana e da troca de experiências entre especialistas. Assim, por meio da musealização ela se torna um veículo privilegiado de contato com o público alargado.

Sob esse prisma, Azevedo Netto (2008) defende a ideia de que a preservação do patrimônio arqueológico deve partir da publicização das informações produzidas no meio acadêmico junto às comunidades do entorno deste patrimônio. O objetivo é aproximar os registros dos grupos que os cercam. É desta forma que a população do entorno incorpora e ressignifica a informação. No tocante ao patrimônio arqueológico, o autor afirma que a informação é o principal instrumento de preservação.

Azevedo Netto (2008) acrescenta, ainda, que a forma de preservação do patrimônio arqueológico se dá de duas maneiras: base legal e base educacional/informacional. A primeira está ligada aos instrumentos normativos emanados pela Constituição de 1998. A segunda, de caráter educacional/informacional, está voltada para o implemento de processos e instrumentos que disseminem as informações patrimoniais pelas comunidades, com o intuito de desenvolver uma consciência preservacionista ligada à identidade coletiva e à memória. O mesmo autor amplia as discussões sobre a transferência da informação e chama atenção para a Arqueologia Pública.

A cultura material se tornou um referente de vínculos de identidade, o que desencadeou uma perspectiva “pós-positivista” na Arqueologia, pois, outrora, a teoria arqueológica se limitava à mera descrição dos artefatos, que agora privilegia a interpretação. O registro arqueológico, que antes era visto apenas como algo descritivo, reveste-se de um caráter mais simbólico, isto é, “como testemunhos que representam comportamentos culturais passados, e que devem ser interpretados, à luz do instrumental teórico disponível” (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 10).

Nessa perspectiva, tanto os artefatos quanto os sítios passam a ser considerados signos de conduta que representam uma gama variada de comportamentos, o que tem obrigado a Arqueologia a desenvolver uma abordagem semiótica que seja capaz de interpretar as informações deste registro arqueológico. Sob esse prisma, ainda no gozo das reflexões de Azevedo Netto, pode-se perceber o quanto a informação e o signo estão imbricados, pois “a informação é uma faceta materializada do signo” (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 11).

Conclui o autor, argumentando que a preservação do patrimônio arqueológico se dá de forma conjunta entre Informação (arqueólogos) e comunidade, de forma a ser preciso criar laços de proximidade. Para Azevedo Netto, a comunidade deve assumir uma postura ativa, uma vez que as informações devem ser vivenciadas por ela de maneira crítica, ou seja, a preservação do patrimônio arqueológico se tornará efetiva quando os atores sociais se apropriarem desses bens enquanto “maços de sua memória e identidade” (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 13).

A importância social da Arqueologia também é destacada por Hodder em sua obra “*Archaeological Theory Today*” (2012), ao afirmar que esta ciência possui uma essência interpretativa e totalmente envolvida com o contexto social em que é produzida. Para Hodder, deve-se tomar um cuidado excessivo na interpretação dos dados arqueológicos, pois, poderia resultar numa ideologia hegemônica que manteria as estruturas de desigualdades.

Analisando outro trabalho de Ian Hodder (2003), vislumbramos uma Arqueologia preocupada em compreender todo o contexto pertencente a cada artefato estudado, incluindo os objetos relacionados com ele. Para Hodder, os projetos de escavações arqueológicas devem observar e analisar as particularidades que envolvem os artefatos *in loco*. Essas ações são revestidas por um manto social, pois de acordo com esse autor, também é preciso considerar as especificidades pertencentes às sociedades. O fazer arqueológico deve assumir uma postura social que além de preservar os valores pertencentes às sociedades, desenvolvam investigações criteriosas e responsáveis para o seu fortalecimento.

Para compreender um determinado contexto cultural é necessário compreendê-lo como conjunto de disposições e práticas culturais. E aqui, o indivíduo assume um papel ativo, pois as ações deste é que irão criar e moldar as sociedades. O processo cultural é resultado de relações interculturais: indivíduos, comportamentos e cultura material. A relação entre cultura material e comportamento depende das ações dos indivíduos dentro dos contextos histórico-culturais específicos.

O enfoque contextual trazido por Hodder baseava-se na ideia de que a cultura era um todo integrado. Sendo assim, todos os aspectos da cultura arqueológica deveriam ser analisados. Para ele, seriam extremamente perigosas as interpretações de evidências arqueológicas analisadas à parte de seu contexto. O autor afirmava categoricamente que a cultura material não poderia ser analisada de forma fragmentada e chama atenção para a necessidade de compreender a relação entre o pesquisador e a cultura material dos indivíduos.

Conforme Santos (2015), a Arqueologia nos permite compreender as interações sociais por meio das interpretações dos dados e, por isso, essas leituras precisam ser efetivas, pois elas permitem “adentrar” na essência de cada localidade ou grupo estudado. A mesma autora ainda salienta que o cuidado com a leitura dessas informações deve se iniciar no início do salvamento e deve perdurar até a sua disseminação.

Para melhor compreensão da informação arqueológica, é necessário citar aqui o artigo de Tânia Andrade Lima, chamado “Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais”.

Nele a autora explana sobre as diferentes vertentes que ao longo dos anos influenciaram o pensamento arqueológico, o que acabou mudando a sua concepção sobre a cultura material, que outrora era vista apenas como um reflexo passivo do comportamento humano, agora, retrata a dimensão concreta das relações sociais e desempenha um papel ativo, que tem capacidade tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las (LIMA, 2011). Lima ainda chama atenção para outras questões que estabelecem relações com a materialidade, segundo as quais a Arqueologia não deve se preocupar com a forma, mas, sim, com as percepções e sensações que se desdobram nos seguintes atributos: cor, som, textura, gosto, cheiro etc.

A partir dessa consideração, a autora faz uma analogia entre a cultura material e o texto. Nessa analogia, a cultura material passa a ser entendida como um texto e é por este motivo que a literatura arqueológica tem como escopo transmitir informações. Para isso, busca estabelecer a relação entre evidência e interpretação, de forma a criar uma conexão mais segura entre os dados e os argumentos interpretativos. Afinal de contas, “os artefatos não falam por si mesmos. São os arqueólogos que lhes conferem significados” (LEONE, 1981 *apud* LIMA, 2011, p. 19).

2.6. A INFORMAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

De acordo com Bruno (2020), nos últimos anos a abordagem sobre o tratamento do acervo arqueológico no Brasil tem recebido atenção de muitos profissionais, instituições de pesquisas e de preservação patrimonial. Especialmente na década de 1990, houve um crescimento agigantado de trabalhos acadêmicos voltados para proteção do patrimônio arqueológico, além da realização de eventos científicos e da formação de grupos de trabalho.

Trabalhos realizados por diferentes autores – como, por exemplo, Bruno (1995, 1996, 2005, 2013/2014, 2020); Moraes Wichers (2013/2014); Ballardó (2013); Saladino (2013/2014); Ribeiro (2013, 2020); Pereira (2014); Toledo (2017), entre outros – têm revelado que a preservação do patrimônio arqueológico se efetiva de forma multidisciplinar. De maneira específica, sobretudo para os processos de gerenciamento desse conjunto de bens culturais, parece-nos apropriado afirmar que essa relação não deva cindir com a participação da Arqueologia, da Museologia e da Conservação. De acordo com Jaime Sallés e colaboradores:

O diálogo entre as áreas da arqueologia, conservação e museologia no que tange à salvaguarda é recente no Brasil, limitando o direcionamento de ações voltadas à preservação de acervos arqueológicos. Por um lado, arqueólogos/os com interesses voltados prioritariamente à pesquisa de sítios e de objetos

arqueológicos e, por outro, conservadoras/es e museólogas/os que não se interessavam por este tipo de acervo, com exceção da nossa pioneira Maria Cristina Bruno, atuante – e militante – desde os anos 1980 (SALLÉS et al., 2017, p. 8).

Não podemos deixar de lembrar a guinada na área alavancada pelo trabalho de Cristina Bruno, que de forma pioneira trouxe à baila a urgência de se enfrentar as memórias exiladas e as estratigrafias do abandono do patrimônio arqueológico, o que passou a despertar interesse e adesão de várias pessoas e instituições. A preocupação incitada por Bruno tem ganhado peso nos meios acadêmicos mais recentes, como foi citado acima. A autora rechaça veementemente as narrativas oficiais que ao longo do tempo atribuíram à Arqueologia um papel coadjuvante na construção das identidades nacionais. O que causa estranhamento é que, em muitas vezes, esse discurso foi construído dentro da própria Arqueologia, remetendo a um fazer científico que se deleitava apenas com os grandes eventos e monumentos. Essas críticas suscitadas por Bruno e seguida por uma gama de autores tiveram suas raízes tanto nas abordagens pós-processuais, quanto nas abordagens sociomuseológicas.

Não podemos perder de vista o papel da Arqueologia na construção do dado arqueológico. Por exemplo, num projeto de “salvamento” arqueológico, o arqueólogo assume um papel protagonista, visto que a compreensão dos objetos coletados deriva diretamente da influência da interpretação do pesquisador. Essa consideração é, em parte, corroborada por Bruno (2006), quando afirma que a Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido, faz aflorar os indicadores de memória, mas, a autora avança demonstrando que a Arqueologia não tem potencialidades para extroverter esse conhecimento como a Museologia tem, por meio da sua cadeia operatória – pesquisa, salvaguarda e comunicação. A partir dessas ideias, podemos inferir que a Museologia, enquanto administradora da memória, deve de forma sistematizada desenvolver métodos e técnicas que promovam a comunicabilidade preservacionista do patrimônio arqueológico.

No campo museológico, as interpelações da Nova Museologia, Sociomuseologia, Museologia Popular, Museologia Comunitária, entre outras, têm como foco abordagens multidisciplinares visando consolidar o conhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável (MOUTINHO, 2014). A característica mais marcante das abordagens sociomuseológicas está relacionada com a mudança de foco, deslocando do objeto para o ser humano; o museu assumiu um papel socialmente interveniente, isto é, uma instituição a serviço da sociedade. Os museus deixaram de ser apenas uma instituição a serviços dos

objetos museológicos e passaram a ser entendidas como instituições prestadoras de serviços, suas práticas, agora, são orientadas para gerar humanidade.

No âmbito desse debate, um novo conceito é apresentado por Pierre Mayran (2007 *apud* PRIMO, 2019), a *Altermuseologia*, a qual:

(...) é uma proposta teórica que parte da compreensão do compromisso social da Museologia e assinala que as problemáticas sociais e económicas do mundo global impactam diretamente na área científica e no seu «locus» de atuação, devendo por isso reagir de forma proativa gerando o diálogo e a colaboração entre os povos (PRIMO, 2019, p. 11).

À luz desse conceito, o autor defende a renovação do pensamento museológico, que entendia a Museologia como um processo de diálogo. Esse raciocínio parte de uma reflexão sobre a função social dos museus em um mundo globalizado. Outros temas foram agregados ao rol de suas preocupações, tais como Direito Humanos, Patrimônio, Globalização, Desenvolvimento, Acesso à Cultura, entre outros. Os museus, que por muito tempo foram um ambiente de tensões e de disputa de poder, que estavam associados sempre a uma cultura elitista, agora, baseado na reflexão de Pierre Mayrand, assumem uma função social, devendo atuar em prol da comunidade e da resolução dos seus problemas.

Cumprir lembrar a nova abordagem que o movimento da Nova Museologia deu ao objeto disciplinar e epistemológico da Museologia, que antes se centrava no museu e no objeto. As reflexões suscitadas pela Sociomuseologia nos auxiliam a delimitar e circunscrever o campo de atuação da Museologia. Cardoso (2014) define a Museologia como um campo disciplinar, científico e acadêmico autônomo, que não possui um objeto de estudo perfeitamente delimitado, pois esse campo tanto pode desenvolver o estudo da relação do homem com o objeto, quanto pode se debruçar sobre os temas como: herança cultural e memória coletiva, que têm suas origens no Patrimônio. Em síntese, o que Cardoso evidencia é que este campo pode se voltar para novas investigações, uma vez que as reflexões sociomuseológicas acompanham a dinâmica social.

De acordo com Mário Caneva de Magalhães Moutinho (2014), a Sociomuseologia busca adequar as práticas museológicas aos condicionamentos da sociedade contemporânea, articulando a Museologia com outras áreas de conhecimento: Ciência de Serviços e de Planejamento do Território, Ciências Humanas. Moutinho explica que as abordagens da Sociomuseologia intentam consagrar o conhecimento da Museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade (MOUTINHO, 2014). Em outras palavras, o autor tenta associar o desenvolvimento econômico à dimensão da democracia cultural. Para ele,

a característica marcante da sociomuseologia não se assenta na natureza de seus pressupostos nem nos seus objetivos e sim na interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento. Assim, afirma que,

Não se trata de inserir a Sociomuseologia ao âmbito mais amplo da Sociologia Pública. Trata-se de assumir a Sociologia na sua “interdependência antagônica, com a Museologia tradicional/profissional, de assumir que seu lugar na sociedade contemporânea será tão mais relevante, quanto mais souber aprofundar o seu diálogo com a Sociologia Pública. E com todas as áreas disciplinares ou Ciências que se abram de forma orgânica com a sociedade que constitui o seu contexto (MOUTINHO, 2015, p. 12).

Isso explica de certa forma que o contexto sociomuseológico compreende os museus como instituições prestadoras de serviços sociais, cuja preocupação paira na abordagem do meiosocial, “buscando compreender o lugar do Patrimônio na sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 2015, p. 9). Para isso, há, agora, um grande esforço para articulação de novos diálogos com os grupos sociais, vislumbrando a realização de ações museológicas compartilhadas, que outrora eram feitas apenas por e para museólogos. Para Moutinho a abertura da Museologia ao meio social é o que justifica o sentido de ser dos museus.

Voltando ao fio do argumento, vamos lembrar-nos das reflexões de Toledo (2017), que parte da premissa básica de que as três áreas da Arqueologia, Museologia e Conservação precisam estar em pé de igualdade para se articular por meios dos pressupostos teóricos condizentes com os desafios patrimoniais na atualidade. Para a autora, “as ações multidisciplinares têm potencial para empreender a pesquisa arqueológica de maneira integral” (TOLEDO, 2017, p. 7). Assim, é através desse equilíbrio que se viabiliza a proteção e a promoção do patrimônio arqueológico.

Nesse contexto, de acordo com as autoras (BRUNO, 2014; TOLEDO, 2017), a Musealização da Arqueologia como uma perspectiva teórica é produto das cadeias operatórias da Museologia e da Arqueologia. Por meio de procedimentos técnicos-metodológicos buscam desenvolver ações para salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico. Para elas, essas ações preservacionistas estão estreitamente relacionadas com a Conservação.

Por algumas razões, Toledo afirma que a Conservação tem se tornado o tripé mais frágil entre as esferas de comunicação e salvaguarda do patrimônio arqueológico, visto que, há um desequilíbrio no tocante a esse campo de conhecimento dentro da cadeia operatória museológica aplicada à Arqueologia. Historicamente, no Brasil a Arqueologia e a Conservação têm uma aproximação tímida, uma vez que a formação de conservadores ainda está atrelada a belas artes, focado na tríade papel, escultura e pintura. Atualmente, esse cenário

está se alterando lentamente, principalmente pelas demandas para a salvaguarda do patrimônio arqueológico gerado pela Arqueologia Preventiva.

Embora haja mudanças lentas desse quadro, o “Código de Ética do ICOM para Museus”, que é um dos documentos principais que estabelece normas mínimas para a prática profissional e atuação dos museus e seu pessoal, afirma que os museus devem manter os acervos em benefícios da sociedade. Para que isso se cumpra, estas instituições devem adquirir, preservar e valorizar os acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico (ICOM, 2009, p. 14). No que diz respeito à proteção e permanência do acervo, preconiza o Código de Ética:

Os museus devem estabelecer e aplicar políticas que garantam que os acervos (tanto permanentes como temporários) e suas respectivas informações, corretamente registradas, sejam acessíveis para uso corrente e venham a ser transmitidas às gerações futuras nas melhores condições possíveis [...] (ICOM, 2009, p. 14).

Assim, a Conservação assume nessa tríade a função essencial para a salvaguarda do patrimônio. Compreendida como “um conjunto de medidas e procedimentos que visa à proteção dos acervos contra agentes de deterioração” (MEIRELLES, 2010, p. 80).

Pensando na relação anteriormente citada, é importante ressaltar aqui o trabalho desenvolvido por Diego Lemos Ribeiro, desenvolvido no Museu de Arqueologia de Itaipu. Sua pesquisa consistiu em um estudo sobre o fluxo de informação nesta instituição. E um dos pontos apontados nesta investigação, afirma,

(...) que não basta a sua simples transmissão “via única” de um pólo a outro, mas, sim, a necessidade de identificação e/ou negociação de significados entre a fonte e o receptor – que a primeira autora entende como “princípio de reciprocidade” – para que haja um fluxo desejável de informação” (RIBEIRO, 2007, p. 25).

Para Ribeiro (2007), a informação é um fenômeno que é construído de forma social e, portanto, deve ser livre de amarras físicas e temporais. Neste foco, o patrimônio arqueológico passa a ser visto como possibilitador de informações, como foi destacado na Carta de Lausanne. Nesse documento internacional icônico, o patrimônio arqueológico é retratado ao público como o meio essencial para promoção e acesso ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas, além disso, é também o meio necessário para a conscientização sobre a necessidade de proteção desse mesmo patrimônio. Esta Carta ainda salienta que esta apresentação deve ser facilmente compreensível pelo público (CARTA DE LAUSANNE, 1990).

Voltando ao fio do argumento, finalizamos afirmando que uma das preocupações da Musealização da Arqueologia gira em torno da transmutação da informação arqueológica em museológica, o que significa que a informação técnica que foi gerada pelos profissionais de arqueologia deve ser transmutada em uma informação fluída e de fácil compreensão a qualquer tipo de público.

2.6.1. OS CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Por ser, ainda, o campo mais negligenciado nos processos de gestão do patrimônio arqueológico, e ainda que não vá ter implicações diretas em nossa investigação (já que focará nos processos de documentação), dedicaremos um tempo a refletir sobre as noções de Preservação e Conservação, entendendo-os como importantes ferramentas teóricas e práticas dos processos de Musealização da Arqueologia. De acordo com a doutora em educação ambiental, Suzana Pádua, Conservação e Preservação não significam a mesma coisa.

Enquanto uma protege a natureza em si, a outra desafia o homem a conviver com ela (PÁDUA, 2006). Muitas vezes esses termos foram usados para significar a mesma coisa, de forma que o uso indiscriminado se dá por partes de profissionais de diversas áreas. O conservacionismo e o preservacionismo, segundo a autora, pertencem a correntes ideológicas distintas. O primeiro defende o desenvolvimento sustentável da humanidade – que assume um significado de salvar a natureza integrada ao ser humano, ou seja, promover o uso racional dos recursos renováveis. O segundo termo tem como premissa básica o salvamento de biomas, espécies, áreas naturais, ecossistemas, independentemente do valor econômico que esses elementos possuem.

A autora ainda frisa que mesmo na legislação brasileira os termos têm sido usados de maneira distinta. Em nossa legislação o termo Conservação está associado à proteção dos recursos naturais de forma racional, garantindo sua sustentabilidade para as gerações futuras. Já o termo Preservação, por sua vez, visa à integridade e à perenidade de algo, se referindo à preservação integral de algo, e se faz quando há risco de perda do patrimônio.

Norma Cianflone Cassares entende que a política de preservação abrange um âmbito muito maior que o de um simples conjunto de atividades que visam à proteção de bens e afirma que a Preservação:

É um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da

integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação (CASSARES, 2000, p.12).

Pinheiro e colaboradores (2009) informam que o princípio de Conservação e de Preservação de determinado bem se constrói a partir do seu prévio conhecimento. Para o autor, no campo do Patrimônio Cultural os dois termos supracitados também apresentam diferentes conotações:

No campo do Patrimônio Cultural, o termo preservar tem significado mais amplo do que o termo conservar. O primeiro abarca toda e qualquer ação que visa defender, resguardar e proteger os referenciais de uma cultura, dentre elas a de conservar os suportes físicos desse universo buscando garantir sua longevidade por meio das manutenções preventiva e corretiva. A manutenção preventiva se antecipa à manifestação dos danos decorrentes do desgaste natural dos materiais propriamente ditos e dos provocados pelos agentes externos aos quais esses materiais são expostos, como as diversas ações do homem – formas de ocupação, de limpeza, de intervenção, de vandalismo etc.; as intempéries – chuvas ácidas, névoa salina, ventos etc.; os agentes poluidores dentre outros, a partir de verificações constantes do comportamento dos suportes; do meio em que se inserem e de procedimentos técnicos adequados de limpeza e proteção. A manutenção corretiva, por sua vez, já intervém sobre a matéria de forma mais invasiva, removendo e/ou inserindo materiais, buscando devolver, assim, a integridade física desses suportes e é necessariamente pontual (PINHEIRO et al., 2009, p.16).

Seguindo os conceitos delimitados por esses autores, compreendemos que a Conservação está contida na Preservação e que esta última “é um elemento importante na política dos museus e da proteção de acervos” (ICOM, 2009, p. 26).

Retomando o conceito de Preservação, aqui importa ressaltar que ele é muito abrangente e é adotado por todas as instituições que salvaguardam o patrimônio cultural. No esteio dessa discussão, Zúñiga tem demonstrado que a “preservação é a forma extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição no sentido de retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso a todos” (ZÚÑIGA, 2002, p. 73). Zúñiga afirma ainda que a preservação é uma atividade de cunho administrativo e gerencial e tem como escopo minimizar a deterioração do acervo e evitar que o conteúdo informacional se perca, este conceito é tão amplo que abriga outros conceitos, entre eles, como conservação e restauro (ações preventivas e interventivas), como na ilustração abaixo, apresentada pela autora.



Imagem 1: O guarda-chuva de Lisa Fox. Fonte: ZÚÑIGA, 2012, p. 6.

Na perspectiva de Heloisa Maria Pinheiro de Abreu Meirelles (2010), a Preservação significa proteção, resguardo, defesa de um determinado bem cultural de algum dano ou perigo com o objetivo de assegurar a sua disponibilidade contínua. Dessa forma, infere-se que preservar remete-se ao emprego de políticas que visam cuidar dos acervos em determinadas instituições. Nesse sentido, Marilúcia Bottallo (2010) afirma que a preservação do patrimônio deve ser orientada por princípios normalizados que devem ser conhecidos por todos, isto é, toda a equipe das instituições.

O ponto que desejamos enfatizar aqui é que, não obstante sejam utilizados como sinônimos a depender do contexto em que sejam utilizados, os termos Conservação e Preservação vêm passando por transformações ao longo dos anos, até os dias atuais. Essas transformações têm implicações, inclusive, quando se consideram a relevância e necessidade de uma tomada de consciência do alcance epistêmico e prático dessas noções nos processos de Musealização da Arqueologia.

Esses termos foram pauta da XXV Assembleia do ICOM em Shanghai, realizada no ano 2010, cuja temática “Museus para a Harmonia Social”. As discussões realizadas e organizadas pelo ICOM basearam-se na construção de conhecimentos e conceitos no campo Museológico. Esta Assembleia através da Resolução 7 buscou estabelecer o esclarecimento e definição da terminologia de Conservação, incluindo “conservação preventiva”, “conservação corretiva” e “restauração” como termos preferenciais que caracterizam as várias ações para a preservação do patrimônio. Esses termos foram definidos da seguinte forma:

- Conservação - todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível, assegurando simultaneamente a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação abrange a

conservação preventiva, conservação e restauração. Todas as medidas e ações devem respeitar o significado e as propriedades físicas do patrimônio cultural.

- Conservação preventiva - todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar a deterioração ou perda futura. Elas são realizadas dentro do contexto ou nos arredores de um item, mas, mais frequentemente, um grupo de itens, qualquer que seja sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas - elas não interferem com os materiais e estruturas dos itens. Eles não modificam sua aparência. Exemplos de conservação preventiva são medidas e ações adequadas para registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, gerenciamento ambiental (luz, umidade, poluição e controle de pragas), planejamento de emergência, educação de pessoal, conscientização pública, conformidade legal.

- Conservação curativa - todas as ações diretamente aplicadas a um item ou a um grupo de itens destinados a parar os atuais processos prejudiciais ou a reforçar sua estrutura. Essas ações só são realizadas quando os itens estão em condições tão frágeis ou se deterioram a uma taxa tal, que podem ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens. Exemplos de conservação corretiva são a desinfestação de têxteis, dessalinização de cerâmica, desacidificação de papel, desidratação de materiais arqueológicos úmidos, estabilização de metais corroídos, consolidação de pinturas murais, remoção de ervas daninhas em mosaicos.

- Restauração - todas as ações diretamente aplicadas a um item único e estável, visando facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Essas ações só são realizadas quando o item perdeu parte de sua significância ou função por meio de alteração ou deterioração do passado. Eles são baseados no respeito pelo material original. Na maioria das vezes, tais ações modificam a aparência do item. Exemplos de restauração são retocar uma pintura, remontar uma escultura quebrada, remodelar uma cesta, preencher as perdas em um recipiente de vidro (ICOM, 2010, p. 6, tradução nossa).

Esse entendimento é semelhante ao abordado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras de Artes (PLANOR) nas Diretrizes de Preservação na Biblioteca Nacional, o qual enfatiza que a Preservação é:

[...] entendida em seu sentido mais amplo, abrangendo todas as ações que se destinam a salvaguardar e a recuperar as condições físicas dos suportes que contém informações, com vistas à permanência das fontes materiais para as futuras gerações. É o “guarda – chuva”, sob o qual se “abrigam” a conservação preventiva, a conservação reparadora e a restauração [...] (SPINELLI, 2009).

A luz desta e de outras afirmações discutidas ao longo desse trabalho, poderá, pois, afirmar-se, que a preservação se relaciona a uma ação abrangente (grande guarda-chuva) que traz sobre si outras atividades necessárias para o prolongamento da vida útil do patrimônio cultural, como as técnicas de conservação e a da restauração.

O artigo “*Conservación preventiva: ¿Em qué punto nos encontramos en 2013?*”, de Gaël de Guichen, por sua vez, traz à baila reflexões sobre a ampliação do conceito de Conservação Preventiva. Gaël de Guichen levantou o seguinte questionamento: Conservação

preventiva: mera moda passageira ou mudança momentânea? Após fazer um balanço sobre o termo em vários círculos internacionais, o autor obteve como resposta que a Conservação Preventiva (CP) não se tornou um simples modismo, muito pelo contrário, trouxe uma profunda mudança na forma de trabalhar com o patrimônio e, diante disso, foi assimilada e implantada em vários setores.

Para Gäel de Guichen, hodiernamente os termos utilizados são “Conservação, que se divide em três componentes: conservação preventiva, conservação curativa e restauração, e, em francês, conservação-restauração com seus três componentes: conservação preventiva, conservação curativa e restauração” (GAËL DE GUICHEN, 2013, p. 17).

Froner e Souza (2008), no texto “Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios”, compreendem a Conservação como um conjunto de esforço que busca ao máximo prolongar a vida útil do objeto, a partir de intervenções conscientes e de controle no meio ambiente onde o objeto se encontra depositado, assim também como intervenções diretas no próprio objeto. Eles também apontam que é indispensável a construção de um Plano Diretor voltado para a preservação do acervo. Para eles,

A Conservação Preventiva abarca procedimentos relacionados à adequação das condições ambientais, físico-químicas, sob as quais uma coleção se encontra. Parte das relações que envolvem o macro ambiente, o ambiente médio e o microambiente do entorno do acervo (FRONER; SOUZA, 2008, p. 8).

Em relação ao macro ambiente, compreende-se o “*situ*” como o local onde se encontra localizada a instituição. Nele são analisados todos os fatores que podem exercer fortes influências no acervo, tais como o clima da região, da paisagem externa ao prédio, das instalações físicas à sala. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para a avaliação de um projeto de controle ambiental. Quanto ao meio ambiente, refere-se à sala, ou local de guarda ou exposição e, por isso, pode ser necessário um projeto com necessidades específicas (FRONER; SOUZA, 2018).

No tocante ao microambiente, está relacionado ao mobiliário e sistemas de organização do acervo, tais como mapotecas, armários, plataformas e compactadores deslizantes. Nele, são analisados fatores relacionados ao acervo, tais como exposição à luz, umidade, poeira, assim como os riscos de impactos e esforços mecânicos, empilhamento, atrito, compactação ou mau posicionamento dos acervos. Também consiste na avaliação da qualidade dos materiais, principalmente no que diz respeito à estabilidade e adequação do mobiliário,

observa-se ainda o contato dos acervos com as embalagens ou invólucros relacionados ao grau de acidez ou alcalinidade.

Para Marilúcia Bottallo (2010), a Museologia utiliza um sistema de ações museológicas com metodologias diversas para que se cumpra o seu papel primordial que é a preservação e divulgação do patrimônio. No tocante a este papel preservacionista, esse campo de conhecimento abarca as áreas de documentação museológica e conservação preventiva. Diz ainda a autora, de forma genérica, que a Museologia, por meio da conservação preventiva, busca desenvolver melhores procedimentos em relação ao meio ambiente em que os objetos estão armazenados e expostos, assim como as formas corretas de manuseio. Para além dessas questões supracitadas, a autora traz ainda que a conservação preventiva também propõe diretrizes no que se diz respeito a questões de segurança, tanto de acervos quanto de pessoas.

Desenvolvendo melhor os caracteres preventivos e corretivos da Conservação, já indicadas nessa discussão, é importante entender os alcances dessas noções. No que concerne a Conservação Preventiva, ela é compreendida como um conjunto de medidas que visa reduzir ou impedir perdas, danos e degradações em acervos, isto é, busca a proteção dos acervos contra os agentes de deterioração. De acordo com Melo (2002), a conservação preventiva busca manter a integridade do acervo e para isso desenvolve ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação; a conservação preventiva parte da premissa de que a melhor forma de preservar determinados acervos é evitar que fiquem sujos, rasgados, mal acondicionados ou que sejam atacados por fungos, insetos ou que sejam expostos a ambientes inadequados. Ações anteriores ao desgaste fazem parte da conservação preventiva.

Trata-se, assim, de um conjunto de medidas que se deve tomar para prevenir a deterioração dos documentos e evitar a restauração. Assim como a medicina preventiva, a Conservação Preventiva tem por objetivo prevenir os problemas com a adoção de ações que evitam que eles ocorram. Logo, para assegurar uma longa vida útil para os acervos, o método mais eficaz é prevenir. As práticas de proteção devem agir sobre o documento e seu ambiente, de forma a evitar o processo de degradação. A conservação preventiva estabelece práticas rotineiras como o controle de condições ambientais, tanto nas reservas técnicas como nos locais de exposições; higienização do acervo e das vitrines de exposições, procedimentos para manusear corretamente o acervo, planejamento contra desastres entre outros.

Embora a Conservação Preventiva implique certos gastos para as instituições, em longo prazo resulta em uma economia qualitativa e quantitativa, uma vez que evita métodos de

intervenção mais agressivos e caros, pois, nos processos de restauração é necessária a atuação de profissionais extremamente qualificados.

Por sua vez, a Conservação Corretiva, segundo Pinheiro (2009), atua de forma mais invasiva sobre a matéria, buscando desenvolver a sua integridade física, pode acontecer tanto pela remoção de materiais, quanto pela inserção. A Conservação Corretiva implica gastos maiores em relação à anterior, pois requer a atuação de profissionais altamente qualificados, que buscam, na medida do possível, a configuração original da peça deteriorada ou a um estado anterior ao que esta se encontra.

Segundo a analogia que já apresentamos, a Conservação Preventiva é um pouco como a Medicina Preventiva, pois, no que se refere ao patrimônio, seja ele arqueológico, museológico, arquitetônico ou paisagístico, suas metodologias não são visíveis à primeira vista. O que devemos ter em mente é que a Conservação Preventiva tem como objetivo evitar a deterioração e manter a vida das coleções num estado otimizado. A sua essência é evitar que a coleção se perca como bem nos lembrou Salvador (2004), ao indagar que a expressão “conservação preventiva” é especialmente desafortunada, pois não existe nenhuma conservação que não seja preventiva, pois suas atividades buscam sempre manter o acervo em seu estado atual e evitar que danos ulteriores aconteçam (SALVADOR, 2004).

Enfim, esse debate acerca das noções de Preservação e Conservação resulta de nossa compreensão de que de nada vale pensar em documentação museológica de objetos arqueológicos ou dos processos de Musealização da Arqueologia se, *pari passu*, não se refletir sobre os meios de preservação e manutenção da natureza física desses mesmos objetos.

* * *

Em síntese, o conjunto de conceitos aos quais lançamos mão neste capítulo – documento, objeto, documentação museológica, musealização, informação arqueológica; preservação e conservação – serve como base para a compreensão das reflexões relacionadas aos procedimentos de gerenciamento do patrimônio arqueológico, que, sob nossa perspectiva, devem ser realizados de forma interdisciplinar. É sabido que boa parte dos museus e instituições de guarda e pesquisa pautam suas ações na cadeia operatória de procedimentos museológicos, que envolve ações de salvaguarda (documentação e conservação), comunicação (exposições e ações educativas) e pesquisa.

No que tange a proteção e promoção do patrimônio arqueológico pelos processos museológicos, especificamente de documentação museológica, entendemos que as peculiaridades que levam a geração e chancela dessa parcela do patrimônio cultural exigam dos pesquisadores um exercício de bom senso e racionalização, que permitam considerar a eficácia não apenas a preservação do objeto, em si, mas de toda a sua “vida arqueológica”. Assim dizendo, referimo-nos a entender que há um processo gerador que fez com que o objeto arqueológico seja assim compreendido, de forma a considerar na documentação museológica tudo que envolve o surgimento do objeto como arqueológico. Como é largamente sabido, para a Arqueologia, pouca utilidade tem um objeto deslocado do seu contexto.

Para além dos aspectos técnicos e do estudo de caso específicos que abordaremos nos próximos capítulos, a Musealização da Arqueologia tem despendido esforços para desencadear no público uma consciência preservacionista, por meio da interface interdisciplinar de práticas museológicas e arqueológicas.

3. CAPÍTULO 2 – PILARES DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Neste capítulo, exploraremos o papel da legislação no contexto do patrimônio arqueológico, examinando e discutindo as medias legais adotadas para preservar e salvaguardar esses bens. Serão analisadas as principais leis e regulamentos que visam à preservação, conservação e promoção do patrimônio arqueológico. Exploraremos os desafios enfrentados na implementação dessas leis, bem como o impacto que têm tido na proteção desse patrimônio.

No presente capítulo, abordamos ainda as estratégias de gerenciamento da informação arqueológica, discutindo as melhores práticas para a catalogação, armazenamento, análise e disseminação de dados. Compreenderemos como a gestão adequada da informação arqueológica contribui para a continuidade da pesquisa, o aprimoramento das análises e a promoção do diálogo entre os diferentes atores envolvidos na preservação do patrimônio arqueológico.

3.1. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Antes de abordar sobre as normas de proteção ao patrimônio arqueológico na legislação brasileira, cumpre trazer à baila o conceito primitivo de patrimônio. A palavra patrimônio originária do latim “patrimonium”, cujo significado está ligado a herança familiar ou paterna, de tal forma que o patrimônio passou a ser com tudo aquilo que foi deixado pelos pais para os seus filhos. Com o passar do tempo, a noção de patrimônio se ampliou, sendo compreendida como um conjunto de bens (materiais, imateriais e paisagísticos) que estão intimamente ligados à ideia de identidade, cultura ou o passado de uma coletividade.

No âmbito legal, no Brasil, as discussões sobre o Patrimônio Histórico e Cultural vêm desde o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que em seu artigo 1º apresenta o seguinte conceito:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nessa época, o foco principal estava voltado para o patrimônio arquitetônico, sobretudo remanescente do período colonial. Para Fonseca (2005), o Estado construiu umapolítica que por mais de 60 anos associou a expressão patrimônio histórico e artístico a um conjunto de monumentos antigos ou a obras de artes excepcionais e que por este motivo

deveriam ser preservadas. Essa época que foi marcada por uma busca desenfreada pelo molde estético europeu.

Como a política da época privilegiava apenas a cultura europeia, Fonseca ainda acrescenta que a cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX era uma cidade quase africana, sendo que essa informação não ficou registrada nos bens que ali foram identificados como patrimônio cultural brasileiro. Esta autora fez análises em outras cidades, e constatou que as culturas negras e indígenas foram invisibilizadas e apenas a cultura portuguesa foi tombada como patrimônio cultural brasileiro.

Foi nesse contexto que foi promulgada a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (também conhecida como Lei da Arqueologia) que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos. Embora tivesse surgido em um contexto dominado por uma política de patrimônio conservadora e elitista, foi a partir dessa Lei que houve a normatização do patrimônio arqueológico no Brasil. A respeito das escavações arqueológicas, a referida lei determinou em seu art.16, parágrafo único, que no resultado da pesquisa arqueológica apresentada, o responsável deve informar uma “súmula do resultado obtido e o destino do material coletado, assim como informações sobre o local, nome do especialista, designação da jazida, e os indícios que determinaram a escolha do local”. Tais exigências passaram a orientar os princípios de elaboração de normas subsequentes como a Portaria a Portaria SPHAN nº 07/1988, que passou a regulamentar os pedidos de permissão e autorização para realização de pesquisas de campo e escavações arqueológicas.

Elaborada com base nas recomendações da Carta de Nova Délhi, a Lei nº 3.924/1961 apresentou os seguintes desdobramentos: legitimação da DPHAN como órgão responsável pela proteção do patrimônio arqueológico e estabelecimento de bases para a execução das práticas preservacionistas, ou seja, “serviram de princípios para o desenvolvimento da arqueologia no país” (SALADINO, 2010, p. 86). A Carta de Nova Délhi, na Índia, de 5 de dezembro de 1956, foi realizada a Conferência Geral da UNESCO, que resultou no primeiro documento internacional que versou sobre os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisa arqueológica. A Carta trouxe recomendações a respeito do papel ativo do Estado no tocante à proteção e promoção e comunicação do patrimônio arqueológico. Esta Carta não só contribuiu para a construção da Lei nº 3.924, de 1961, como também trouxe os desdobramentos na atuação do IPHAN em relação ao patrimônio arqueológico.

Durante o final da década de 1980, os arqueólogos passaram a se envolver com Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIAs/RIMAs), ocasião na qual

começaram a surgir as empresas de Arqueologia no país que passaram a se especializar nos processos de licenciamento ambiental. Consequentemente, os pedidos de autorização de pesquisa cresceram exponencialmente, produzindo um grande número de demandas, que sequer poderiam ser atendidas pelo IPHAN.

De acordo com Lima (2017), nesse período o arquiteto Pedro Alcântara tentou formular uma política para o SPHAN para resolver problemas relacionados com a falta de estrutura das instituições para atender as demandas do licenciamento ambiental, porém essa iniciativa não logrou êxito.

Em 1988, em 5 de outubro, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil; nela, alguns dispositivos versam sobre a proteção do patrimônio arqueológico. O primeiro dele está no Art. 20, inciso X, que preconiza “as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos” como “bens da União”. Decorrente dessa condição, o Art. 23, inciso III, da Carta Magna define como “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” de “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. Finalmente, será no Art. 216, inciso V, definido “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” como “patrimônio cultural brasileiro”, legalmente definidos como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem”.

Foi também neste ano publicado a primeira normativa infralegal concernente à proteção do patrimônio arqueológico no país, Portaria SPHAN 007, de 1º de dezembro de 1988. Esse ato administrativo interno normatizou os procedimentos necessários que regulamentaram os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País. De acordo com esse instrumento normativo, para as instituições científicas requererem autorização para escavações e pesquisas, deveriam apresentar: idoneidade técnico-científica; delimitação da área abrangida pelo projeto (com a indicação exata da localização de cada sítio); plano de trabalho científico que contenha objetivos, conceituação e metodologia, sequência das operações a serem realizadas no sítio; cronograma; meios de divulgação das informações obtidas; prova de idoneidade financeira e indicação da instituição científica que apoiará o respectivo projeto. Ainda de acordo com a Portaria 07/1988, caso o arqueólogo responsável pelo projeto não apresentasse os relatórios

técnicos, a autorização seria cancelada e a área a ser pesquisada estaria livre para outra equipe estudar.

Maria Lúcia Pardi (2002) considera a Portaria SPHAN nº 07/1988 como um marco histórico da atuação do Estado no estabelecimento de política para a gestão do patrimônio arqueológico, que além de regulamentar o licenciamento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas, buscou resguardar os objetos de valor científico e cultural e passou a fiscalizar as atividades que envolvem bem de interesse arqueológico do País. Nesse aspecto, cabe destacar a compreensão firmada pelo órgão público em relação à pesquisa arqueológica, uma vez que ela não se acaba apenas com a escavação, é preciso garantir a salvaguarda e análise do material. Assim, a Portaria 07/1988 passou a estabelecer a necessidade de apresentação da carta de endosso financeiro, em que o empreendedor deve arcar com todos os custos da pesquisa e o endosso institucional, em que uma instituição deveria garantir a guarda do material escavado que, via de regra, deveria funcionar como um vínculo entre a instituição e o arqueólogo (fiel depositário) responsável.

Nesse sentido, Costa (2007) tece duras críticas a essa Portaria. Para esse autor, é um equívoco o fato de um arqueólogo externo à instituição monopolizar todo o processo da pesquisa, ficando a cargo da instituição apenas uma participação passiva na apresentação de uma declaração de endosso institucional.

Outra crítica referente a essa norma está relacionada a obrigatoriedade imposta às instituições sem a contrapartida do estado, uma vez ser esse o responsável primário dos processos de preservação do patrimônio arqueológico. Em tese, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) controlaria o destino dos acervos arqueológicos; porém, na prática muitas instituições passaram a abrigar esse acervo sem desenvolver a devida pesquisa, conservação e divulgação do patrimônio arqueológico. Para Yacy-Ara Froner e Ana Carolina Montalvão (2016), essa brecha foi legitimada pelos artigos 11, inciso IV e artigo 12, incisos II e III, que deixou de mencionar uma instituição científica, descrevendo apenas uma instituição responsável pela guarda e manutenção; para as autoras, isso gerou um efeito em cascata, pois vários locais com funções diversas passaram a guardar esses materiais, sem exigir os relatórios parciais e finais, da mesma forma que não havia comprovação das ações de valorização do potencial científico, cultural e educacional, tampouco sobre a divulgação das informações científicas obtidas.

Para Tânia Andrade Lima (2017) o grande equívoco foi disseminado pelos arqueólogos do IPHAN, de que a Portaria nº 07/1988 foi resultado da Resolução CONAMA nº

01/1986 (Avaliação de Impacto Ambiental) e Resolução CONAMA nº 06/1987 (licenciamento ambiental de obras do setor de energia elétrica). A autora considera que o texto da Portaria se refere apenas à pesquisa acadêmica e não tem relação alguma com as ordenações do licenciamento ambiental. Ainda de acordo com a autora, a Coordenadoria de Arqueologia nos primeiros anos não se deu conta de que a legislação ambiental mudou radicalmente a prática da arqueologia no país.

Os anos 1990 foram, sem dúvidas, um ano turbulento para o IPHAN, pois o cenário foi marcado por pressões por parte dos arqueólogos, que exigia uma política célere nas concessões de autorizações/permisões de pesquisa. Para Lima (2017) o grande estopim aconteceu em 1997, com a edição da Resolução CONAMA nº 237, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental. A edição desse ato normativo em seu artigo 4º vinculou o licenciamento ambiental ao parecer técnico emitido pelo órgão competente, ou seja, o IPHAN passou a emitir vários pareceres solicitados pelo IBAMA.

Na ocasião do Plano Plurianual 2000-2003, durante o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, foi realizado o programa Avança Brasil que apresentou inúmeros projetos em infraestrutura. Tal investimento resultou num volume muito grande de autorizações e permisões de pesquisas arqueológicas. Contudo, a Portaria 07/1988 já não conseguia dar conta de tamanha demanda, limitando a sua jurisdição à Arqueologia acadêmica e não mais à Arqueologia preventiva (LIMA, 2017). Foi nesse contexto, que no ano de 2002 foi promulgada a Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Tal instrumento normativo estabeleceu um regramento para a especificidade da pesquisa realizada nas obras de larga escala. Essa portaria teve como finalidade compatibilizar a pesquisa arqueológica às fases do empreendimento, ou seja, para cada etapa do projeto requereu estudos arqueológicos: para a obtenção da Licença Prévia, deveria ser apresentado um documento chamado de Diagnóstico arqueológico, no qual deveriam constar a contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência, assim como levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo; para a obtenção da Licença de Instalação (LI) deveria se apresentar o Programa de Prospecção, em que se prevêem as prospecções intensivas nos ambientes de maior potencial arqueológico; e, por fim, para a obtenção da Licença de Operação, deve-se ser apresentado o Programa de Resgate, que deveria conter o detalhamento de todo o trabalho de salvamento arqueológico realizados nos sítios.

Outra obrigação prevista na Portaria 230 encontra-se no parágrafo sétimo do artigo 6º, que corresponde à responsabilidade do empreendedor garantir os trabalhos de gabinetes e de laboratório do material arqueológico recolhido. Cabe fazer um adendo às informações veiculadas na seção da Fase de obtenção da licença de operação. Essa fase é encabeçada pelo artigo 6º que em seu parágrafo 2º adverte que os trabalhos arqueológicos devem ser meticulosos com escavações exaustivas, com registro detalhado de cada sítio, assim como do seu entorno. Mas, o que nos chama atenção é sobre a informação concernente à coleta, que, segundo a norma, deve ser feita de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico. Essa informação nos mostra que o abarrotamento das reservas técnicas e das instituições de guarda após 2002 se trata claramente de um descumprimento infralegal.

Teoricamente, a Portaria 230/2002 trouxe avanços significativos, como a exigência de Programa de Educação Patrimonial, criação, ampliação ou modernização de reservas técnicas para guarda do material, acrescentou ainda a obrigatoriedade da contrapartida financeira para a emissão do apoio institucional. Isto significa, pelo menos, em aspecto teórico, que o empreendedor deveria arcar com os custos concernentes ao tratamento do acervo. Porém, o que vemos na prática são instituições comprometendo parte do seu orçamento, que já é ínfimo, com a manutenção desse acervo, ou seja, ônus permanente com uma obrigação que é legalmente do IPHAN.

É sabido que a Portaria 230/2002 suprimiu lacunas da Portaria SPHAN 07/1988 e trouxe avanços significativos na gestão do patrimônio arqueológico. Porém, ao analisar o contexto de aplicabilidade deste instrumento normativo, Lima afirma que durante os anos do PAC 2 (2011-2014) houve grandes retrocessos, marcados por violências, abusos e violações aos direitos dos povos indígenas (LIMA, 2017). Essa condição desencadeou pressões para a elaboração de um novo regramento para a substituição da Portaria 230 e que este documento fosse exaustivamente discutido com a comunidade interessada.

Essas pressões levaram a elaboração da Instrução Normativa nº001, de 25 de março de 2015, fruto de um contexto de discussões recentes sobre os processos de licenciamento ambiental. Assim sendo, a referida norma estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Esse ato normativo revogou a Portaria IPHAN nº230/2002, aprimorou as diretrizes e a regulamentação das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na esfera dos estudos ambientais, pois ampliou a participação do IPHAN no processo, passando a atuar como órgão interveniente do processo de licenciamento.

A IN 001/2015 trouxe vários avanços em relação à Portaria 230, que exigia a mesma metodologia sem levar em consideração o tipo de empreendimento; contudo, diminuiu absurdamente o campo de trabalho arqueológico. Durante a fase de aplicação da Portaria 230/2002, uma das principais críticas decorriam de os trabalhos arqueológicos serem realizados com orientação dadas pelos empreendimentos, especificamente orientados pelas áreas de impacto direto e indireto das obras. Com a criação da IN 001/2015, essa crítica se aprofundou, posto que a área de abrangência dos trabalhos arqueológicos se circunscreveu as áreas de impacto direto com alteração do meio.

Ademais, diferente do ordenamento dos trabalhos arqueológicos por fases do empreendimento, a IN 001/2015 passou a enquadrar previamente os empreendimentos por tipos, nos quais se determinam o grau de impacto potencial para o patrimônio arqueológico. Esta norma caracteriza o empreendimento em quatro níveis: I, II, III, IV, e para cada nível é exigido um procedimento adequado.

É na IN 001/2015, uma norma infralegal, que surge pela primeira vez a criativa expressão “instituição de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico”, sem a definição ao que ela quer se ater, a qual parece se opor a noção de Museu existente no Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/2009); essa dissonância normativa parece estar no seio de uma aparente disputa da divisão do cabido da cultura entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a qual colocaria as questões arqueológicas sob a responsabilidade do IPHAN e as museológicas do IBRAM, cingindo os campos de fricção comuns aos dois órgãos². Apesar dessa aparente disputa, a IN reforçou a necessidade de atenção para as coleções e instituições de guarda e pesquisa, pois antes a preocupação pairava apenas nos termos burocráticos do endosso e não havia preocupação alguma com relação às instituições, com previsão no artigo 52. Outro avanço trazido pela norma foi sobre a responsabilização dos agentes envolvidos, pois em seu artigo 51 estabelece que é de responsabilidade do empreendedor, do arqueólogo coordenador e da instituição de guarda e pesquisa a conservação dos bens arqueológicos. Finalmente, talvez a maior das inserções feitas na IN 001/2015, está a inclusão dos demais bens acautelados (bens tombados, patrimônio imaterial e patrimônio ferroviário) como alcançáveis pelos licenciamentos ambientais.

² Não aprofundaremos esse debate, pois não é objeto e nem objetivo desta pesquisa. Contudo, acerca desta discussão, sugerimos a leitura do sub-capítulo 2.2 da dissertação de mestrado “Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais” (Cachoeira: PPGap/UFRB, 2023), de autoria de Gilcimar Costa Barbosa.

Um dos pontos mais criticados desta norma se encontra no anexo III, inciso I do Termo de Compromisso do Empreendedor que preconiza: na hipótese de ocorrência de achados arqueológicos, deve-se suspender imediatamente as obras ou atividades realizadas e posteriormente comunicar a ocorrência ao IPHAN. Refletindo sobre as críticas trazidas por Lima (2017), percebe-se que houve uma distorção do processo de licenciamento ambiental, que deveria ser utilizado como uma ferramenta para assegurar vida e sustentabilidade e não ser apenas um instrumento utilizado por grupos dominantes para garantir a exploração econômica a qualquer custo.

Dentro do contexto da Musealização da Arqueologia, Moraes Wichers (2016) aponta que a presente Instrução Normativa consagrou o hiato no âmbito jurídico entre as práticas arqueológicas e museológicas, pois esta norma deixou de fora tanto o papel dos museus quanto dos profissionais de Museologia, incluindo apenas os profissionais da área de conservação e os da área de pedagogia, este último com maior ênfase na área de educação patrimonial. Isso mostra como é prejudicial para a promoção e valorização do patrimônio arqueológico a falta de diálogos entre o IBRAM e o IPHAN. O mais inusitado é que esta norma aprimorou os critérios referentes às ações de Educação Patrimonial, porém sem mencionar o Museu, enquanto uma instituição legal que desempenha tão bem a relação entre patrimônio e educação.

Pouco mais de um ano após a publicação da IN, foi publicada a Portaria IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016. Este instrumento infralegal tem a finalidade de dispor sobre recomendações mínimas para a conservação de bens arqueológicos móveis, que engloba tanto as atividades realizadas em campo quanto em laboratório. A presente norma trouxe avanços significativos para a política de gestão do acervo arqueológico ao criar três instrumentos para a gestão do patrimônio arqueológico, a saber: Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa; Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. De acordo com esta norma, o inventário de bens arqueológicos móveis é constituído pelo conjunto dessas fichas e é considerado como fonte primária de dados para estudo e para investigação científica. Nesse sentido, o presente instrumento recomenda que o inventário contenha informações de níveis de confiabilidade e significância, além de chamar a atenção para o fato de ser um instrumento dinâmico, isto é, atualizável, pois, o inventário é um instrumento de proteção e uma forma de agrupar e organizar as informações do patrimônio cultural, de forma que à medida que se tem novas descobertas, há possibilidades de atualização deste instrumento.

Este instrumento normativo está organizado em 3 capítulos e contém 3 anexos. O capítulo I trata das Disposições Gerais, o capítulo II trata do processo administrativo para o cadastramento das Instituições de Guarda e Pesquisa e o capítulo III trata das disposições finais. Quanto aos anexos, o I traz uma série de recomendações para a conservação e preservação de bens arqueológicos móveis que devem ser adotadas pelos agentes que lidam com esse bem, ou seja, coordenadores das pesquisas arqueológicas, aos pesquisadores e demais agentes envolvidos na pesquisa arqueológica, Instituições de Guarda e Pesquisa, Reserva Técnica, Laboratório. Também trouxe recomendações para a extroversão do patrimônio arqueológico que pode se dar por meio de exposições, publicações e ações educativas.

Para Cerqueira (2018), no que tange ao fornecimento de endosso por parte das instituições, a presente portaria não foi capaz de estabelecer os critérios necessários para definir quais tipos de instituições poderiam salvaguardar o patrimônio arqueológico. A autora aponta que a Portaria 196/2016 estabelece que após a fiscalização feita pelo IPHAN, que a seu critério, emitirá um parecer considerando a instituição como apta ou inapta a receber a guarda de bens arqueológicos móveis.

Uma questão que é preciso pontuar na Portaria 196/2016 diz respeito à gestão do acervo. O presente instrumento infralegal recomenda que as instituições possuam normas para recebimentos de acervos, ou seja, as Instituições de Guarda e Pesquisa devem elaborar seus protocolos para a gestão do seu acervo, dessa forma, deixará de ser um repositório passivo dos bens adquiridos, como tem advertido os autores que se debruçam sobre a Musealização da Arqueologia. Embora a norma tenha trazido recomendações para os problemas identificados no contexto em que foi elaborada, na prática esse instrumento não favoreceu políticas institucionais para as instituições de guarda e pesquisa (PAIVA, 2021). Se fizermos uma analogia com a classificação ontológica das constituições no Direito Constitucional, classificaremos esta norma infralegal como nominal ou nominativa, pois, embora buscasse regular um determinado processo, como a infraestrutura das IGPs, não cumpre com o objetivo, pois não atende plenamente a realidade social das IGPs, como podemos verificar no art. 11 da presente portaria, o prazo irrisório de 12 meses para adequação prevista no regramento. E o ponto mais crucial desse instrumento infralegal se refere à transferência da guarda do poder público para as IGPs, que na maioria das vezes não possuem receita própria nem mantenedor fixo. Grosso modo, transfere-se apenas o ônus para a salvaguarda do patrimônio arqueológico, sem oferecer as condições mínimas para a proteção, salvaguarda, conservação e preservação deste bem, que é finito e não renovável.

Finalmente, entre as normas imputáveis às questões de salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro temos a Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018, e as Portarias IPHAN nº 316 e nº 317, ambas de 4 de novembro de 2019. A primeira institui a política de patrimônio material do IPHAN, o qual condensa todo corpo normativo que trata dos bens acautelados; a segunda estabelece procedimentos para identificação e reconhecimento dos sítios arqueológicos; e, por fim, a terceira versa sobre diretrizes do IPHAN para análise das atividades científicas de Arqueologia, prevista na Lei nº 13.653/2018, para efeitos de concessão de autorização/permissão de portarias para arqueólogos.

3.2. GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA: ORGANIZAÇÃO E ACESSO A DADOS PATRIMONIAIS

O gerenciamento da informação arqueológica é uma parte crucial do trabalho arqueológico, pois envolve a coleta, organização, armazenamento e análise dos dados e informações obtidos durante as escavações e estudos arqueológicos. Essas informações incluem tanto os dados de campo, como registros de escavação, fotografias e desenhos, quanto às análises laboratoriais, interpretações e conclusões resultantes das pesquisas. No que tange à organização institucional, os museus e as instituições de guarda e pesquisa devem considerar todas as informações supracitadas na preservação e promoção do patrimônio arqueológico.

A seguir serão apresentadas algumas etapas e considerações, as quais, segundo as nossas considerações, são fundamentais no gerenciamento do patrimônio arqueológico e devem anteceder a chegada dos acervos nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa:

- Planejamento: Antes de dar início a qualquer projeto ou trabalho arqueológico, é fundamental ter um plano de gerenciamento da informação. Nele é necessário descrever claramente os objetivos do projeto arqueológico e quais informações são necessárias para alcançá-los. Assim como as metodologias de coleta e registro de dados, os padrões de documentação e as diretrizes para organização e armazenamento da informação.
- Coleta e registro de dados: durante as escavações e estudos arqueológicos, é fundamental coletar e registrar informações de maneira sistemática e detalhada. Isso envolve registrar informações contextuais, como localização, estratigrafia, relação dos artefatos com o ambiente circundante etc. É bastante comum o uso de fichas de registro, diários de campo, fotografias, vídeos etc.

- **Padronização e documentação:** é fundamental estabelecer padrões e critérios de documentação para garantir a organização e análise dos dados. Isso inclui o uso de vocabulários controlados, padronização de unidades de medidas, criação de formulários de registro, adoção de diretrizes para fotografia e descrição dos artefatos ou mesmo a criação de um sistema de classificação para numeração e indexação dos artefatos.
- **Preservação:** a informação arqueológica precisa ser armazenada de forma adequada para garantir a sua preservação ao longo do tempo, não basta apenas acondicionar os artefatos, é preciso garantir que toda informação do acervo arqueológico seja preservada. Atualmente, tem se tornado comum o uso de banco de dados eletrônicos para armazenar essas informações, além de ser uma excelente medida de segurança.
- **Arrolamento, catalogação e indexação:** logo após a coleta de dados, é imperioso arrolar, catalogar e indexar o acervo arqueológico para facilitar a recuperação da informação. Para isso é preciso a adoção de metadados descritivos que identifiquem cada item e forneçam informações relevantes para a pesquisa e recuperação posterior de forma rápida e organizada.
- **Publicidade:** é imperioso que as descobertas arqueológicas sejam divulgadas e compartilhadas não só com a comunidade acadêmica, mas também com o público em geral. Isso pode ser feito por meio de exposições, ações educativas, publicações acadêmicas etc. Convém que essas informações também sejam compartilhadas através de banco de dados online, o que permite o acesso a outros pesquisadores de diferentes locais.

Essas, de acordo com a nossa percepção, são apenas algumas das etapas e considerações importantes para o gerenciamento da informação arqueológica para a preservação do patrimônio cultural. É necessário destacar que o campo da Arqueologia está em constante transformação e novas abordagens e tecnologias podem surgir para melhorar o processo de gerenciamento e preservação do patrimônio arqueológico.

No tocante a documentação arqueológica, sabemos que a mesma é parte essencial do processo de pesquisa e preservação do patrimônio arqueológico. Um dos principais meios de documentação é o uso de procedimentos de registro arqueológico, que são conjuntos de informações e registros que fornecem um panorama detalhado de todo o trabalho arqueológico. A seguir serão apresentados alguns aspectos-chave desses procedimentos de documentação arqueológica:

- Registros de escavação: esses registros arqueológicos devem conter informações detalhadas de todas as etapas da escavação, desde a ocupação para início dos trabalhos até a conclusão do trabalho de campo. Isso inclui mapas, croquis de perfis estratigráficos, mapas de localização de estruturas e evidências arqueológicas, fotografias que mostram a disposição das áreas escavadas, vídeos, diários de campo etc.
- Descrições de objetos: devem conter nos dossiês descrições precisas de todos os objetos arqueológicos encontrados durante as escavações, assim como as informações referentes ao tipo de material, medidas, estado de conservação, contexto de descoberta e qualquer outra característica relevante. Essas informações ajudam a identificar e estudar os artefatos, além de fornecer informações para futuras pesquisas.
- Contexto arqueológico: é fundamental incluir informações sobre o contexto em que os objetos foram descobertos, pois é através delas que se pode ter uma compreensão da história e da cultura material de uma determinada área. Essas informações contextualizam os artefatos proporcionando uma leitura sobre os seus usos e funções dentro da sociedade em que foram produzidos, uma vez perdidas, perde-se a logicidade da própria preservação no caso desse tipo de patrimônio.
- Preservação: devem ser incluídas nos dossiês arqueológicos informações sobre as medidas tomadas no tocante a preservação e armazenamento dos objetos encontrados. Isso pode incluir detalhes sobre os materiais utilizados nas embalagens, as condições ambientais recomendadas para o armazenamento, se o artefato passou por processo de higienização, deve ser detalhado, assim como a utilização de procedimentos de restauro, é necessário descrever os procedimentos e os materiais que foram utilizados. Essas informações são necessárias para garantir a integridade e a segurança dos artefatos.
- Análises e interpretações: os registros devem permitir análises e interpretações dos resultados obtidos. Isso pode incluir estudos científicos dos artefatos, como datação por radiocarbono, análise de materiais, análise de materiais orgânicos, etc. As interpretações podem abordar questões relacionadas à função e simbologia dos objetos, à organização social, à economia, à religião e a outras áreas de pesquisa arqueológica.

Por fim, os registros arqueológicos desempenham um papel crucial na documentação e preservação do patrimônio arqueológico. Eles são conjuntos de informações que permitem a

análise e a interpretação contínua do patrimônio arqueológico. É necessário ressaltar que as análises e interpretações do patrimônio arqueológico estão em constante evolução e sujeitas a discussões e revisões; à medida que forem surgindo novas interpretações, os registros arqueológicos são atualizados.

* * *

Buscamos neste capítulo fazer uma síntese do escopo legal que está no entorno dos processos de geração dos acervos arqueológicos. A ideia é partilhar ao leitor o ideário compulsório comum (nos referimos às normas legais e infralegais) às diferentes comunidades que lidam com o patrimônio arqueológico. Se de um lado, elas criam procedimentos a serem observados por todos os entes, por outro, limitam excessos. Mas, sobremaneira, evidenciam aquilo que, na prática, parece muitas vezes ser observado e utilizado de forma tendenciosa para responsabilizar uns e proteger outros. Um exemplo dessa condição, a maneira que o IPHAN imputa, via norma infralegal e ao arrepio das normas legais, aos museus e instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico responsabilidades que são inerentes do Estado.

Na continuidade do debate, a título de escopo de ideia, apresentamos os procedimentos mais ou menos comuns (pois pode haver variações) dos processos de geração dos acervos arqueológicos. A ideia é evidenciar os processos que precedem a chegada dos acervos nas instituições que realizam a salvaguarda dos acervos arqueológicos.

4. CAPÍTULO 3 – O LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA (LADA) DA UFRB

Neste terceiro capítulo, apresentamos a caracterização do Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA), quando disponibilizaremos um estudo geral sobre as características e especificidades do acervo salvaguardado (formação e organização), bem como de suas metodologias de inventário e documentação. Ainda neste capítulo, discutimos a forma como se deu a incorporação de coleções nesse laboratório e em sequência explicitamos quais são os protocolos mínimos para aquisição de acervos, principalmente nos casos de concessão de endosso.

Finalmente, apresentamos um escopo inicial do dossiê, para finalizar apresentando os parâmetros mínimos de ‘dossielização’. Na língua portuguesa não existe este derivado do termo dossiê. Contudo, no presente trabalho, aplicamos o termo “dossielização” como uma técnica consciente de sistematização e incorporação de dados e procedimentos documentais produzidos originalmente pelas equipes arqueológicas nos processos de geração dos acervos arqueológicos na ocasião que são inseridos nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa, como parte da documentação museológica.

4.1. O LADA

O Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA), vinculado ao Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), está localizado na Rua 13 de Maio, no anexo ao prédio da Fundação Cultural Hansen, na cidade de Cachoeira, Bahia. A consolidação desse espaço está ligada ao esforço e dedicação de três professores: Carlos Alberto Santos Costa, Fabiana Comerlato e Henry Luydy Abraham Fernandes. Estes professores possuem formação comum em Arqueologia, mas também nas áreas de Museologia, História e Antropologia.

Este espaço foi inaugurado no dia 11 de maio de 2011, com a seguinte nomenclatura: Laboratório de Documentação e Arqueologia do Curso de Graduação em Museologia. Desde aquele momento, o LADA tem desenvolvido atividades de pesquisa, ensino e extensão. Inicialmente, o laboratório funcionava como um local para as aulas práticas das disciplinas obrigatórias de Documentação Museológica e Introdução à Arqueologia. Atualmente, esse espaço tem sido palco para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas, principalmente pelos

discentes do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) da UFRB, iniciado em março de 2019.

O LADA tem como objetivo realizar pesquisas arqueológicas e desenvolver estudos documentais que contribuam para a compreensão da história e cultura de determinadas regiões. Através da investigação científica, busca-se identificar, coletar, documentar e analisar vestígios materiais deixados por povos e culturas que habitaram essas regiões ao longo do tempo. O Laboratório possui, aproximadamente, 48 m². Do seu surgimento até o fim de 2017, foi reunido um acervo composto por 241 caixas de polionda, acomodadas em estantes metálicas que acondicionam cerca de 15 mil itens oriundos de 88 sítios do estado da Bahia.

Além disso, o laboratório também desempenha um papel importante na formação acadêmica de estudantes da UFRB e de outras instituições, proporcionando oportunidades de aprendizado e pesquisa na área da Arqueologia e Documentação. As atividades desenvolvidas pelo LADA podem incluir escavações arqueológicas, análise de artefatos e vestígios encontrados, estudos de sítios arqueológicos, levantamento e registro de patrimônio cultural, entre outras. Através dessas ações, busca-se preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural, contribuindo para a compreensão da identidade e memória das comunidades locais.

O LADA realiza pesquisas arqueológicas em diferentes contextos, como sítios pré-históricos e históricos, visando a investigação de aspectos sociais, econômicos e culturais das sociedades que habitaram essas áreas ao longo do tempo. Essas pesquisas envolvem desde a identificação e registro dos vestígios arqueológicos até a análise e interpretação dos dados coletados.

Além das atividades de campo, o LADA também dedica esforços à documentação e análise de acervos históricos e culturais. Isso pode incluir o estudo de documentos, fotografias, mapas e outras fontes que fornecem informações valiosas sobre a história e a cultura de determinada região. Através desses estudos é possível reconstruir e interpretar o passado, contribuindo para uma melhor compreensão da identidade cultural local. Além disso, o laboratório também se envolve em ações de preservação e difusão do patrimônio. Isso pode envolver ações de conservação e restauração de artefatos e documentos, bem como a promoção de atividades educativas, exposições e eventos que visam divulgar o conhecimento gerado pelas pesquisas realizadas.

4.2. PROCESSAMENTO CURATORIAL: DO CAMPO PARA O LADA

No que tange a documentação de artefatos arqueológicos, é importante entendermos que o trabalho arqueológico se divide em três etapas. A primeira é a pré-campo. Nessa fase os arqueólogos buscam registros escritos, ou seja, analisam fontes históricas, buscam informações necessárias para a compreensão de uma determinada área. Nesse momento da pesquisa também é registrado os relatos orais da população. A fase pré-campo é quando acontece a delimitação do espaço a ser estudado e o levantamento de informações prévias sobre o contexto histórico, cultural e ambiental da área que será estudada. É nesta fase que os arqueólogos realizam o levantamento de informações sobre as possíveis alterações na paisagem que no decorrer do tempo podem influenciar diretamente na cultura material, já que esta é produto da ocupação e exploração do Homem numa determinada área.

O ponto que desejamos enfatizar aqui é que o levantamento documental-bibliográfico é fundamental ao pesquisador, porque é através do conhecimento prévio sobre o contexto social, geográfico, político, econômico e cultural de uma determinada área que irá norteará o planejamento e a administração da próxima fase, que é a pesquisa em campo. Porém, esta etapa não se limita apenas ao levantamento documental-bibliográfico, é aconselhável que nesta fase se busque uma aproximação com a comunidade local.

A segunda etapa é o campo. Para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica existe uma fase de campo, em que o arqueólogo através de um processo de ocupação por um período determinado, “organiza, analisa, interpreta, interpreta, coleta e, como resultado modifica o espaço” (BALLARDO; MENDONÇA, 2019, p. 393). Essas ações não acontecem de forma aleatória, são conduzidas de forma planejada.

A terceira etapa é análise. Para a Arqueologia, o registro detalhado e exaustivo de todas as informações dos objetos arqueológicos no momento da coleta, constitui de um procedimento crucial necessário tanto para a praxe arqueológica como da praxe museal no tocante a valorização do potencial científico, cultural e educacional do patrimônio arqueológico.

É fundamental, para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, a clareza da vinculação entre os bens arqueológicos e a completa informação a eles associada, um elo crucial entre as evidências e os dados sobre sua procedência, meios de obtenção, critérios utilizados para seu registro, classificação e conservação, o tratamento analítico que lhe foi dispensado e sua interpretação final, compondo uma cadeia de informações que lhe confere sentido (LIMA,

2007, p. 18). É preciso ter planejado como será conduzida a coleta, guarda e conservação dos materiais resgatados ainda durante a escavação (LORÊDO, 1994).

4.3. SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DO LADA

Nesse tópico, é necessário registrar o artigo “Procedimentos Iniciais de Documentação em Coletas Arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia – UFRB”, publicado na Revista *Habitus* (v. 16, n. 2, 2019). Este artigo sistematiza os procedimentos adotados pelo LADA na documentação de acervos que são gerados pelos pesquisadores da instituição.

A maior parte do acervo que se encontra salvaguardado no LADA resulta de pesquisas realizadas pelos professores de Arqueologia da UFRB (Carlos Costa, Luydy Fernandes e Fabiana Comerlato), mas, também é possível encontrar acervos que foram provenientes de endosso institucional. O gerenciamento do acervo do LADA se dá por meio do processo de musealização que engloba os procedimentos de documentação, conservação, pesquisa e comunicação. É possível argumentar que a musealização possui em sua essência o ato de preservar. Porém, a preservação não está restrita apenas à estrutura física do objeto, mas a todas as informações que estão relacionadas a ele. Quando nos referimos ao patrimônio arqueológico, a questão ainda é um pouco mais delicada, por ser um bem finito e não renovável. É preciso estar atento a todas as informações necessárias para compreensão desse bem, o qual demanda majoritariamente de informações contextuais para ser compreendido; uma vez comprometida essas informações, todo o processo de extroversão é prejudicado, pois, teríamos um objeto “sem história”.

Para Ballardo (2021), a documentação de artefatos arqueológico não se inicia em campo, mas, sim, nas primeiras fases de execução dos projetos de pesquisa. Segundo a autora, a ocupação do campo constitui outra etapa do processo de documentação. Por esse motivo, o processo de geração do acervo exige uma relação mais próxima entre a Museologia e Arqueologia, para que, de fato, ocorra a salvaguarda e a comunicação da tão imprescindível informação arqueológica.

O sistema de documentação precisa ser incrementado e alimentado. Possui um livro de entrada de coleções, em que todas as coleções arqueológicas que entram no LADA são registradas no Livro de Siglas, onde consta as seguintes informações: nome do pesquisador, nome do responsável pelo acervo, nome do sítio, local onde o sítio se encontra, projeto de

pesquisa vinculado e a localização do acervo. Com relação à localização do acervo, em virtude de um convênio com a UFBA, parte do acervo se encontra acondicionado nesta universidade. Cada sítio possui uma sigla de duas letras, o que possibilita o controle que é exercido através desse sistema de documentação. Também é feito o arrolamento das peças do sítio que são fruto da escavação, e cada uma delas são identificadas em classes como, por exemplo, faiança portuguesa, lítico polido, lítico lascado etc. A metodologia da escavação se encontra no relatório de pesquisa.

O acervo se encontra organizado por sítio arqueológico; esta informação consta na face da caixa de polionda. O ideal é que o artefato seja organizado por classes, porém se o sítio apresentar uma quantidade menor de artefatos, todos eles são acondicionados em uma única caixa, porém, ensacados separadamente.

Os acervos, ao adentrarem no LADA, o primeiro passo é a higienização, caso as peças não estejam limpas; trata-se de um processo meticulosamente realizado de acordo com a categoria de cada acervo. Se porventura, o material for lavado com água, é submetido a um processo de secagem longe das incidências solares. Em seguidas são triados, tipificados, classificados e identificados, processo que geralmente acontece separando as peças em caixas ou em bandejas devidamente identificadas com uma etiqueta que contenha informações de procedência. Após esse procedimento, confere-se a identificação, quando o material vai para a marcação; nessa fase o material é identificado com as duas letras que identificam o sítio e com a marcação sequencial numérica e, em seguida, são ensacados, nas etiquetas dos sacos é informado a quantidade de material, após essas etapas os sacos são colocados na caixa que também são devidamente identificadas.

O LADA, por ser um espaço especializado de uma instituição endossatária, e não apenas por esse motivo, tem desenvolvido um padrão de organização para gerenciar o acervo que passará a integrá-lo, ou seja, para uma determinada coleção, seja ela oriunda de Arqueologia preventiva, via endosso, ou por outra forma de aquisição, devem seguir a uma numeração bipartida, que se dá pela separação de um ponto, a documentação se dá pela utilização de duas letras maiúsculas seguidas de uma numeração sequencial. Como na imagem abaixo:



Imagem 2: Exemplo de numeração aplicada em fragmento de faiança. Fonte: Autor.

A utilização das letras está relacionada com a denominação de cada sítio. Como resultado, temos diferentes letras. Quanto à numeração, é importante mencionar aqui, que se reinicia a cada coleção, o que torna as peças singulares, permitindo a sua identificação mesmo fora do seu conjunto.

A marcação utilizada pelo LADA é do tipo aberta, o que permite documentar as futuras coleções que poderão integrar o seu acervo de forma organizada e de fácil localização. De acordo com Costa e Fernandes, “o sistema permite um total de 736 siglas (26x26 letras do alfabeto latino), se porventura o limite seja atingido, basta adicionar uma terceira letra maiúscula à sigla” (FERNANDES; COSTA, 2019, p. 353). Mas, antes de passar por esta marcação esses objetos, passam por procedimentos curatoriais no campo.

4.4. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVOS - PROTOCOLOS PARA CONCESSÃO DE ENDOSSO

Nos últimos anos, têm-se avolumado o número de materiais arqueológicos que são depositados nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa, oriundo de investigações, sejam elas realizadas pelas próprias instituições e universidades ou, como na maioria das vezes, pelas empresas de consultoria. Esta grande quantidade de acervo requer um conjunto de ações, tanto na infraestrutura, quanto aos recursos humanos e materiais, por parte das instituições, pois as ações de salvaguarda devem conservar, documentar e difundir esse patrimônio.

Este cenário acabou forçando a aproximação entre os arqueólogos, museólogos, conservadores e educadores, que têm discutido sobre a postura passiva das instituições; alegam

estes profissionais que tais instituições assumam novas posturas e procedimentos que visem de fato à conservação, documentação e extroversão do patrimônio arqueológico.

As reflexões dialógicas dessas áreas, no que tange a gestão do patrimônio arqueológico, têm afirmado, de forma categórica, que os museus e as instituições de guarda e pesquisa devam elaborar parâmetros mínimos que regulem e normatizem a entrada destes acervos, posto que os protocolos de ingresso são instrumentos basilares para gestão e preservação do patrimônio arqueológico.

O protocolo de ingresso apresenta diretrizes quanto à preservação dos materiais arqueológicos recuperados, desde o planejamento e execução dos trabalhos de campo e de laboratório, às atividades de conservação e documentação, normatizando a sua entrada nos locais de guarda e pesquisa. Dessa forma, as informações sobre os materiais arqueológicos e seus respectivos contextos serão preservadas. Além de garantir a conservação, a documentação, a análise e interpretação dos objetos, este protocolo proporciona a sistematização das informações, que conduzirá a condições favoráveis à guarda e a disseminação das informações por meio de bases de dados que se tornará acessível de forma célere e efetiva a todos que se interessarem.

Os protocolos de ingresso, enquanto instrumento de gestão, buscam valorizar o potencial informativo (segundo os pilares discutidos no primeiro capítulo desta dissertação) dos artefatos e as estratégias de extroversão. Nesse sentido, partimos da premissa de que os museus e as instituições de guarda e pesquisa devem definir suas diretrizes para garantir a integridade dos artefatos arqueológicos, pois esta depende crucialmente dos critérios e metodologias de trabalho de campo e de laboratório que acontecem antes de seu ingresso nas instituições. Por isso, é estritamente necessário que este fazer arqueológico esteja alinhado com os protocolos da instituição que irá salvaguardá-los. Ou seja, esse documento deve estabelecer que a aquisição de acervos advindos de pesquisas externas deverá seguir os parâmetros estabelecidos pelo LADA.

A elaboração desse protocolo é uma consequência dos esforços que estão sendo realizados na implementação de uma política de gestão de acervos arqueológicos no LADA que garanta a salvaguarda, pesquisa e extroversão.

A política de endosso institucional do LADA respeita as normatizações apresentadas na Portaria do MINC/SPHAN nº 07/1988, na Portaria MINC/IPHAN nº 230/2002 (hoje

revogada), na Instrução Normativa MINC/IPHAN nº 001/2015, na Portaria MINC/IPHAN nº 196/2016 e na Portaria MINC/IPHAN nº 375/2018.

A norma para emissão de endosso institucional, elaborada pelo LADA, estabeleceu 21 exigências para o recebimento do acervo a serem atendidas por quem demandar estabelecimentos de acordos de guarda. Optamos por analisá-los didaticamente em blocos, para facilitar a compreensão deste documento. Os primeiros itens exigem a observância de procedimentos mínimos de tratamento do acervo, tais como: higienização, análise, organização, quantificação, preservação de todas as informações dos contextos do acervo e que a inventariação do acervo esteja em acordo com o sistema numérico utilizado no LADA, que adotou o modelo bipartido (sigla do sítio com duas letras e número sequencial crescente de controle unitário das peças do acervo, iniciado em 1 ao infinito).

Do item 4 ao 10 trata de questões relacionadas com o acondicionamento, trazendo como recomendações que os materiais estejam em caixas empilháveis com tampa, na cor branca do modelo Marfinite ou congênere, padrão 1012. Se, porventura, houver alguma divergência, deverá ser dialogada com a equipe técnica do LADA. Nessa seção ainda é estabelecido que além das caixas, o empreendedor deve disponibilizar mobiliários de acomodação, estante de aço aberta, com seis prateleiras. As estantes deverão ser na cor cinza com pintura hidrostática, com tratamento anticorrosivo e fosfatizante. Estes dispositivos além de trazerem recomendações no tocante às dimensões das peças (caso necessite de mobiliário adaptado, também deverá ser fornecido pelo empreendedor), também requer que as peças sejam organizadas por tipo de matéria (cerâmico, lítico, faunístico etc.) e sítio e sejam embaladas individualmente em sacos plásticos zipados e em seu interior deve conter uma manta de poliuretano, em casos excepcionais, admite-se a possibilidade de os materiais serem acondicionados em conjunto, desde que eles não entrem em atrito. Recomenda-se também que as caixas e os sacos sejam identificados com etiquetas que contenham informações que indiquem a procedência do sítio e que as caixas não tenham o volume interno preenchido em mais de 1/3 do espaço.

Os itens 11 a 14 versam sobre a documentação que será entregue pelo proponente na etapa de ingresso do acervo arqueológico no LADA e exigem que juntamente com a entrega do material deve ser entregue toda a documentação de campo (impresso em cores e digital) como caderno de campo, fotografias, vídeos, entrevistas, fichas, croquis, listas de inventários, mapas, desenhos, relatório parciais e finais, assim como a cópia de todo material de divulgação e das portarias publicadas em Diário Oficial e dos pareceres técnicos emitidos pelo IPHAN sobre os

estudos. Nesta seção, o item 13 recomenda que o acervo venha com peças de referência que sintetizem as coleções de cada sítio (fósseis guias) para fins expográficos e educativos.

Os itens 15 e 16 versam sobre a participação ativa do LADA nos trabalhos arqueológico e estabelecem a participação, tanto dos estudantes da graduação e pós-graduação quanto da equipe técnica do LADA nos trabalhos arqueológico desenvolvidos em campo e em laboratório. Estes itens ainda recomendam que todo o trabalho arqueológico, assim como aqueles relacionados com a educação patrimonial, seja acompanhado pela equipe técnica do LADA e que as despesas de transporte, estadia e alimentação sejam custeadas pelo empreendedor.

Os itens 17, 18 e 19 estabelecem recomendações acerca da entrega do material arqueológico e da documentação de pesquisa que devem ser conferidos pelo LADA e logo após preencher e assinar o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas conforme foi estabelecido pela Portaria MINC/IPHAN nº 196/2016. Há ainda uma informação que diz que o material disponibilizado poderá ser cedido para estudos por outros pesquisadores. O item 19 recomenda que a quantidade do material arqueológico seja sempre avaliada antes da recepção pela UFRB, pois, caso seja necessário a realização de construção ou melhoria do espaço, será de responsabilidade do empreendedor.

Os itens 20 e 21 estabelecem a obrigatoriedade da contrapartida financeira para a emissão de apoio institucional, ou seja, o empreendedor deverá ceder à UFRB 10% do valor do projeto, que serão revertidos integralmente para a salvaguarda dos materiais.

4.5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO LADA

A principal dificuldade do LADA está associada a infraestrutura de espaço, diminuto e pouco adequado às atividades de preservação do patrimônio arqueológico que desenvolve, o qual ocupa há dez anos.

O LADA conseguiu um recurso no valor de 267 mil reais, que foi uma contrapartida financeira pela concessão de um endosso ao Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio do Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Complexo Eólico Campo Largo 2, CLWP - Parques VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XVII, XIX, XX, XXII, Municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia. Este recurso foi depositado no início de 2021 na conta única da UFRB por Guia de Recolhimento da União (GRU). Este recurso será utilizado para a reforma das salas do prédio 2 de Julho para

o funcionamento do LADA³. Atualmente, o espaço de 115m² destinado ao laboratório neste edifício está em fase de elaboração de projeto executivo de adequação e reforma. É necessário salientar, aqui, que o LADA foi o único laboratório, pertencente à UFRB, que pagou pela reforma; mesmo com a contrapartida financeira, as reformas ainda não foram iniciadas. Segundo o Professor Luydy Fernandes, um dos coordenadores do LADA, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia alega que as reformas não puderam se iniciar no terceiro piso, segundo andar, pela ausência de projeto de engenharia civil. Este fato tem gerado insatisfação nos professores que atuam diretamente no laboratório. Mesmo o laboratório sendo um dos poucos que conseguem gerar entrada recursos para as atividades de funcionamento, ainda assim tem as suas demandas negligenciadas pela Universidade. Sistemáticamente vêm empresas que atuam no campo da Arqueologia preventiva buscando apoio institucional para emissão de carta de endosso, porém todos são negados pela equipe técnica da universidade em virtude da estrutura improvisada e comprometida em que o LADA se encontra.

A segunda dificuldade apresentada pelo LADA está associada com a primeira, que é a ausência de recursos humanos. A partir do momento que o LADA conseguir o seu espaço devidamente estruturado, esta instituição buscará contar com a participação dos técnicos específicos da universidade, que, a priori, contará com a presença autor dessas linhas, enquanto Museólogo da instituição. Atualmente, 4 professores atuam no LADA, todos também com formação em Arqueologia.

Outra dificuldade apresentada pelo laboratório está relacionada com a ausência de equipamentos, mobiliários, materiais adequados para acondicionamento, como caixas empilháveis de Marfinite ou congêneres. Outro grande problema está intimamente ligado à péssima manutenção preventiva do prédio, que, mesmo sendo um prédio construído há pouco tempo, apresenta problemas de infiltração, que podem ser visto nas manchas escuras de suas paredes.

No período pandêmico houve infestação de cupins, que além de devorar a lousa de madeira, também destruiu vários experimentos de madeira que estavam sendo estudados pelo Prof. Luydy Fernandes, bem como muitos documentos foram perdidos nessa época devido à infestação de outros insetos, como barata. O prédio apresenta problemas estruturais que podem comprometer todo o acervo, principalmente nos períodos prolongados de chuva, pois a água

³ O Prédio 2 de Julho corresponde ao edifício situado na cidade de São Félix, Bahia, construído na década 60 do século XX para abrigar o antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse prédio foi adquirido em 2015 pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para ampliação dos espaços do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL).

chega a adentrar no espaço, tornando-o propício para a proliferação de insetos. O espaço contava com três desumidificadores, que ao longo do tempo, sem a devida manutenção, pararam de funcionar.

Outro problema está relacionado com a limpeza do espaço por parte da equipe de serviços gerais, a qual, por muito tempo, utilizou vassouras secas (que levantam o pó na atmosfera) seguida de lavagem com água em abundância. Esses procedimentos, além de danificar grande parte do mobiliário metálico e de madeira do laboratório, contribuem para acumulação de poeira no mobiliário e o desequilíbrio da umidade relativa do ambiente, causando riscos para a conservação do acervo. Para sanar esse problema, a equipe de limpeza teve que ser treinada para manutenção adequada do ambiente, que nesse caso, usa-se panos úmidos e aspiradores de pó, que removem a sujidade sem transferência para outras áreas, como acontece com a utilização de varrição com vassouras secas. De acordo com o Prof. Luydy Fernandes, a pintura do espaço, por ser um local improvisado, não é apropriada, pois é uma tinta comum, a qual propícia à ação de fungos.

Outro desafio para o LADA está associado à falta de recursos financeiros. O laboratório carece dos materiais básicos, como fitas crepe, luvas, máscaras, esmalte incolor, acetona, caneta nanquim, cola branca, algodão, papel toalha, entre outros. Boa parte desses materiais são usados diariamente para fazer a marcação nos artefatos. O Prof. Fernandes afirma que, com relação a esta escassez, compra esses materiais constantemente com o seu próprio dinheiro para manter o funcionamento do LADA. Cabe aqui registrar que os jalecos foram adquiridos pela Profa. Comerlato. Infelizmente a universidade não tem conseguido suprir as necessidades para o funcionamento do LADA.

Com relação ao fluxo do laboratório, o Prof. Luydy Fernandes desenvolve atividades diárias, assim como os alunos bolsistas. Também fazem parte desse fluxo, os alunos da graduação que desenvolvem estágios curriculares na área da Museologia ou Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). De acordo com o inciso III do Art.9º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio deve ser supervisionado por pessoal “com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário”; como o LADA recebe estagiários da área da Museologia, a supervisão de estágio ficará a cargo de profissionais com essa formação, a saber: Prof. Carlos Costa, Prof. Luydy Fernandes e o Museólogo Cristiano Araújo (o autor dessas linhas). Todo semestre são ofertadas dez vagas de estágio.

Além dessas atividades, no laboratório também ocorrem aulas práticas, principalmente das disciplinas Informação e Documentação Museológica e Introdução à Arqueologia. Para a

realização das aulas no LADA, as turmas regulares de até 50 alunos são divididas para a oferta dos conteúdos no regime de módulos práticos, as turmas precisam ser divididas, de modo a proporcionar maior atenção aos estudantes e, assim, maior qualidade na disponibilização de conteúdos. Para a divisão das turmas há a necessidade de organização do planejamento acadêmico de forma que os alunos possam se alternar em duas disciplinas práticas: quando a metade da turma está numa disciplina, a outra metade estará na segunda disciplina; os alunos trocarão de disciplinas com a mudança de horários.

No tocante às perspectivas, o laboratório tem como objetivo, a médio e longo prazo, formar uma equipe interdisciplinar, formada por Museólogo, Conservador, Arqueólogo e Técnico em Assuntos Educacionais. Também tem como meta ampliar e equipar melhor os espaços. A estimativa é que o novo espaço fique pronto num prazo de um ano.

4.6. ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO NO LADA

A Musealização da Arqueologia lida com três frentes: pesquisa, preservação e comunicação, que são fundamentais para o gerenciamento do patrimônio arqueológico. A gestão do patrimônio é um processo contínuo que precisa estar bem embasado na documentação gerada durante o processo de pesquisa arqueológica, o que demanda organização e uma documentação o mais completa possível. Urge salientar que o gerenciamento informacional do acervo não fica a cargo apenas dos museus e das instituições de guarda e pesquisa, pois deve se iniciar antes mesmo das ações de intervenção, ou seja, deve ser planejado juntamente com os projetos de pesquisa.

Uma das práticas de Musealização da Arqueologia está intrinsecamente ligada à organização dos vestígios arqueológicos. Para Ballardo (2021), uma das maneiras de se pensar a gestão do patrimônio arqueológico está diretamente associada com a organização do material que foi depositado na instituição. Por isso, muitas instituições têm buscado implantar um sistema controlado, com o objetivo de unificar a linguagem de acesso às peças do acervo, bem como às informações respectivas, além, é claro, de conhecer com precisão a quantidade do seu acervo, o que tem se tornado uma tarefa hercúlea nas instituições que abrigam acervos arqueológicos. Os museus e as instituições de guarda e pesquisa têm organizado o patrimônio arqueológico de diferentes maneiras: designação pelo nome do pesquisador; por tipo de material; por sítio arqueológico etc.

No que concerne à organização e metodologia de tratamento e acondicionamento do acervo arqueológico, o LADA tem acondicionado seu acervo em caixa arquivo morto, que, embora não seja o material mais adequado, é o que está acorde a condição financeira da instituição. A maioria do acervo está disposta em 8 estantes metálicas, que possuem numeração de 1 a 8, cujas prateleiras são identificadas com as letras do alfabeto (A, B, C, D, E e F).

Como visto acima, os critérios de organização variam de instituição para instituição. No LADA, a organização busca preservar as informações contextuais e, dessa forma, tem buscado organizar o acervo pelos sítios arqueológicos, seguido da natureza material do objeto. Dessa forma, o acervo está ordenado por estantes e prateleiras, acondicionado em caixa plástica “polionda” (tipo arquivo morto), onde são colocadas etiquetas na parte frontal dessas caixas, contendo informações sobre o nome do sítio, sigla, cidade e a numeração dos artefatos.

A gestão do patrimônio arqueológico é um processo contínuo e dinâmico e precisa estar bem embasado com a documentação gerada durante o processo de pesquisa arqueológica e, por isso, essa documentação deve estar completa e ser bem organizada.

Por essa razão, o escopo deste trabalho é contribuir para a normatização de diretrizes no seio desta instituição via Dossiê Documental – que consiste na elaboração de um protocolo para sistematização de informações para a compreensão do processo de coleta e documentação arqueológica dos acervos arqueológicos.

Aqui, importa ressaltar que os diferentes trabalhos arqueológicos (doação, levantamento, coleta, coleta sistemática, salvamento emergencial, escavação sistemática etc.) geram acervos de formas diferentes e, por sua vez, geram documentação com certas peculiaridades. Nesse sentido, o que devemos ter em mente é que a profundidade e abrangência informacional são diferentes em decorrência do próprio alcance da pesquisa. Faz-se necessário trazer à baila o conceito de acervo arqueológico, o qual, segundo Alejandra Saladino e Mário Pólo, “corresponde a um conjunto de bens de interesse para a Arqueologia, que tenha resultado de pesquisas arqueológicas ou com potencial para o desenvolvimento de pesquisas do tipo” (SALADINO; POLO, 2016).

A compreensão de acervo arqueológico transcende a materialidade do objeto, isto é, não inclui apenas os materiais reunidos durante as pesquisas arqueológicas, mas também os registros de todas as atividades desenvolvidas e de toda informação associada, como fotografias, entrevistas, croquis, plantas baixas, cadernos de campo, amostras de solo, relatórios, publicações, folders, catálogos, filmagens, fichas de análises, fichas de registros,

palestras (educação patrimonial), cartilhas, documentação analítica elaborada durante a pesquisa em laboratório, análise em laboratório no tocante aos processos relacionados à conservação do acervo – como estado de conservação, higienização e acondicionamento, bem como os documentos oficiais –, correspondências, ofícios, portarias etc.

O ponto que desejamos enfatizar é sobre a importância de se reconhecer que todos esses elementos citados anteriormente, no âmbito da Arqueologia, constituem a documentação arqueológica e que, diferentemente de outros acervos, é gerada ao longo de todo processo de investigação arqueológica. Para Ballardó (2021), muito antes de se iniciarem as investigações, há que se falar em documentação arqueológica, uma vez que o projeto de pesquisa é a fundamentação para qualquer investigação, pois as informações presentes nos projetos de pesquisas, como objetivo geral, específico, problemática da pesquisa constituem informações essenciais para a compreensão do acervo.

Assim como os acervos dos museus que precisam ser preservados da melhor forma possível, no contexto arqueológico, esse cuidado deve ser estendido impreterivelmente para os documentos gerados pela pesquisa que levou a geração dos acervos arqueológicos, pois a compreensão de patrimônio arqueológico engloba não só os artefatos, como também toda informação associada a eles. Por isso, o LADA busca estabelecer protocolos para que essa documentação seja organizada em um ambiente próximo a coleção de forma acessível tanto para controle interno como para consultas. O ideal é que essas informações estivessem organizadas em formato digital, o que facilitaria bastante a ação dos pesquisadores.

A nossa proposta de dossiê documental defende que seja respeitado o conhecimento das diferentes áreas do patrimônio – Arte, História, Antropologia, Arqueologia. Essas áreas possuem patrimônio com certas especificidades que devem ser consideradas e absorvidas pela documentação museológica.

Os estudos relacionados à temática da documentação museológica, principalmente aqueles desenvolvidos nos museus tradicionais, de modo geral, apresentam modelos fechados, nos quais todas as informações dos objetos são amoldadas na documentação previamente estabelecida. Para o objeto arqueológico esse modelo documental não é possível, uma vez que os projetos são gerados com naturezas e alcances diferentes, de forma que a profundidade informacional e os contextos são diversos.

Citemos aqui o fato curioso na documentação arqueológica, que é a documentação por agrupamento ou por amostragem. Como por exemplo, no Sambaqui tem inúmeras conchas por

camadas e em cada camada pode apresentar uma quantidade exorbitante de conchas; seria inviável colocar numeração em todas as conchas repetidas, além de ser inútil do ponto de vista arqueológico. Então, neste caso, se faz necessário tipificar, classificar e quantificar esses remanescentes repetidos, registrar as informações, selecionar os fósseis guias e descartar o excedente, uma vez que são da mesma espécie. Assim, o que fica é a informação arqueológica do conjunto, pois ele como conjunto dá a noção de contexto. É como se documentasse um saco de feijão com todos os feijões iguais; o que deve ser registrado é o saco e não os grãos. Documentar cada concha ou cada feijão equivaleria a criar unidade naquilo que só faz sentido em contexto, como funciona a interpretação arqueológica. Frise-se novamente que a Museologia deve entender a linguagem do arqueólogo, como bem afirma Cristina Bruno: “a Arqueologia evidencia e interpreta e a Museologia salvaguarda e comunica” (BRUNO, 2013/2014, p. 5). Ou seja, sob o prisma da Musealização da Arqueologia fica evidente que as duas áreas do conhecimento utilizam ferramentas para salvaguardar o patrimônio. Cabe destacar que a Arqueologia possui métodos documentais próprios com um enfoque diferente da Museologia, a qual teve por muito tempo a documentação atrelada ao objeto tridimensional⁴.

No campo arqueológico, a documentação possui um horizonte mais vasto, uma vez que se considera o conjunto de informações e registros que foram construídos antes, ao longo e depois do projeto. É oportuno aqui mencionar que as informações estão suscetíveis a constantes atualizações em decorrência das futuras pesquisas.

4.7. ACERCA DO DOSSIÊ DOCUMENTAL

Como afirmamos, a diferença fundamental entre a documentação arqueológica e a documentação museológica de espaços tradicionais está pautada, basicamente, no foco daquilo que será documentado: na Arqueologia, o sítio é entendido como unidade mínima de trabalho do arqueólogo, de forma que os contextos se tornam mais importantes que os objetos isolados; na Museologia, sobretudo na documentação museológica realizada em instituições tradicionais,

⁴ É certo que o advento da Nova Museologia nos anos 80 do século XX e a decorrente criação da Sociomuseologia ou Museologia Social nas décadas seguintes – tendo como expressão maior o crescimento de formas inovadoras de museus, cada vez mais associadas aos contextos sociais (ecomuseus, museu da favela, museu de bairro, museu de território, museu comunitários) – levaram a documentação museológica a ter que repensar a sua forma e procedimentos, para modelos mais diretas de apreensão da informação, que prezem pelos registros contextuais dinâmicos, que possibilitem se compreender os patrimônios culturais em seus contextos socioculturais. Além disso, houve a compreensão da necessidade dos produtores dos patrimônios culturais definissem e se engajassem nos processos de seleção patrimonial.

o objeto é dissecado nas suas informações intrínsecas e extrínsecas, de maneira que o foco na peça será orientador da ação.

Outra característica é a natureza do trabalho que proporcionou a geração os acervos arqueológicos, bem como dos estudos realizados acerca de alguns contextos, que resultará em maior ou menor potencial de informações arqueológicas. Por exemplo, objetos derivados de levantamentos de sítios arqueológicos tenderão a ter menor potencial informativo do que aqueles derivados de escavações sistemáticas com consequente análises laboratoriais. Da mesma forma, objetos doados, certamente serão mais pobres do ponto de vista informacional, que quaisquer outras formas de aquisição. Sendo assim, de logo, é possível concluir que o meio que levou a coleta dos objetos (a forma de aquisição), será preponderante no potencial informativo, de maneira a impossibilitar se pensar numa forma única de documentar acervos arqueológicos. Assim, pela diversidade de formas de adquirir os objetos, é possível se pensar que a documentação arqueológica seja mais diretiva que normativa.

Ademais, a geração dos acervos arqueológicos resulta de um processo controlado e complexo de levantamento e registro de informações, que exige, de forma imperativa, da ação dos profissionais da Arqueologia. Isso ocorre pela necessidade de reconhecimento de condições específicas, as quais demandam da ação técnica dos arqueólogos. Portanto, essa competência e obrigação são dos arqueólogos. Então, ante a esta consideração, seria imprudente ou incorreto os museólogos documentarem acervos arqueológicos? A resposta objetiva, a luz de nossas considerações, é que a questão não se refere ao poder de documentar, mas a quando e como documentar.

O ponto chave para isso é quando os museólogos passam a ser institucionalmente responsáveis pelos acervos arqueológicos. Como explicamos no capítulo 1, entendemos que esse momento refere-se aquele da destinação de salvaguarda dos acervos arqueológicos nos Museus e nas Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico. A partir desse momento, uma vez formalmente inseridos nas instituições de salvaguardadas, compete aos museólogos os processos de gestão das informações.

A partir daí, então, se realizam os processos de documentação museológica? Como se depreende das argumentações que apresentamos acima, não cabe aos museólogos elaborarem processos documentais que reproduzam informações geradas por arqueólogos, pois isso resultará no retrabalho, na duplicação de informações. Ademais, a discussão sobre endosso que estabelecemos conduz a compreender que as diretrizes museológicas de tratamento dos acervos que ingressarão nas reservas estão dadas às equipes que gerarão os acervos arqueológicos, por

isso, parte do trabalho de documentação e tratamento, sobretudo aquele que permitirá os processos de controle e gestão desses acervos, já foi realizada. Assim, a questão fundamental é como, nos processos de gestão institucional dos acervos arqueológicos, se dá acesso a informações arqueológicas.

Propomos, portanto, a absorção de informações produzidas na documentação arqueológica nos processos de gestão e sistematização dos acervos arqueológicos nos espaços museológicos de salvaguarda, a qual definimos como ‘dossielização’. Mais especificamente, a ‘dossielização’ conforma a técnica realizada quando os acervos arqueológicos são inseridos nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa, que corresponde à organização, incorporação de informações e da documentação arqueológica (relacionada aos processos de geração dos acervos arqueológicos), feita de modo consciente, como parte da documentação museológica. Daí, mais do que gerar novos processos documentais, entendemos a legitimidade da documentação original e produzimos um processo de sistematização, a partir de um dossiê, que leve organização de como e o que foi produzido que possibilite a compreensão dos diferentes procedimentos contextuais de geração dos acervos arqueológicos. O dossiê é, portanto, uma ferramenta de gestão museológica dos objetos e informações arqueológicas dos acervos.

4.8. ACERCA DO PROTOCOLO DE ‘DOSSIELIZAÇÃO’

Antes de entrar naquilo que entendemos como importante para o protocolo de ‘dossielização’, cabe evidenciar dois princípios que precedem o processo de documentação museológica de acervos arqueológicos. Primeiro, é necessário conhecer a natureza do trabalho arqueológico que gerou o acervo, sobretudo para qualificar, do ponto de vista do uso museológico, os acervos com maior potencial de informações arqueológicas para os processos de extroversão (exposições e ações educativas). Segundo, a documentação de acervos arqueológicos tem que ser feita com foco no contexto, tendo o sítio como unidade mínima de registro.

A experiência de pesquisa aqui apresentada demonstra uma grande diferença informacional entre os acervos que vem de processos de endossos controlados, cujas regras de recepção são previamente definidas, em comparação àqueles que de outras origens, sem essas definições previamente estabelecidas. Essa consideração já indica, liminarmente, a necessidade de estabelecimento de regras horizontais para o LADA para os diferentes processos de

aquisição, pois isso tem impacto direto no potencial informacional dos acervos e, consequentemente, nas potencialidades de ‘dossielização’.

Percebemos que a existência de protocolos prévios de endosso, que prevejam critérios de tratamento e registro dos acervos arqueológicos, sem fechar em formas específicas, garante um diálogo, ainda que distante entre as equipes, entre os processos museológicos e arqueológicos. Assim, em termos de processos comuns entre a Museologia e a Arqueologia que possam ser absorvidos no ingresso dos acervos nas instituições, solicita-se nos endossos que antes do ingresso os acervos tenham realizado:

- procedimentos de triagem que levem a tipificação, classificação, análise, seleção e descarte dos acervos;
- procedimentos higienização;
- procedimentos de numeração;
- procedimentos de arrolamento e/ou catalogação;
- procedimentos de acondicionamento;
- disponibilização dos documentos legais, científicos e de todas as naturezas que permitam o controle informacional das coleções;
- seleção de fósseis guias;
- indicação de formas de apropriação social e pública (extroversão) dos acervos arqueológicos de acordo com as suas características específicas.

Esse protocolo de procedimentos prévios a entrada dos acervos nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa garante que toda o processo de gestão unitária e contextual dos objetos arqueológicos seja realizada no processo de geração dos acervos arqueológicos e, da mesma forma, garante a necessária interface entre os procedimentos museológicos e arqueológicos. Garantida essa etapa, o processo de ‘dossielização’ deverá se ater aos seguintes aspectos:

- Ter foco no contexto, compreendendo o sítio como unidade mínima de análise, de forma a indicar as fontes de informação onde os contextos dos objetos salvaguardados estejam acessíveis;
- Reconhecer a natureza do trabalho arqueológico que gerou o acervo constitui uma necessidade, sobretudo para informar, do ponto de vista do uso museológico de acervos e informações arqueológicas para os processos de extroversão (exposições e ações educativas);

- Listar e retroalimentar periodicamente a lista com todos os documentos e fontes informacionais existentes que permitam compreender as peças salvuardadas (arrolamentos, tabelas, fichas de análise, mapas, croquis, relatórios, publicações acadêmicas, material videográfico, material didático etc.);
- Explicar o sistema documental interno aos acervos arqueológicos, que permita indexar os objetos salvuardados aos contextos existentes na documentação arqueológica.

4.9. CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS ARQUEOLÓGICOS DO LADA

Feitas as explicações anteriores, que permitem compreender o LADA e o seu regime de funcionamento, bem como os princípios e procedimentos de ‘dossielização’, passemos a explicar os acervos salvuardados no laboratório. Primeiro, passemos a identificar os sítios arqueológicos com acervos salvuardados no espaço, por serem eles as unidades mínimas de registro contextual dos acervos arqueológicos:

SÍTIO	MUNICÍPIO	PROJETO
Várzea do Araticum	Inhambupe / BA	---
Olaria da Baixa	---	---
Areias (AS)	Rio Real / BA	---
Vale Verde (VV)	Sítio do Mato / BA	---
Água Vermelha (WW)	Pau Brasil / BA	---
Miudinha (MI)	São Félix / BA	---
Binho (BH)	Serra do Ramalho / BA	---
Abdias (AI)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Praça de Piragiba (PP)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Roça do Zé Preto (ZP)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Roça do Esperidião(RE)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Diu (DI)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Malhador (ML)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Genildo (IO)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Grilo (IL)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Caulinita (CL)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Corina (CO)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Zé Pretinho (ZO)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Escola (LA)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Toca da Onça (TO)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Zirô (ZI)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Boqueirão (BQ)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Zeca de Lau (ZL)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Vai Quem Quer (VU)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Bergue (BG)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Alegre (AE)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Abobreira (AB)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba

Almoço (AL)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Seriema (SZ)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Dorfina (DO)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Ticão (TI)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Lucas (LU)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Nezinha (NZ)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Peu (PU)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Topo da Serra (TS)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Caulinita 2 (CI)	Muquém do São Francisco / BA	Projeto Piragiba
Bertin 1	Candeias / BA	---
Bertin 2	Candeias / BA	---
Sento Sé	Sento Sé / BA	---
Rodão (RD)	Salvador (Ilha dos Frades) / BA	---
Praça da Sé	Salvador / BA	---
Mucambinho (MU)	Angical / BA	---
Forte Santana (FS)	Florianópolis / SC	---
Vale Verde 1 (VV)	Sítio do Mato / BA	---
Vale Verde 2 (VL)	Sítio do Mato / BA	---
Vale Verde 3	Sítio do Mato / BA	---
Morro do Lageado 1	Sítio do Mato / BA	---
Morro do Lageado 2	Sítio do Mato / BA	---
Copaoba (CP)	---	---
Feira de Santana (FI)	Feira de Santana / BA	---
Muriçoca 1 (XA)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 2 (XB)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 3 (XC)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 4 (XD)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Mariçoca 5 (XE)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 6 (XF)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 7 (XG)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 8 (XH)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Muriçoca 9 (XI)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Tapera 1 (KJ)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Tapera 2 (KL)	Luiz Eduardo Magalhães / BA	---
Jaqueira (JA)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Alteza (AZ)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Passarinho(PH)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Queijo (QJ)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Mariana(MA)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Pedra Rasa (PZ)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Barcelos 1 (BA)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Barcelos 2 (BE)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Barcelos 3 (BL)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Barcelos 4 (BS)	Camamu / BA	Projeto BA-001
Reitoria	Cruz das Almas / BA	---
Morro do Lajedo 2	Sítio do Mato / BA	---
Sítio de Santana	---	Projeto de Salvamento BR-116

Ibicoara (HK)	---	---
Sítio SM1	Simões Filho / BA	Projeto Rodovia BA-093
Sítio SM2	Simões Filho / BA	Projeto Rodovia BA-093
Sítio SM3	Simões Filho / BA	Projeto Rodovia BA-093
Seminário de Belém	Cachoeira / BA	---
Terreiro Seja Hundê	Cachoeira / BA	---
Engenho Central do Iguape	Cachoeira / BA	---
Museu Casa Hasen	Cachoeira / BA	---
Ana Nery	Cachoeira / BA	Projeto Coleta no Quintal da Casa Natal de Ana Nery
Riacho da Gameleira	Sento Sé / BA	Projeto Resgate, Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implementação do Complexo Eólico Campo Largo 2, CLWP – Parques VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XVII, XIX, XX, XXII
Riacho dos Bois II	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois III	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois V	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois VI	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois VIII	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois IX	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois X	Sento Sé / BA	
Riacho dos Bois XI	Sento Sé / BA	
Riacho Olho d'Água 1	Umburanas / BA	
Alto da Gameleira II	Sento Sé / BA	
Campo Largo 2	Umburanas / BA	
Ocorrência nº 15	Sento Sé / BA	
Ocorrência nº 20	Umburanas / BA	
Ocorrência nº 21	Sento Sé / BA	

Após a identificação de 95 (noventa e cinco) sítios e 3 (três) ocorrências arqueológicas, como pode ser observado no quadro anterior, passaremos a elaborar os dossiês com toda documentação originária das pesquisas arqueológicas, que servirá como parâmetros para a realização do registro das coleções incorporadas ao laboratório.

Através deste protocolo será possível garantir a padronização do gerenciamento do patrimônio arqueológico nesta instituição, sem amoldar a um modelo fechado. Aqui, é necessário registrar que, como já antevimos, o protocolo de endosso institucional de acervos arqueológicos do LADA prevê que os bens coletados sejam depositados com o arrolamento de todo o material recolhido de acordo com o sistema numérico utilizado na UFRB, assim como toda a documentação produzida na pesquisa. Isso permite que o agrupamento de informações necessárias para a salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico já seja produzida na origem de forma equivalente, auxiliando aos processos de gestão do patrimônio. Como já foi falado, toda a documentação constitui parte do patrimônio arqueológico e, por isso, deve permanecer devidamente organizada dentro das instituições.

Esse processo que leva a geração dos acervos arqueológicos a absorver processos documentais previamente estabelecidos – aqui, nos referimos especificamente o sistema numérico – unifica o sistema de controle dos objetos, sem amoldar a forma de controle informacional. Do nosso ponto de vista, este é um dos principais pontos que criam a interface entre a Arqueologia e a Museologia. É fundamental para a construção de estratégias que garantam a proteção tanto da documentação de origem arqueológica quanto dos artefatos, uma vez que são parte integrante do patrimônio arqueológico.

Importa lembrar, a este respeito, que no processo de gestão do patrimônio arqueológico, no tocante a documentação, as metodologias de campo precisam ser devidamente registradas, posto que a gestão do patrimônio arqueológico contempla o sítio e o entorno em que este se encontra. A partir do momento que se passa a se considerar o entorno, outros elementos começam a se fazer parte da pesquisa arqueológica; como a forma de organização e ocupação social e cultural daquele espaço, o que, de certa forma, obriga aos pesquisadores a elaboração de um registro mais detalhado sobre as produções culturais, tanto no campo material como no imaterial. Isso, além de contribuir para a proteção e valoração, viabiliza também uma compreensão maior sobre patrimônio arqueológico.

Como foi assinalado em momento anterior, o Laboratório de Arqueologia e Documentação incorporou coleções arqueológicas procedentes de diferentes pesquisas. Além disso, as fotografias, registros descritivos de paisagens são documentos contundentes da documentação arqueológica, pré-campo, necessários para musealização do patrimônio arqueológico, pois a partir dela será possível interpretar os diferentes contextos arqueológicos. Acerca deste aspecto, Ballardo e Mendonça, amparadas pelo olhar de Drewett, ressaltam que devem ser disponibilizados na documentação arqueológica os “(...) objetivos, metas, métodos, recursos e interpretação de dados da pesquisa, informações concernentes à área de localização do projeto, com a inclusão de mapas e registros de propriedade e a identificação e análise das pesquisas arqueológicas anteriores” (BALLARDO; MENDONÇA, 2019, p. 392). Essas informações são cruciais para subsidiar a gestão e extroversão do patrimônio arqueológico.

Por fim, é por meio desta documentação que temos acesso a toda informação necessária para a compreensão da pesquisa arqueológica, como os procedimentos laboratoriais (que abarcam as ações de higienização, acondicionamento, marcação, registro e análise do material), bem como as ações de promoção, valoração, socialização e proteção do patrimônio arqueológico através das ações de educação patrimonial.

Feitas essas observações, passemos a entender os projetos e respectivas documentações dos acervos dos sítios salvaguardados no LADA, seguidos dos sítios que não encontram relação com projetos específicos.

4.9.1. DOSSIÊ DO PROJETO BA-093

Projeto de Diagnóstico e Levantamento Arqueológico em 14,1 km da duplicação da BA-093, do km 0 (entroncamento da BR-324, Simões Filho) ao km 14 (entroncamento de Camaçari), Bahia. O empreendimento está localizado entre dois grandes centros urbanos – Simões Filho e Camaçari – próximo a duas importantes áreas industriais – CIA e o Pólo Petroquímico de Camaçari – e dentro da Região Metropolitana do Salvador (RMS). A rodovia corta algumas áreas residuais de mata atlântica, onde predomina a vegetação típica de litoral (vegetação de tabuleiros litorâneos), floresta ombrófila de terras baixas e, em alguns trechos, há vegetação de transição entre a floresta atlântica e a mata de restinga (GUERRA; CUNHA, 2007).

A pesquisa ocorreu no trecho da rodovia BA-093 que vai do km 0, que inicia no entroncamento da BR-324 com a BA-093, em Simões Filho, até o km 14, no entroncamento de Camaçari, abrangendo um total de 14,1 km. Neste setor as atividades arqueológicas ocorreram na área diretamente afetada (ADA) e na área de influência indireta (AII) da obra. Tal trecho da rodovia está situado nos municípios de Simões Filho e de Camaçari, no Recôncavo da Bahia. Nesta obra, foram encontrados três sítios arqueológicos – Simões Filho 1 (SM1), Simões Filho 2 (SM2) e Simões Filho 3 (SM3) – e duas ocorrências, as quais os acervos encontram-se salvaguardados no LADA.

As peças estão acondicionadas em 11 caixas arquivos, distinguidas entre si mediante uma numeração bipartida de uma sigla (SM1, SM2 e SM3) e números iniciados de 1 até o infinito. Ao todo foram identificadas 10 peças no sítio 1, 642 no sítio 2 e 254 no sítio 3. Toda a relação das peças identificadas e seus contextos estão nos relatórios produzidos para a etapa de salvamentos arqueológicos. São nestes documentos que também se encontram as informações sobre os trabalhos arqueológicos produzidos e os contextos identificados, a saber:

- Relatório de Diagnóstico Arqueológico não Interventivo na Área Diretamente Afetada – ADA, pela duplicação da Rodovia BA-093;
- Relatório final do Projeto de Diagnóstico e Levantamento Arqueológico em 14,1 km da duplicação da BA-093 do km 0 (entroncamento da BR-324,

Simões Filho) ao km 14 (entroncamento de Camaçari). Os sítios e ocorrências arqueológicas os quais os acervos do LADA foram retirados encontram-se aqui apresentados, com as fichas de sondagens com, as descrições dos contextos arqueológicos e a lista dos materiais coletados, assim preliminarmente descritos:

- Sítio histórico Simões Filho 1, localizado na área de influência indireta, apresenta os seguintes materiais, tijolos maciços e cerâmica modelada;
 - Sítio histórico Simões Filho 2, localizado na área de influência indireta, apresenta os seguintes materiais, faiança fina, tijolos maciços, cerâmica de torno simples e vidrada e cerâmica modelada;
 - Sítio histórico colonial Simões Filho 3, localizado na área diretamente afetada, apresenta os seguintes materiais, faiança portuguesa, cachimbo modelado, cerâmica de torno simples e vidrada e moeda de 1768;
 - Ocorrência 1, 2 e 3, localizadas na área de influência indireta, as duas primeiras apresentam os seguintes materiais, cerâmica roletada e a última, cerâmica erodida.
- Relatório de Diagnóstico de Bens de Interesse Cultural de Natureza Imaterial em 14,1 km da duplicação da BA-093 do km 0 (entroncamento da BR-324, Simões Filho) ao km 14 (entroncamento de Camaçari). Informações existentes:
- Levantamentos de dados primários e secundários;
 - Mapa de localização das comunidades;
 - Contextualização do Recôncavo, Salvador, Camaçari e Simões Filho;
 - Caracterização das localidades na Área Diretamente afetada, são elas: Convel, Dandá, Jardim Renatão/Cristo Rei, Palmares, Pitanga de Palmares, Oiteiro e Santa Rosa. Dandá e Pitanga de Palmares são reconhecidas e registradas como comunidades tradicionais do tipo quilombola;
 - Fotografias panorâmicas de todas as localidades;

- Caracterização dos bens culturais: Extração da Piaçava, Preparo do Azeite de Dendê, Catação das Folhas, Queima da Palhinha, Festa de São Gonçalo, Caruru, Samba de Roda, Candomblé;
 - Tabela contendo a relação dos Centros/Terreiros de candomblés;
 - Registros fotográficos dos centros/terreiros mapeados.
- Relatório Parcial: Projeto de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial na BA-093: Trecho de 14,1 Situado entre o Entroncamento da BR-324 com a BA-093 em Simões Filho e o Entroncamento de Camaçari. Informações existentes:
- Mapa do Recôncavo Baiano destacando onde será realizado o empreendimento;
 - Metodologia aplicada e descrição dos sítios;
 - Imagem aérea dos sítios arqueológicos;
 - Gráfico da distribuição de material por sítio.
- Relatório final do projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na BA-093: trecho de 14,1 km situado o entroncamento da BR-324 com a BA-093 em Simões Filho e o entroncamento de Camaçari:
- Tabela de sítios registrados na BA-093;
 - Caracterização da área de intervenção com fotografias aéreas;
 - Metodologia e procedimento de campo;
 - Procedimentos de laboratório;
 - Acondicionamento do acervo em 11 caixas arquivo polionda devidamente etiquetada;
 - Análise do material;
 - Tabelas com os atributos das peças de faiança e de cerâmica vitrificada;
 - Caracterização dos contextos arqueológicos escavados com as respectivas imagens;
 - Gráfico com o percentual dos materiais encontrados nos sítios;

- Planta de correlação da dispersão dos materiais;
 - Descrição das ocorrências;
 - Caracterização das atividades de educação patrimonial;
 - Distribuição percentual dos acervos da BA-093 (Sítio Simões Filho 1, 1%, 10 peças; Sítio Simões Filho 2, 28%, 642; Sítio Simões Filho 3, 71%, 254 peças);
 - Tabela de triagem de materiais arqueológicos;
 - Tabela de arrolamento de materiais arqueológicos;
 - Fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).
- Publicação do livro “Patrimônio Cultural de Camaçari e Simões Filho: resultados da BA-093”, de autoria de Fabiana Comerlato, Carlos Costa, Leandro Max e Jeanne Dias (Cruz das Almas: UFRB, 2015, p. 82).
 - Publicação do artigo “Arqueologia Histórica numa residência rural de Simões Filho, Bahia” na Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia (vol. 8, n. 2, 2020, p. 39-61).

4.9.2. DOSSIÊ DO COMPLEXO EÓLICO CAMPO LARGO

O complexo Eólico Campo Largo (CE Campo Largo) composto pelas Sociedades de Propósito Específico – SPEs CLWP Eólica Parque I ao XXII Ltda., anteriormente denominado Complexo Elétrico Campo Largo (CEE Campo Largo), está situado em uma área que abrange porções dos municípios de Santo Sé e Umburanas, no norte da Bahia. O empreendimento está inserido em duas regiões econômicas do estado da Bahia, o Baixo Médio São Francisco, onde se localiza o município de Santo Sé, e o Piemonte da Diamantina, onde se localiza o município de Umburanas. O município de Santo Sé integra a Mesorregião do Vale do São Franciscano da Bahia e Microrregião de Juazeiro. O município de Umburanas integra a Mesorregião Centro Norte baiano e Microrregião Senhor do Bonfim.

Distribuído em uma área de 43.949 hectares, o Complexo Eólico Campo Largo, que teve metade dos seus empreendimentos pesquisados no estudo, é composto por 22 centrais eólicas denominadas CLWP Eólica Parque I a CLWP Eólica Parque XXII, distribuídas em diferentes grupos de implantação.

O Projeto de implantação das centrais do Complexo Eólico Campo Largo, tem como objetivo ampliar a oferta de energia, utilizando-se do vento como fonte alternativa, tendo em vista que o mesmo constitui-se em uma fonte de energia natural e renovável, a partir do qual é possível gerar grande quantidade de energia elétrica, de forma a permitir um expressivo incremento de seus usos múltiplos na região e, principalmente, contribuir para o acréscimo no suprimento de energia para o País. Neste empreendimento, foram encontrados 12 sítios arqueológicos e 3 ocorrências. Alto da Gameleira II (AGII), Campo Largo II (CLII), Riacho da Gameleira (RG), Riacho dos Bois II (RBII), Riacho dos Bois III (RBIII), Riacho dos Bois V (RBV), Riacho dos Bois VI (RBVI), Riacho dos Bois VIII (RBVIII), Riacho dos Bois IX (RBIX), Riacho dos Bois X (RBX), Riacho dos Bois XI (RBXI) e Riacho Olho d'Água, além da Ocorrência 15, Ocorrência 20 e Ocorrência 21.

As peças estão acondicionadas em 49 caixas de marfinita etiquetadas com informações do projeto, número do processo do IPHAN, municípios abrangidos, número da portaria, nome do coordenador do projeto e identificação dos sítios com as respectivas quantidades de peças. O sítio AGII contém 34 peças; CLII, 27 peças; RG, 1953 peças; RBII, 156 peças; RBIII, 637 peças; RBV, 132 peças; RBVI, 29 peças; RBVIII, 14 peças; RBIX, 160 peças; RBX, 28 peças; RBXI, 72 peças; ROA, 126 peças; Ocorrência 15, 5 peças; Ocorrência 20, 12 peças; Ocorrência 21, 45 peças. Devido a falta de estrutura no LADA, este acervo se encontra depositado em uma sala pequena localizada no prédio 2 de Julho.

Cumprе salientar que o termo de recebimento de coleções arqueológicas contém informações divergentes do acervo. Após análise, foi identificada a inexistência das 45 peças da ocorrência 21, pois pode ter ocorrido erro de digitação o que foi percebido também no sítio Alto da Gameleira II, que consta no termo como Alto da Gameleira.

Documentação produzida:

- Relatório apresentado para obtenção de anuência da Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Bahia.

Informações existentes:

- Resultado das prospecções identificou vários sítios, Campo Largo II, Riacho dos Bois II, Riacho dos Bois III, Ocorrência arqueológica 15;
- Estudo do solo, vegetação, clima e hidrografia dos municípios Sento Sé e Umburanas.

- Relatório apresentado para obtenção de anuência da Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Bahia. Volume 2. Informações existentes:
 - Descrição dos sítios arqueológicos Riacho dos Bois II, Riacho dos Bois III, Ocorrência 15 e registros das sondagens;
 - Identificação dos sítios com pinturas rupestres: Riacho dos Bois II e III.
- Mapa da Representação do Levantamento de Campo;
- Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Complexo Eólico Campo Largo 2, CLWP - Parques VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XVII, XIX, XX, XXII, Municípios de Sento Sé e Umburanas, Estado da Bahia:
 - Quadro dos Sítios e ocorrências arqueológicas identificados na área do Empreendimento;
 - Síntese dos sítios arqueológicos e ocorrências.
- Relatório final do Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Complexo Eólico Campo Largo 2:
 - Tabela das tipologias dos sítios e ocorrências;
 - Descrição completa dos sítios e ocorrências com suas respectivas imagens;
 - Análise do material lítico representada por meio de tabelas e gráficos;
 - Identificação e caracterização dos grafismos;
 - Fichas de monitoramento diário;
 - Ficha de cadastro Nacional de sítio;
 - Relatório das análises de datação por radiocarbono;
 - Ficha de registro de sítio arqueológico;
 - Fichas de Cadastro Bem Arqueológico Móvel dos sítios e ocorrências resgatados.

4.9.3. DOSSIÊ DO PROJETO SÍTIO DO MATO

Através do Projeto Sítio do Mato foram identificados cinco sítios arqueológicos: Vale Verde 1 (VV), Vale Verde 2 (VL), Vale Verde 3, Morro do Lageado 1 e Morro do Lageado 2. O sítio VV contém 301 peças; VL, 23 peças; Morro do Lageado 2, 01 peça. Não foram encontrados os sítios Morro do Lageado 1 e Vale Verde 3. Há poucas informações que permitam, neste momento, contextualizar de forma mais abrangente o projeto, sua inserção e motivações.

Documentação produzida:

- Relatório de visita:
 - Característica do Município;
 - Reconhecimento dos vestígios.
- 2º Relatório de visita:
 - Tabela dos sítios arqueológicos com a descrição do material;
 - Descrição dos sítios;
 - Tabela de decoração da cerâmica.
- 3º Relatório do Sítio Vale Verde 1 (VV):
 - Escavação;
 - Intervenção de campo;
 - Urnas funerárias;
 - Acondicionamento dos artefatos escavados.
- Laudo Técnico Arqueológico

4.9.4. DOSSIÊ DO PROJETO PIRAGIBA

O Projeto Piragiba resultou na identificação de vinte e nove sítios arqueológicos: Abdias (AI), Abobreira (AB), Alegre (AE), Almoço (AL), Bergue (BG), Boqueirão (BQ), Caulinita (CL), Caulinita 2 (CI), Corina (CO), Diu (DI), Dorfina (DO), Escola (LA), Esperidião (RE), Genildo (IO), Grilo (IL) Lucas (LU), Malhador (ML), Nezinha (NZ) Peu (PU), Piragiba

(PP), Seriema (SZ), Ticão (TI), Toca da Onça (TO), Topo da Serra (TS), Vai Quem Quer (VU), Zé Pretinho (ZO), Zé Preto (ZP), Zeca de Lau (ZL), Zirô (ZI).

O sítio AI contém 06 peças; AE, 544 peças; AL, 79 peças; BG, 67 peças; BQ, 07 peças; CL, 168 peças; CI, 159 peças; CO, 271 peças; DI, 04 peças; DO, 28 peças; LA, 76 peças; RE, 148 peças; IO, 117 peças; IL, 244 peças; LU, 81 peças; ML, 5.032 peças; NZ, 592 peças; PU, 153 peças; PP, 16.682 peças (arrolamento parcial); SZ, 82 peças; TO, 278 peças; TS, 19 peças; ZO, 81 peças; ZP, 28 peças; ZL, 114 peças; ZI, 21 peças. Não foram encontrados os sítios VU, AB e TI.

Documentação produzida:

- Publicação do artigo “Metodologia de prospecção de sítios líticos de superfície na região de Piragiba, Oeste da Bahia”. Arqueologia e Patrimônio Cultural na UFRB p.40, 2020.
- Publicação do artigo “Síntese dos estudos tecnológicos e macrotraceológico em lâminas de machado lascadas de um grupo ceramista horticultor do Brasil”. Revista Del Museo de Antropologia, v. 13, n.1, p.121-134, 2020.
- Lista de Arrolamento.

4.9.5. DOSSIÊ DO PROJETO DA BA-001

O Programa de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial da estrada de ligação entre Barcelos e BA-001 identificou dez sítios arqueológicos: Alteza (AZ), Pedra Rasa 4 (PZ), Jaqueira (JA), Passarinho (PH), Mariana (MA), Queijo (QJ), Barcelos 1 (BA), Barcelos 2 (BE), Barcelos 3 (BL), Barcelos 4 (BS).

O sítio AZ contém 24 peças; PZ, 683 peças; JA, 385 peças; PH, 110 peças; MA, 323 peças; QJ, 319 peças; BA, 616 peças; BE, 107 peças; BL, 72 peças; BS, 3.290 peças.

Documentação produzida:

- Relatório do Programa de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial
 - Metodologia de trabalho
 - Distribuição dos sítios no Empreendimento representados por tabela contendo informações sobre o tipo de sítio, quantidade de sondagens e de artefatos coletados

- Descrição dos sítios
- Relatório de Diagnóstico e Levantamento Arqueológico
 - Contexto Ambiental, Histórico e Arqueológico Regional
 - Síntese histórica do Município de Camamu e do Distrito de Barcelos do Sul
 - Diagnóstico e Prospecção Arqueológica
 - Processos de higienização, marcação e acondicionamento
- Análise das Coleções do sítio Barcelos 1
 - Contexto Arqueológico
 - Exame e análise das peças
 - Gráfico com o percentual das partes do corpo humano
 - Gráfico com o percentual do estado de conservação das peças
 - Gráficos com os percentuais do tipo de cerâmica, da decoração, do motivo da pintura
 - Ficha de análise dos ossos humanos
 - Ficha de análise da cerâmica vermelha
 - Ficha de análise da cerâmica vitrificada

4.9.6. DOSSIÊS DE SÍTIOS ISOLADOS

4.9.6.1. SÍTIO PRAÇA DA SÉ

Documentação produzida:

- Relatório de Curadoria e análise dos cachimbos da Praça da Sé da cidade de Salvador, Bahia:
 - Arrolamento;
 - Decoração;
 - Marca do fabricante.

- Relatório de Curadoria e análise dos metais da antiga Igreja da Sé de Salvador, Bahia:
 - Contexto Histórico e Arqueológico;
 - Numeração;
 - Pesagem;
 - Arrolamento;
 - Análise.
- Projeto de Documentação e Digitalização do acervo fotográfico.

4.9.6.2. SÍTIO VÁRZEA DO ARATICUM

Documentação produzida:

- Laudo Técnico;
- Relatório de Escavação Arqueológica (Urna Funerária de Inhambupe-Bahia):
 - Forma da inumação e posição do corpo;
 - Conteúdo exumado da Urna;
 - Observações sobre os Ossos e sobre a Urna.

O sítio Várzea do Araticum ainda não possui arrolamento.

4.9.6.3. SÍTIO AREIAS (AS)

Documentação produzida:

- Relatório de visita:
 - Artefatos arqueológicos encontrados (Urnas funerárias);
 - Estudo geomorfológico;
 - Processo de escavação e remoção da urna funerária.
- Publicação do artigo “Contas vegetais em dois sepultamentos da Bahia.”
Revista de Arqueologia, [S.I], V 34, Nº 3, 2021, p. 95-121.

- Lista de Arrolamento.

O sítio AS contém 120 peças.

4.9.6.4. SÍTIO MIUDINHA (MI)

Documentação produzida:

- Caderno Mapeamento Arqueológico Cachoeira e São Félix:
 - Sítios Indígenas e Históricos.
- Lista de Arrolamento.

O sítio MI contém 16 peças.

4.9.6.5. SÍTIO ÁGUA VERMELHA (WW)

Documentação produzida:

- Lista de arrolamento;
- Publicação do artigo “O Sítio de Tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas” Caderno de Arte e Antropologia, volume 1, número 1, 2012, p. 53-57.

O sítio WW contém 233 peças.

4.9.6.6. SÍTIO FORTE SANTANA (FS)

Documentação produzida:

- Relatório: Análise das amostras de louças recolhidas no entorno do Forte de Santana, Florianópolis - Santa Catarina.
 - Contexto Arqueológico;
 - Arrolamento;
 - Marcação;
 - Análise;

- Tipos de Fragmentos;
 - Formas;
 - Técnicas decorativas;
 - Motivos e cenas.
- Relatório: Análise de fragmentos de Faiança fina e Porcelana do Sítio Forte Santana, Florianópolis – SC:
- Ficha descritiva/análise.

4.9.6.7. SÍTIO GRUTA DA FAZENDA ITABERABA (IT)

Documentação produzida:

- Relatório de visita:
- Localização;
 - Descrição dos sítios;
 - Artefatos Arqueológicos encontrados;
 - Pinturas Rupestres;
 - Técnicas e Pigmentos;
 - Estado de conservação dos painéis de pinturas.
- Lista de Arrolamento.

4.9.6.8. SÍTIO BINHO (BH)

Documentação produzida:

- Relatório de visita de campo Pambu:
- Artefatos e contextos vistos;
 - Croqui com informações sobre enterramentos humanos arqueológicos;
 - Figuras de lasca de pedra e fragmento de lâmina de machado polido.
- Lista de Arrolamento.

O sítio BH ainda não possui arrolamento.

4.9.6.9. SÍTIO COPAOBA (CP)

Documentação produzida:

- Relatório de Reconhecimento Arqueológico:
 - Escavação;
 - Característica do vaso cerâmico;
 - Urna funerária da Tradição Arqueológica Ceramista Aratu com esqueleto em seu interior.
- Lista de Arrolamento.

O sítio CP contém 411 peças.

4.9.6.10. SÍTIO REITORIA (RT)

Documentação produzida:

- Lista de Arrolamento;
- Breve Relatório do sítio Reitoria:
 - Localização e descoberta;
 - Urnas funerárias;
 - Descrição dos sítios;
 - Perspectiva e ações possíveis.
- Caderno Mapeamento Arqueológico Cachoeira e São Félix:
 - Sítios Indígenas e Históricos.

O sítio RT contém 167 peças.

4.9.6.11. SÍTIOS BERTIN 1 (BI) E BERTIN 2 (BN)

Documentação produzida:

- Relatório Prospecções e Salvamento Arqueológico:
 - Caracterização do empreendimento;
 - Contextualização do ambiente;
 - Prospecções arqueológicas;
 - Tabela dos sítios arqueológicos identificados;
 - Descrição dos sítios;
 - Procedimento de laboratório e acondicionamento;
 - Tabela de classificação dos artefatos.

O sítio BI contém 25 peças e o sítio BN contém 10 peças.

4.9.6.12. SÍTIO ANA NERY (AN)

Documentação produzida:

- Tabela de Sondagem;
- Ficha de coleta de superfície.

4.9.7. SÍTIOS COM ACERVOS E SEM INFORMAÇÕES

Do conjunto de sítios com dados arrolados durante a pesquisa, em alguns não foi possível identificar documentos ou informações que permitam contextualizar informações, são eles: Porteira (PX), Rodão (RD), Santo Estevão (SS), Fazenda Murta (SM), Feira de Santana 1 (FI), Sento Sé, Olaria da Baixa Garagem, Terreiro Seja Hundê, Seminário de Belém, Muriçoca 1 (XA), Muriçoca 2 (XB), Muriçoca 3 (XC), Muriçoca 4 (XD), Muriçoca 5 (XE), Muriçoca 6 (XF), Muriçoca 7 (XG), Muriçoca 8 (XH) e Muriçoca 9 (XI).

O sítio PX contém 04 peças; RD, 1.042 peças, SS, 520 peças SM, 29 peças; Sento Sé, 30 peças (arrolamento parcial); Olaria da Baixa Garagem, 14 peças; Terreiro seja Hundê, 28 peças; Seminário de Belém, 22 peças; XA, 100 peças; XB, 34 peças; XC, 28 peças; XD, 35 peças; XE, 14 peças; XF, 02 peças; XG, 155 peças; XH, 01 peças; XI, 02 peças.

O sítio FI não foi encontrado.

4.9.8. DOSSIÊ DO PROJETO LADRILHOS

Diferente dos projetos anteriores, este acervo é composto de objetos fruto de demolição, que tem a função de manter um acervo de exemplares de ladrilhos históricos, derivados do processo histórico de produção desses artefatos na cidade de Cachoeira. A ideia inicial do projeto surgiu em razão da coleta de ladrilhos hidráulicos de demolições e reformas de edificações históricas da cidade de Cachoeira. Hoje, estes ladrilhos compõem uma pequena coleção de referência no Laboratório de Documentação e Arqueologia do CAHL/UFRB. O projeto advém da necessidade de compreender as técnicas de produção e sua cadeia operatória nos locais de produção-oficinas tradicionais.

Essa pesquisa resultou na identificação das seguintes áreas do município de Cachoeira onde se procederam coletas de ladrilhos para composição das coleções de referência: Rua Prisco Paraíso; Praça Maciel; Praça Manoel Vitorino; Praça Maestros Tranquilino Bastos; Rua Treze de Maio. No município de São Félix foram identificados os seguintes sítios: Rua Marechal Floriano 25; Rua Senador Themistócles.

Documentação produzida:

- Ficha de Arrolamento;
- Ficha de Registro e Conservação dos Ladrilhos;
- Ficha de Registro do Artefato com Fotografias;
- Ficha de Levantamento de Imóveis com Ladrilhos;
- Ficha com as Dimensões das peças do acervo;
- Publicação do artigo “Ladrilhos Hidráulicos do Recôncavo da Bahia: mapeamento e estudo dos padrões compositivos em Cachoeira Bahia”. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 18, n. 35, p. 41-56, 2021.

* * *

Buscamos neste capítulo apresentar o LADA e suas singularidades como instituição de guarda em pesquisa. Essa caracterização torna-se importante por evidenciar os limites e possibilidades institucionais de realização de suas finalidades precípuas. As características desse espaço e os procedimentos de funcionamento permitiram lançar luz sobre as bases que

levaram a composição dos acervos salvaguardados. Assim, mesmo tão jovem institucionalmente, já é possível perceber vícios institucionais que começam a legar aos objetos ausências informacionais sentidas no momento de realizar a “dossielização”.

Como pode se notar, os protocolos de ‘dossielização’ não foram realizados de forma completa, uma vez que faltam, por exemplo, informações de quantificação de objetos por sítios, suas tipificações e classificações, seja para fins administrativos e/ou científicos. Tal limitação decorre de parte do acesso ao laboratório estar limitado em decorrência da pandemia e, no retorno das atividades, haver a necessidade de um reordenamento para melhor acesso as coleções. Assim, esse será um trabalho para um segundo momento, posto que o caminho para a complementação das informações para a ‘dossielização’ poderá ser continuado na lida cotidiana do LADA, uma vez que o autor destas linhas é o Museólogo associado ao próprio espaço de salvaguarda estudado. O que procuramos, com este estudo, é identificar meios racionais de documentação museológicas de acervos arqueológicos que possibilitem um caminho fluído entre os processos arqueológicos e os processos museológicos.

Levantar os sítios arqueológicos (entendidos como unidade mínima de análise contextual) e, depois, tentar compreender os processos de registro que agregam informações aos acervos, se revelou um caminho útil de gestão da informação, posto que funciona como um balizador das ausências cometidas no processo de geração dos acervos. Como esclarecemos, é esperado que alguns objetos tenham menos informações que outros, em decorrência dos processos que levaram a sua aquisição. Contudo, a ausência completa de informação, conforme se revelou no caso de dezoito sítios, constitui um problema. Assim, do nosso ponto de vista, como instrumento de gestão da informação, os dossiês se revelaram extremamente necessários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de responder os problemas e hipóteses de investigação, ao longo deste trabalho realizamos um caminho teórico e metodológico que buscou, a partir da perspectiva da Musealização da Arqueologia, enfrentar o problema da documentação de acervos arqueológicos em instituições de salvaguarda de natureza museológica – especificamente, os museus e as instituições de guarda e pesquisa. Para tanto, tomamos o Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como base empírica da pesquisa.

Tendo a Musealização da Arqueologia como horizonte teórico no qual se assenta o debate estabelecido da dissertação, passamos a estudar o que caracteriza, do ponto de vista teórico-conceitual, a documentação e a noção de documento, o que nos levou a percebê-las como um meio de organização e acesso à informação com a função de tornar os objetos em documentos. A partir daí, buscamos perceber tais concepções nos contextos arqueológicos e museológicos, quando observamos que a diferença reside, basicamente, a apreensão dos objetos: na Arqueologia essa apreensão está mais associada aos contextos de origem, tendo um sítio como unidade de análise, e na Museologia, especificamente nos ambientes museológicos tradicionais, focada na compreensão intrínseca e extrínseca dos objetos. A partir daí, como se caracteriza a documentação museológica de objetos e, como par comparativo, o que caracteriza a informação arqueológica passível de registro. Por consequência, como se processa os processos de apropriação social dos objetos em ambos os campos de conhecimento, além das discussões sobre preservação e conservação.

Ainda sobre a documentação museológica, ela desempenha um papel essencial na preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio arqueológico. Através dela, é possível registrar e interpretar objetos, sítios e contextos históricos que compõe nossa herança cultural. No contexto específico do LADA, as diretrizes estabelecidas para a recepção de acervos têm uma importância fundamental no gerenciamento do patrimônio arqueológico. Ao refletir sobre essas diretrizes, podemos compreender a atenção atribuída ao rigor científico e ético no processo de recepção de acervos arqueológicos no LADA/UFRB, uma vez que este patrimônio é um bem da União de natureza finita e não renovável. Por esse motivo, o LADA busca esclarecer critérios claros e objetivos para a recepção de novos acervos.

Após este caminho de compreensão teórica do objeto de estudo, buscamos entender os meios pelos quais o Estado brasileiro regula o trato com o objeto arqueológico, quando notamos

as dissonâncias normativas que fragilizam a condição de salvaguarda dos objetos arqueológicos nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa. Na sequência, procuramos compreender como o objeto arqueológico é processado antes de ser inserido nas instituições. A busca, portanto, foi de entender os protocolos, sejam normativos ou científicos, que antecedem a entrada dos acervos nas instituições de salvaguarda.

Estabelecido este caminho de compreensão teórica e técnica do objeto de estudo, passamos a apresentar o estudo de caso, o Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA), na sua inserção institucional, nos seus caracteres infraestruturais, no seu modelo de gestão e documentação dos acervos arqueológicos e, não menos importante, no seu quadro profissional, além de apresentar as possibilidades e desafios enfrentados pelo espaço laboratorial para o processamento de suas funções precípuas.

A criação do LADA enquanto espaço dedicado à arqueologia e documentação trouxe consigo inúmeros benefícios. Primeiramente, a preservação dos objetos e matérias arqueológicas é assegurada por meio de técnicas adequadas de conservação, garantindo sua integridade para as gerações futuras. Ademais, o LADA se tornou um centro de pesquisa e estudo, permitindo que estudantes e pesquisadores tenham acesso a um rico e diversificado acervo. A Musealização da Arqueologia no LADA representa um importante passo para a preservação, divulgação e valorização do patrimônio arqueológico da região. Ao longo desse processo, pudemos perceber a relevância de transformar os vestígios arqueológicos em narrativas significativas, capazes de promover a compreensão e apreciação da história e cultura de uma região.

Feita essa caracterização, realizamos a aplicação de um modelo de documentação de acervos arqueológicos, que visava integrar de forma linear a documentação arqueológica advinda de campo aos processos de gestão documental no espaço de salvaguarda, por meio dos dossiês documentais, o que passamos a chamar de ‘dossielização’. A prática da ‘dossielização’ pressupõe a existência de procedimentos documentais realizados pelas equipes de Arqueologia antes da inserção dos acervos arqueológicos nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa. Sem a existência desses procedimentos, não há de se falar em ‘dossielização’. A documentação via dossiê permite não apenas o registro e o controle adequado dos objetos, mas também fornece base sólida para as pesquisas posteriores, análises científicas e divulgação dos resultados, uma vez que o acesso fácil à informação arqueológica é um aspecto crucial na disseminação do conhecimento arqueológico e na promoção da valorização deste patrimônio cultural.

Enfim, a partir desses dados, temos elementos para retomar a nossa questão inicial de pesquisa e, segundo a argumentação que desenvolvemos nesta dissertação, entendemos que constitui fundo informacional dos acervos arqueológicos todos os dados, de diferentes matrizes, originados nos processos de geração dos acervos arqueológicos. Entendido dessa forma, os dossiês museológicos constituem excelentes fontes de controle dos acervos arqueológicos que integram os museus e as instituições de guarda e pesquisa.

Assim, corroboramos a nossa hipótese, ao compreender que as ações de salvaguarda e de comunicação relacionadas à Musealização da Arqueologia devem considerar a natureza informacional do objeto arqueológico e as especificidades científicas que levaram a sua geração. Observamos que no caso dos dezoito sítios sem informação, o desconhecimento da cadeia operatória que leva a geração dos acervos arqueológicos limita as possibilidades de ‘dossielização’, de forma a impedir os processos museológicos de apropriação desses referentes patrimoniais. Da mesma forma, o contrário é verificado, uma vez que quanto mais profundo e extenso o processo de geração dos acervos arqueológicos, mais informações são passíveis de ‘dossielização’.

Como contribuição reflexiva para o campo de conhecimento, a estratégia dos endossos institucionais condicionados a um processo curatorial prévio estabelecido pelos museus e pelas instituições de guarda e pesquisa, antes da integração dos acervos nas reservas, se constitui como uma excelente alternativa de diálogo, ainda que distante, entre os processos documentais arqueológicos e museológicos, levando a racionalização de esforços. Dessa forma, como aventamos na nossa hipótese, considera-se a cadeia que leva a geração dos acervos arqueológicos e a chancela arqueológica do objeto, de forma a afirmar a matriz informacional que levou a geração dos acervos e, ao mesmo tempo, conduz a uma absorção fluída desse processo documental na instituição de salvaguarda, a partir da ‘dossielização’.

Feitas essas observações possibilitadas pelo caminho de pesquisa, gostaríamos de finalizar com observações mais pessoais. Com o LADA, percebemos que o fazer arqueológico transcende o simples ato de escavar e catalogar objetos, se figurando como um poderoso instrumento para a construção de identidades, para promoção do diálogo entre diferentes comunidades e para a preservação da memória coletiva. Neste contexto, a Musealização da Arqueologia no LADA representa um marco importante para a preservação e difusão do patrimônio arqueológico. Ao utilizar os procedimentos da cadeia operatória da Museologia nos acervos arqueológicos, que abrange desde a aquisição, conservação e documentação dos objetos até a sua exposição, o laboratório desempenha um papel fundamental na promoção do

conhecimento e valorização do passado, contribuindo para uma sociedade mais consciente e conectada com a sua história.

Além disso, consideramos relevante abordar que a construção desse trabalho buscou responder alguns questionamentos pessoais e profissionais. Durante o período em que o autor dessas linhas esteve como museólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se deparou com uma realidade que outrora foi denunciada pela pioneira dos estudos de Musealização da Arqueologia, a professora Maria Cristina Oliveira Bruno, que cunhou como “estratigrafia do abandono”. Esse conceito diz respeito também a superlotação das reservas técnicas de Arqueologia que, na maioria das vezes, apresenta os artefatos arqueológicos dissociados dos seus respectivos registros arqueológicos. Nessa experiência na reserva técnica de Arqueologia do MAE/UFBA foi possível constatar a ausência de informações primárias do acervo arqueológico, sobretudo nos procedimentos de higienização do acervo em que foi identificada a ausência de metadados como nome do artefato, material, pesquisador, entre outros. Essas lacunas informacionais comprometem a valorização e promoção do patrimônio arqueológico e inviabiliza a utilização dos procedimentos da cadeia operatória da Museologia.

No oposto dessa condição vivida na UFBA, entendemos que as diretrizes para a recepção de acervos no LADA/UFRB refletem uma abordagem responsável e comprometida com a documentação museológica de acervos arqueológicos. Através dessas diretrizes, busca-se assegurar que os acervos arqueológicos sejam adequadamente documentados, estudados e disponibilizados para pesquisas futuras, ou para assegurar o acesso fácil a esse conhecimento. Assim, esperamos que as reflexões aqui trazidas sobre os processos de realização de dossiês pela técnica da ‘dossielização’ se revelem um importante contributo de racionalização e gerenciamento das práticas de documentação museológica de acervos arqueológicos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, v. 37, p. 7-17, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652008000300001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/8JS9wHhytjBRsybLgfBJRHF/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BALLARDO, L. O. M.A **Elaboração de um Sistema Documental para Acervos Arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Rio Grande do Sul, 127p. 2013.

BALLARDO, L. M. **Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: métodos de campo como subsídios da documentação museológica**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-graduação, Rio de Janeiro, 318p. 2021.

BALLARDO, L. O. M; MENDONÇA, E. C. Diagnóstico de lacunas da documentação arqueológica e seu impacto na gestão do patrimônio. In: CAMPOS, G. N.; GRANATO, M. **Anais do 5º Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 387-402, 2019.

BARBOSA, G. C. **Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bahia, 2023.

BOTTALLO, M. Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. Diretrizes em documentação museológica. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**, p. 48-78, 2010.

BRUNO, M. C. O. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: FFLCH/USP, 382p. 1995.

BRUNO, M. C. O. **Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização**, 1996.

BRUNO, M. C. O. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. 1999.

BRUNO, M. C. O. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, p. 235-247, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001536350>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRUNO, M. C. O. **Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados**. 2006.

BRUNO, M C. O. **Musealização da Arqueologia: alguns subsídios**. Texto digitado, 2007.

BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 04-15, 2013/2014. DOI:<https://doi.org/10.24885/sab.v26i2.379>. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/379>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRUNO, M. C. O. Museus de Arqueologia no Brasil - uma estratigrafia de abandonos e de desafios. In.: COSTA, A. L. A. C.; LEMOS, E. B. R. L. (Orgs.). **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ibram, p. 112-122, 2018.

BRUNO, M. C. O. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 08-18, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i3.845. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003094966>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRUNO, M. C. O.; WICHERS, C. A. M. Dossiê - Musealização da arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 02-03, 2013. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v26i2.378>. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/378>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. **Caderno de diretrizes museológicas**, v. 1, n. 2, p. 31-90, 2006.

CARDOSO, P. M. O que é a museologia? **Revista Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, p. 115-152, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2600>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARVALHO, A. V.; POUGET, F. M. Dossiê - Debates em torno das políticas de salvaguarda e acesso de acervos arqueológicos no Brasil. **Revista de Arqueologia Pública**, Universidade de Campinas, Campinas, v. 11, n. 2, v. 19, 2017.

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. Arquivo do Estado, 2000.

CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 10, p. 241-253, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268352473.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CERQUEIRA, Á. B. F. **Do passado para o futuro? Políticas de gestão de acervos arqueológicos nas instituições de guarda e pesquisa do estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado) Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 112 p. 2018.

COSTA, C. A. S. Proposta de Instrumento Documental Museológico Complementar para as coleções Arqueológicas do MAE/UFBA. **Revista Eletrônica Jovem Museologia**, v.2, n. 4, p. 4, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/41764714/Proposta_de_instrumento_documental_museol%C3%B3gico_complementar_para_as_cole%C3%A7%C3%B5es_arqueol%C3%B3gicas_do_MAE_UFBA. Acesso em: 12 dez. 2023.

COSTA, C. A. S. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. **Revista Habitus**, v. 11, n. 1, p. 101-124, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v17i1.7088>. Acesso em: 06 set. 2021.

DA COSTA, M. P.; RIBEIRO, D. L. “Estratigrafia do abandono”: O caso do Museu da Cidade do Rio Grande–MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos do**

LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, p. 209-235, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Leparq/article/view/4570>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DE SC TANUS, G. F.; RENAULT, L. V.; ARAÚJO, C. A. Á. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 158-174, 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FERNANDES, L. A.; COSTA, C. A. S. Procedimentos Iniciais de Documentação em Coletas Arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia – UFRB. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 2, p. 345–360, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v16i2.5992>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5992>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de ensaio**, v. 2, p. 64-74, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/31151406/Documenta%C3%A7%C3%A3o_Museol%C3%B3gica_Teoria_para_uma_Boa_Pr%C3%A1tica. Acesso em: 12 dez. 2023.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 7., 2006, Marília. Anais [...]. Marília: UNESP, 2006.

FRONER, Y. A.; SOUZA, L. A. C. **Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios – Tópicos em Conservação Preventiva 3**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

FRONER, Y. A. **Memória e Preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.01-25, 2016.

GUICHEN, G. Conservacion preventiva: em que punto nos encontramos em 2013?. **Revista Patrimônio Cultural de España**, n.7, p. 15-24, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4932136>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GUARNIERI, W. R. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, n.3, p.7, 1990.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 7ª ed. Rio de Janeiro, 2007.

HERNÁNDEZ, F. Documentary sources of museology: reflections and perspectives. **ICOFOM Study Series**, n. 44, p. 81-93, 2016. DOI:<https://doi.org/10.4000/iss.693>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/iss/693>. Acesso em: 12 dez. 2023.

HODDER, I. Interpretación en arqueología corrientes actuales. **Editorial Crítica. Barcelona, España**, 1988.

HODDER, I.; HUTSON, S. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HODDER, I. (Ed.). **Archaeological theory today**. Polity, 2012.

ICOM. **Resolution1:** Shanghai declaration on museums for harmonious social development [25th General Assembly of ICOM, Shanghai, China, 2010]. 2010. Retrieved from <http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-general-assemblies-1946-to-date/shanghai-2010>.

JULIÃO, L. Pesquisa histórica no museu. **Caderno de diretrizes museológicas**, v. 1, p. 95-108, 2006.

LADKIN, N. Gestão do Acervo. In: BOYLAN, P. J. (ed). **Como gerir um museu: manual prático**. França: ICOM, p.17-32. 2004. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>. Acesso em: Outubro de 2014.

LARA FILHO, D. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo. São Paulo. 139 p. 2006.

LIMA, T. A. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 5-21, 2007.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 6, p. 11-23, 2011.

LIMA, H. P.; ANDRADE, E. B.; DA SILVA, C. A. Gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia: desafios da curadoria compartilhada na REDES do Tupé, Manaus, Amazonas. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2 (19), p. 114-137, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/rap.v11i2.8649677>. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649677>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LORÊDO, W.M. **Manual de conservação em arqueologia de campo**. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1994.

MEIRELLES, H. M. P. de A. **Documentação e conservação de acervos museológicos: Diretrizes**. Diretrizes em conservação de acervos museológicos. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo ACAM portinari. 2010.

MELO, L. L. P. de; MOLINARI, L. P. **Higienização de documentos com suporte em papel**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2002.

MENSCH, P. V. **O objeto de estudo da museologia**. Uni-Rio; UGF, 1994.

MENESES, U. T. B. de. **O objeto material como documento**. Aula ministrada no curso Patrimônio cultural: políticas e perspectivas, organizado pelo IAB/ CONDEPHAAT em 1980. Mimeo. 1980.

MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4566494/mod_resource/content/1/MENESES_Memoria%20e%20Cultura%20Material.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

MONTEIRO, J. **Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes). Universidade de São Paulo. São Paulo, 177p. 2014.

MORAES WICHERS, C. A. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 16-39, 2013. DOI:<https://doi.org/10.24885/sab.v26i2.380>. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/380>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MORAES WICHERS, C. A. Dossiê - Museus e acervos arqueológicos e etnográficos: (re)leituras e experiências. **Revista Habitus**, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 17, n. 1, 2019. Disponível em <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/issue/view/311/showToc>. Acesso em: 06 set. 2021.

MORAES WICHERS, C. A. Sociomuseologia e arqueologia pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 51, n. 7, 2016. DOI:<https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.51.03>. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5491>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MORAES WICHERS, C. A.; DUARTE CÂNDIDO, M. M. Reflexões sobre museus, turismo eo compromisso público da Arqueologia. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, p. 103-119, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2011>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MORAES WICHERS, C. A.; BRUNO, M. C. O.; RIBEIRO, D. Lemos. Dossiê - Museologias, coleções e arqueologias. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 12, n. 24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/museologia.v12i24>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/2522>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MOUTINHO, M. C. Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 41, p. 423-427, 2014. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FRqZvGCCvd0J:scholar.google.com/+Defini%C3%A7%C3%A3o+evolutiva+de+sociomuseologia:+proposta+de+reflex%C3%A3o.+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 12 dez. 2023.

MOUTINHO, M. Declaração MINOM-Rio de Janeiro 2013. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 50, n. 6, 2015.

ORTEGA, C.D.; DE LARA, M. L. G. A noção de documento: de otlet aos dias de hoje. In: **Nuevas perspectivas para la difusión y organización Del conocimiento: actas Del congreso**. Servicio de Publicaciones, p. 528-544, 2009.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PÁDUA, S. **Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação**. O Eco, v. 2, 2006.

PARDI, M. L. F. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 289p., 2003.

PAIVA, B. C. Portaria Iphan Nº 196/2016: Reflexões, Desafios e Perspectivas da Salvaguarda do Patrimônio Arqueológico. FUMDHAMentos, vol. XVIII, n. 2, p. 119- 137, 2021.

PEREIRA, D.; RIBEIRO, D. L.; TOLEDO, G. T.; LIMA, S. C. Dossiê - Gestão de acervos arqueológicos. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, Belém, v. 33, n. 3, 2020. Disponível em <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/issue/view/1>. Acesso em: 06 Set. 2021.

PEREIRA, D.; LEMOS RIBEIRO, D.; TEBALDI TOLEDO, G.; CUNHA LIMA, S. Perspectivas para a gestão de acervos arqueológicos. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 02–07, 2020. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/894>. Acesso em: 22 set. 2021.

PINHEIRO, M. J. D. A.; LOURENÇO, B. C. G. D.; DUARTE, M. C. C.; FRANQUEIRA, M. L. M.; LOPES, D. D. S. **Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados: o caso do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manginhos**. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

PRIMO, J. S. **Os desafios contemporâneos na investigação em sociomuseologia**. 2019.

RAPOSO, J. **Arqueologia e Museus**. Ecomuseu Informação, Ecomuseu de Seixal, n. 23, 2002.

RAPOSO, J. **Museus Portugueses com colecções de arqueologia**. 1993.

RIBEIRO, D. L. **A ciência da informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 210 p. 2007.

RIBEIRO, D. L. **A musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 369p., 2013.

ROBERTS, A. Inventário e documentação. In: **Como gerir um museu: manual prático**. BOYLAN, P. (Org.). Paris: ICOM, 2004. p. 33-54.

SALADINO, A. **Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do Iphan**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SALADINO, A. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 40-58, 2013. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v26i2.381>. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/381>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SALADINO, A.; POLO, M. Acervo Arqueológico. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**, 2ª ed. (revisada e ampliada). Rio de Janeiro | Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/65/acervo-arqueologico>. Acesso em: 04 Dez 2023.

TOCCHETTO, F. B.; SALLÉS, J. M. S. M.; DA SILVA ALVES, C.; DOS SANTOS DODE, S.; SOUZA, T. S.; DA SILVA, F. B.; DOMINGUES, B. S. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma proposta do LÂMINA/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, RS. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2 [19],

p. 6-24, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/rap.v11i2.8649829>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649829>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SALVADOR, M. V. **Teoría contemporánea de la Restauración**. 2004.

SANTOS, H. R. S. dos. **Patrimônio Arqueológico Musealizado em Sergipe**: um estudo de caso sobre a relação documentação arqueológica e informação arqueológica como procedimento essencial de gestão de coleções. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, 140p. 2015.

SANTOS, F. H. dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SANTOS, H. R. S. dos; MENDONÇA, E. de C. Documentar e musealizar: proposta para o patrimônio arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX/UFS). **Scientia Plena**, v. 8, n. 12, 2012. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/1278>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, C. A.; DE LARA, M. L. G. Princípios de documentação para museus de arte. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Esp., p. 100-104, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/763>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SPINELLI, J. **Guia de preservação & segurança da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2009, 99p. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/e/bitstream/handle/10438/2703/CPDOC2009JaymeSpinelliJunior.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mai. 2016.

TÁLAMO, M. de F. G. M.; SMIT, J. W. **Ciência da Informação: a transgressão metodológica**. 2007.

TOLEDO, G. T. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 489p., 2017.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009.

ZUÑIGA, S.S. G. de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. **Revista Registro**, v. 1, n. 1, p. 71-89, 2002. Disponível em: <https://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/Editais/2021/ZIGA-Solange-Sette-G.-de.pdf#page=71>. Acesso em: 11 dez. 2016.

LEGISLATIVAS

Brasil, ICOM. Código de Ética para museus. São Paulo: ICOM BRASIL, 2009.

Carta de Lausanne, de 1990. Carta para gestão e proteção do Patrimônio Arqueológico.

Carta de Nova Délhi, de 06 de novembro de 1956. Carta de princípios internacionais sobre pesquisas e preservação arqueológicas.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Lei federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Lei federal nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Lei federal nº 13.653, de 18 de abril de 2018. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.

Portaria MINC/SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Portaria MINC/IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

Portaria MINC/IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de trabalho dos licenciamentos ambientais com os estudos preventivos de arqueologia.

Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

Portaria IPHAN nº 316, de 04 de novembro de 2019. Estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Iphan.

Portaria IPHAN nº 317, de 04 de novembro de 2019. Estabelece diretrizes a serem observadas pelo IPHAN para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia mencionadas na Lei nº 13.653/2018.

Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Resolução CONAMA nº 06, de 16 de setembro de 1987. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

GLOSSÁRIO

ARQUEOLOGIA PÚBLICA: entendida como uma disciplina destinada à interação e compartilhamento com a sociedade. Busca destacar a presença/ausência de arqueologia pública

em projetos arqueológicos, refletindo sobre a relação da Arqueologia Pública num contexto capitalista e a preservação de recursos arqueológicos.

DOSSIÊ DOCUMENTAL: coleção de documentos relativos a um processo, a uma instituição, aum indivíduo ou a qualquer assunto.

INVENTÁRIO: é o ato por meio do qual se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte da instituição, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo.

FUNDO DOCUMENTAL: é o conjunto de documentos, de qualquer formato ou suporte, produzido organicamente e/ou reunidos e utilizados por uma pessoa física, família ou instituição no exercício de suas atividades e funções.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO: é todo e qualquer local que apresente vestígios de atividade humana, independente de sua diversidade, quantidade, estrutura, localização e estado de conservação.